



O Rio
que é
Verde

O Rio que é Verde

Versão digital (E-book) produzida como material de apoio educativo para o Projeto Rede Escola Rio.

VENDA PROIBIDA.

Patrocínio



Valid Trust
is Power

Apoio



Realização



Sumário

- 4 **O Rio mais verde**
Adilson Roque dos Santos
- 8 **Antropoceno: e depois...?**
Ângelo Augusto dos Santos
- 11 **O verde na nossa história**
Juliana de Carvalho e
Ricardo Torres
- 14 **Implantação de espaços
livres urbanos – Uma luta
essencial à cidade**
Adilson Roque dos Santos
- 17 **Um banco no parque**
BTG Pactual
- 20 **Passeio Público**
- 26 **Jardim Botânico**
- 34 **Quinta da Boa Vista**
- 41 **Campo de Santana**
- 49 **Parque Guinle**
- 55 **Floresta da Tijuca**
- 64 **Parque Ary Barroso**
- 69 **Aterro do Flamengo**
- 77 **Parque Garota de Ipanema**
- 81 **Parque do Grajaú**
- 88 **Parque Chico Mendes**
- 94 **Parque Penhasco
Dois Irmãos**
- 101 **Parque Professor
Mello Barreto**
- 106 **Parque Marcello
de Ipanema**
- 111 **Prainha**
- 118 **Relação de Parques
do Rio de Janeiro**
- 121 **Guia de Plantio**
- 133 **Bibliografia**
- 141 **Créditos**



O Rio mais verde

Decorridos oito anos da publicação do livro “O Rio que é verde”, vemos hoje que essa importante iniciativa cultural da Bang Filmes & Produções deu uma relevante contribuição informativa para os cariocas e outros interessados sobre a composição estrutural do território urbano-natural do Rio de Janeiro, popular e carinhosamente conhecido como Cidade Maravilhosa.

Nesses últimos anos, tivemos muitos eventos naturais climáticos que assustaram quem vive em regiões urbanizadas erguidas sobre áreas naturais. Mas também tivemos atitudes de comunidades que, preocupadas com os impactos da urbanização, reivindicaram a criação de novas áreas com características naturais e recreativas, com a manutenção do acervo natural (florestas, rios, encostas etc.).

No Brasil, não foi diferente. Sobretudo na Cidade do Rio de Janeiro, segunda sede do Império Colonial Português. Nossa metrópole, portadora dessa linda paisagem natural integrada com o

mar (Oceano Atlântico), os morros (Pão de Açúcar entre outros), a floresta (Floresta da Tijuca) e os rios, ostenta uma riqueza e um desenho naturais que se destacam como patrimônio incomparável da ex-capital do Brasil e do reino de Portugal. E, à medida em que a urbanização se intensificou, os cariocas viram surgir a necessidade de áreas livres não edificadas para o lazer.

Daí pode ter vindo o conceito de parque urbano.

Normalmente conhecido como espaço livre de edificações e caracterizado como espaço público, o parque urbano costuma ter vegetação diversa (árvores, arbustos e gramados) e áreas não pavimentadas. Também pode alojar equipamentos públicos culturais, caminhos, aparelhos de ginástica, quadras desportivas, campos de futebol, monumentos e até um museu – como é o caso do conhecido Parque da Quinta da Boa Vista, onde se encontra o Museu Nacional, que no ano de 2018 foi atingido por um incêndio devastador.

Mas o Rio de Janeiro, por necessidade e, mais recentemente, pela iniciativa de reivindicação de seus moradores, exigiu a criação de novos parques urbanos. O pioneiro foi o Parque da Floresta da Tijuca, originalmente uma fazenda de produção agrícola que foi transformada em floresta natural para manter os rios e a água para o Império. Já o Parque do Flamengo (Aterro) foi criado

a partir de um aterramento para criar vias de circulação de veículos. E, recentemente, vimos nascer os parques Madureira (entre os bairros de Madureira e Guadalupe) e Nise da Silveira (no Engenho de Dentro), ambos na Zona Norte da cidade.

Parque Madureira

Hoje uma referência para toda a Zona Norte carioca, o Parque Madureira tem 450 mil metros quadrados – em tamanho, só perde para o Aterro do Flamengo e a Quinta da Boa Vista. Inaugurado em 23 de junho de 2012 e ampliado em 2015, fica ao fundo do Madureira Shopping, entre as ruas Manuel Marques e Conselheiro Galvão, e próximo ao sistema de transporte BRT (Bus Rapid Transit) TransCarioca. Possui quadras para prática de esportes coletivos, pista de skate, ciclovia, bosque e riacho. Conta também com a Praça de Conhecimento, uma lan house pública e a Praça do Samba, com piso em formato circular com os símbolos de duas das maiores e mais tradicionais escolas de sambas do Carnaval Carioca, ambas de Madureira: a Portela e o Império Serrano.

O Parque Madureira é totalmente sustentável e conquistou o selo Aqua (Alta Qualidade Ambiental), desenvolvido pela Fundação Vanzolini, em parceria com a Escola Politécnica da USP e o francês Centre Scientifique et Technique du Bâtiment (CSTB), com consultoria da Sustentech Desenvolvimento Sustentável. Possui

um centro de visitantes com iluminação movida a energia solar, sistema de irrigação que evita desperdícios, aproveitamento de água da chuva e 400 lâmpadas LED.

Estima-se que foram plantados aproximadamente 1.200 indivíduos vegetais de grande porte, sendo 652 árvores e 437 palmeiras, além de 1.901m² de arbustos, 2.404 m² de indivíduos herbáceos e 26.861 m² de gramado. A cobertura vegetal representa 33,3% da área total do parque, contribuindo para a amenização da poluição do ar por emissões de diversos gases.

Parque Municipal Urbano Nise da Silveira

Localizado no bairro de Engenho de Dentro, entre as Ruas Ramiro Magalhães, Bernardo, Dois de Fevereiro e Doutor Leal, o Parque Nise da Silveira teve sua criação definida por decreto da Prefeitura em 2012, mas as obras para sua construção só começaram em julho de 2021.

Com área aproximada de 79 mil m², localiza-se no entorno do Instituto Municipal Nise da Silveira, fundado pela médica que revolucionou e humanizou o tratamento mental (psiquiátrico) no Brasil. Foi também a Dr^a Nise que, em 1952, fundou o Museu de Imagens do Inconsciente, onde estão guardados trabalhos de pintura e modelagem produzidos pelos pacientes em tratamento.

O Parque será composto pela Praça Dona Ivone Lara, em homenagem à grande dama do samba carioca e compositora do Império Serrano, que terá 5.800 m². Dona Ivone Lara também prestou serviço à Saúde Pública, trabalhando como enfermeira durante 30 anos ao lado da médica Nise da Silveira. Sua Praça terá 39 árvores ornamentais, 298 m² de plantas arbustivas, 1,4 mil m² de área gramada e 528 m² compostos de espécies forrageiras. Além de poder receber piqueniques, atividades de recreação e exposições, o espaço verde também auxiliará na amenização do intenso calor que ocorre durante a estação do verão.

O muro que cercava parte do terreno já começou a ser demolido e, em seu lugar, serão fixados gradis para proteção do espaço público de convivência, bem como do Museu de Imagem do Inconsciente.

Adílson Roque dos Santos

para a edição do e-book O Rio que é Verde
setembro de 2021

Referências

G1 (23 de junho de 2012). ["Com projeto sustentável, Parque de Madureira é inaugurado neste sábado"](#). Consultado em 26 de junho de 2012

O Dia (23 de junho de 2012). ["Parque de Madureira é inaugurado com festa"](#). Consultado em 26 de junho de 2012

["Paes investe na Zona Norte"](#)

["Madureira vai ganhar a terceira maior área de lazer do Rio"](#). G1

O Dia (8 de novembro de 2009). ["Parque de Madureira promete ser um oásis verde na Zona Norte"](#). Consultado em 26 de setembro de 2010. Arquivado do original em 25 de junho de 2011

["Praça do Samba vai eternizar grandes nomes de Madureira"](#)

CÂMARA, Fernando Portela "Vida e obra de Nise da Silveira". Psychiatry On-line Brazil, 7 de Setembro de 2002.

CÂMARA, Fernando Portela "A contribuição de Nise da Silveira para a psicologia junguiana". - Psychiatry On-line Brazil, 9 de Março de 2004.

Gullar, Ferreira. "Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde", 1996.

FRAYZE-PEREIRA, João A. "Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política". in Estudos Avançados. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em [1] no formato .pdf

MAGALDI, Felipe Sales. Frestas Estreitas: uma etnografia no Museu de Imagens do Inconsciente. 1. ed. Rio de Janeiro: Coleção Primeiros Campos. Autorgrafia, 2018.

MAGALDI, Felipe Sales. A Unidade das Coisas: Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Rio de Janeiro, Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MAGALDI, Felipe Sales. A psique ao encontro da matéria: corpo e pessoa no projeto médico-científico de Nise da Silveira. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 25, p. 69-88, 2018.

MAGALDI, Felipe Sales. Entre o Inconsciente e a Cidadania: arte e loucura na reforma psiquiátrica brasileira a partir de uma etnografia no Museu de Imagens do Inconsciente. Ponto.Urbe (USP), v. 18, p. 2-17, 2016.



Antropoceno: e depois...?

Nós, seres humanos, assumimos o domínio da Terra e a transformamos de maneira a comprometer tanto a nossa capacidade de sustentação quanto a de outras espécies. Ultrapassamos alguns dos limites dos ciclos biogeoquímicos planetários. Os cientistas reconhecem o efeito dessa poderosa intervenção humana como um novo período geológico: o Antropoceno, onde o ser humano é o principal vetor da transformação do planeta e não mais as forças da natureza. Estamos orbitando na busca de soluções globais desde a impactante ECO - 92, que marcou a tomada da consciência ambiental pelas nações, empresas e sociedade civil.

Novamente, em junho de 2012, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, uma avaliação do ocorrido após os vinte anos da Cúpula da Terra de 1992. Centenas de reuniões foram feitas com milhares de participantes de todo o mundo, discutindo grandes questões econômicas, sociais e ambientais. Adiamos decisões

importantes e não atacamos, de forma incisiva, a integração entre desenvolvimento, natureza e sociedade em direção à sustentabilidade planetária. Foi um prospecto desanimador sobre o casamento entre o homem e a natureza, cujo divórcio a cada dia se mostra mais próximo. Nossa sociedade está num constante aprendizado, percebendo cada vez mais que tal separação é tanto impagável como irreparável no longo prazo.

Apesar de lenta politicamente, a Rio+20 foi um excelente espaço para a exposição e debate de novos modelos de desenvolvimento, nas mais variadas escalas. O Brasil, por sua vez, está em posição muito favorável numa das vertentes do problema ambiental global: o controle do desmatamento da Floresta Amazônica e a queda nas emissões de gás carbônico - CO₂, oriundas desse processo. O país tem feito seu dever de casa voluntariamente e possui grande potencial para assumir uma posição de liderança global, apesar de alguns retrocessos, como o Código Florestal.

A humanidade está frente a frente com um dos maiores desafios já encarados – a fronteira que separa o estilo de vida insustentável a que tanto estamos acostumados, baseado no consumo indiscriminado da natureza infindável. Há boas razões para apreensão, já que muito do que hoje chamamos de “desenvolvimento” decorreu do uso irracional dos recursos naturais. Não será da noite para o dia que iremos deixar de lado o modelo econômico

e os padrões de consumo herdados de nossos pais e avós, desconhecedores de seus impactos negativos sobre a natureza. A direção para a economia verde segue uma rota radicalmente inovadora, em valores de comportamento e padrões de consumo. Um novo paradigma se impõe; entretanto, dificilmente será acatado a tempo de evitar a ocorrência mais amiúde de eventos climáticos extremos, como previstos pelos modelos.

Mas há luz no fim do túnel. Ainda temos tempo para reagir e os instrumentos necessários. O resultado da ação humana sobre o planeta é global, mas as soluções começam a nível local. Uma das ferramentas dessa ação localizada está exposta na obra aqui apresentada: a valoração dos espaços livres urbanos, onde os serviços ambientais prestados gratuitamente pela natureza se fazem presentes e preservados, contribuindo para uma vida mais saudável de todos nós, moradores do Rio de Janeiro.

Em várias grandes cidades ao redor do mundo, a presença da natureza é constantemente lembrada por apenas um local em especial: o Hyde Park em Londres, o Englischer Garten em Munique, o Central Park em Nova York. O Rio de Janeiro, entretanto, possui sua particular constelação de recantos naturais: a maior floresta urbana do mundo, com o maciço da Tijuca e a exuberância da Mata Atlântica; o Jardim Botânico e sua incrível coleção de plantas brasileiras; a Quinta da Boa Vista; a reserva da Prainha, recém certificada internacionalmente com a Bandeira Azul de excelência socioambiental para praias urbanas, concedida pela Fundação para a Educação Ambiental, credenciada pela ONU e Unesco; e, entre tantos parques mais, o Chico Mendes, com suas restingas

preservadas...Em nosso mundo cada vez mais concentrado em megalópoles, a natureza mais tangível à grande parte das pessoas é representada pelos parques. Esta obra cumpre bem o papel de apresentar a história dos parques cariocas, valorando o ativo ambiental preservado, trazendo boas lembranças para os que já os viram e ilustrando o imaginário dos que ainda os visitarão.

A Cidade Maravilhosa não recebeu esse charmoso nome por acaso. A proximidade e intensidade da natureza são privilégios que colocam o Rio de Janeiro numa posição muito especial nos corações e mentes de todos os brasileiros. Aos cariocas, cabe admirar, aproveitar e preservar toda essa beleza que se mistura tão bem no dia a dia dos que aqui vivem. Este livro é – e permanecerá – uma referência do valor do meio ambiente natural como um bem inestimável aos cariocas de todas as origens. Um patrimônio único, não só local como também global; preservando-o ao nosso redor, valorizamos igualmente o melhor de nós, gerando um movimento contrário ao antropocentrismo devastador, no sentido de restituir o poder à sabedoria, essa sim, infindável e indestrutível da Natureza.

Ângelo Augusto dos Santos

Biólogo



O verde na nossa história

Como bioma representativo de uma das maiores florestas do Brasil, a Mata Atlântica cobria vastas extensões de terras desde o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, e das encostas da Serra do Mar até áreas interioranas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Com extensão de cobertura vegetal original de 1,3 milhão de km², a área atual equivale a cerca de 8% desse total, ou aproximados 106.000 km², muito embora algumas avaliações bem recentes já apontem recuperação no índice assustador, reflexo de programas de conservação em andamento.

O pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), abundante em grandes áreas no passado, foi explorado comercialmente desde os primeiros anos após o descobrimento. Árvore símbolo do Brasil, atualmente sua ocorrência natural é bastante restrita se comparada à cobertura original. Hoje é mais comum vê-la sendo plantada em solenidades comemorativas ao Dia da Árvore e datas afins. Madeiras de alta qualidade, como o cedro (*Cedrela fissilis*), o mogno (*Swietenia*



macrophylla) e o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*), foram também largamente comercializadas, reduzindo sua área de ocorrência. Hoje essas espécies são protegidas por legislação específica que as torna imunes ao corte.

Assim, a Mata Atlântica tornou-se o bioma brasileiro mais ameaçado, impondo a formulação e aprovação de uma lei de proteção. Sancionada em 2006, a Lei Federal 11.428/2006 dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Esse bioma encontra-se hoje fragmentado em manchas descontínuas, exigindo a criação de corredores de recuperação entre os fragmentos. É preciso mais do que proteger; é preciso refazer, recompor e replantar.

O Rio de Janeiro é uma cidade que, desde os seus primórdios, entendeu que estaria inevitavelmente ligada ao verde da Mata Atlântica, que a refresca, lhe garante o acesso à água e o convívio com a abundante flora e fauna. Esse cúmplice enlace fez do espaço um centro urbano incomparável, onde humanos coabitam com a ampla diversidade de espécies da natureza animal e vegetal. Um ambiente muito especial em todo o mundo.

Desde o Parque Municipal Urbano Passeio Público – criado em 1783 como o primeiro jardim aberto aos visitantes –, ao Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, inaugurado nos morros do

Leme em 2013 como o 14º parque temático de nossa cidade, ou ainda cruzando o Parque Madureira Rio+20, cujo nome homenageia a Conferência das Nações Unidas, realizada em junho de 2012, os cariocas convivem com áreas verdes de livre acesso, que permitem descanso e lazer em ambientes plenos de natureza, a prática de esportes leves a radicais e o desfrute simultâneo de arte e cultura que muitos dos seus parques abrigam.

Diante desse cenário tão único, o presente livro nos conta a história de quinze parques da cidade do Rio de Janeiro – um recorte guiado principalmente pela diversidade histórica, relevância paisagística, arquitetura e utilidade pública que apresentam. Fazem parte da área verde que integra o total dos quarenta e cinco parques de nossa zona metropolitana, sendo vinte e três naturais – com áreas de natureza preservada – e vinte e dois urbanos – construídos e planejados através de projetos arquitetônicos e paisagísticos –, todos de livre acesso público.

O Parque Madureira, criado no coração da Zona Norte em 2012, é o primeiro parque com certificado ecológico do país: o selo Aqua (Alta Qualidade Ambiental) de sustentabilidade da Fundação Vanzolini. Espaço modelo que conjuga lazer com educação ambiental, estende-se por 103.500 m², a terceira maior área verde entre os parques urbanos cariocas. Mantém vivo e ao alcance de todos o ideal de um mundo sustentável possível, usando energia solar, áreas com teto e paredes verdes para controle térmico, sistema de

irrigação que evita desperdícios, reutilização de água da chuva e iluminação led, que consome 50% menos energia que a comum.

Mais novo integrante dessa constelação, o Parque Paisagem Carioca fica na Área de Proteção Ambiental dos morros do Leme, Babilônia, São João e Urubus, em plena Zona Sul. Com vista privilegiada para a Praia de Copacabana, o Corcovado e a Floresta da Tijuca, o parque possui 160 hectares, conta com trilhas e sinalização, e passa a ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Sua criação unifica as áreas já protegidas da Babilônia e São João com o Parque Estadual da Chacrinha, reunindo e preservando relíquias da fauna, da flora e da vegetação típica da Mata Atlântica, além das encostas.

Finalizando este livro, você encontra também um Guia de Plantio, que apresenta informações úteis para conhecimento, divulgação e, principalmente, motivação aos cidadãos da cidade do Rio de Janeiro para ampliar a arborização de jardins, quintais, pequenas áreas residenciais ou calçadas, bem como recuperação florestal em áreas degradadas. Manter e fortalecer a cultura verde é um esforço próprio de cada um, que pode avaliar onde exercer o que lhe cabe, juntar-se a vizinhos, a ações no seu condomínio, compartilhar em seu microcosmo de influência das responsabilidades oficiais dos órgãos públicos. A máxima de que ‘se aprende fazendo’ é perfeita também neste caso: plante; plante um pouco, plante bastante, plan-

te muito se lhe for possível, e veja a mágica acontecer, tal qual já enunciava o escrivão oficial da expedição de Cabral, assim que tomou contato com o deslumbramento verde de nossa costa:

“Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dela [da terra], entre esse arvoredos, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que homens as não podem contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa [a terra] que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.”

Juliana de Carvalho e Ricardo Torres

Bang Livros

Implantação de espaços livres urbanos – Uma luta essencial à cidade

O Rio de Janeiro foi fundado, evoluiu e se consolidou entre o mar e a montanha, ladeado por praias, restingas, florestas e áreas que se poderiam chamar de pantanosas. Seu crescimento foi implantado através da luta pelo belo espaço natural mesclado ao meio físico – morros, encostas e pântanos –, ao verde – floresta, mangue e restinga – e à superação das distâncias.

Olhando para nossa cidade vamos encontrar os significados material, social, econômico e ideológico do espaço urbano, aliados à ordenação e regulação das funções desse mesmo espaço, indispensáveis à convivência humana. Não se pode desconsiderar

as contradições que, inevitavelmente, se perpetuaram no assentamento e consolidação do Rio de Janeiro. De um lado, a cidade formal sendo implantada e reformada no tempo; de outro, as comunidades ditas informais – favelas em sua maioria, carentes de infraestrutura, segurança e presença do estado – suprimindo estoques naturais de ambientes para o estabelecimento de sua ‘âncora’, a moradia. Já era também previsível que, aliada ao processo de consolidação da conquista do espaço urbano com funções residenciais, industriais, de serviços e circulação, haveria também a necessidade de espaços livres para o lazer e recreação dos cidadãos – os chamados vazios urbanos.

Partindo da pequena povoação de 150 habitantes implantada no Morro do Castelo por Estácio de Sá, em 1556 – após expulsar os franceses chefiados por Nicolas Durand de Villegaignon da ilha de mesmo nome –, a cidade do Rio de Janeiro vivenciou várias fases de urbanização até os dias de hoje, passando pelas árduas conquistas de lagoas e pântanos, sob a imposição de aterros e obras de drenagem.

A praça brasileira, que teve sua criação como extensão aos adros de nossas igrejas, foi confundida no tempo com o jardim para o estar e contemplação e, hoje, é vista e tratada como ‘clube aberto’, não importando suas dimensões. Já o parque urbano, construído pelo poder público, tem área bem maior do que a praça

ques das cidades são também uma reflexo do comportamento humano citadino frente à natureza. A atual preocupação do Rio de Janeiro em recompor seu verde, criar áreas de proteção ambiental e preservar espaços contra a especulação imobiliária avassaladora é um excelente termômetro da consciência ambiental que vai se materializando em novos modelos de resposta.

Através destas páginas, convido-os a penetrar parques adentro, acessando a própria história da cidade do Rio de Janeiro, que com eles se funde e confunde em cada época, com seus desafios, com suas soluções.

Adilson Roque dos Santos

Arquiteto e Doutor em Ecologia Urbana

Um banco no parque

Podemos afirmar que nossa semente foi plantada há três décadas em solo fértil; mas seu germinar vigoroso contou também com mãos e mentes em notável parceria. Cariocas com muito orgulho, já na primeira década nossos frutos alcançavam amplo território e a semente transformou a pequena corretora nascida em 1983 em um banco completo, ramificado nos principais pontos do País.

Crescemos com operações em toda a América Latina, chegando ao início de nossa terceira década como um banco líder nesse continente, e também líder no Brasil como gestor de ativos. Acompanhando o ritmo global do planeta, nos últimos cinco anos alcançamos o mundo, com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Nova York e Hong Kong.

Tal envergadura exigiu lastro, raízes profundas e bem sedimentadas. Coerentes com esse perfil histórico e o tempo que vivemos,



estamos atentos às profundas mudanças de paradigma que ditam a nova ordem mundial – uma economia que se impõe verde por razões de sobrevivência da própria espécie. À responsabilidade social que praticamos desde nossa fundação, ao apoiar inúmeros projetos sociais e culturais por todo o Brasil, se junta a responsabilidade ambiental. Nós, do BTG Pactual, chegamos à maturidade incluindo em nossa missão promover a consciência de que a riqueza de uma sociedade também abarca sua relação com o espaço natural, conceito imprescindível para a sustentação de um crescimento econômico equilibrado e sólido.

Ao apoiar esta divulgação da história dos parques do Rio de Janeiro, queremos incentivar não só sua preservação, mas, ao mesmo tempo, o maior desfrute de seus espaços lúdicos e naturais. Laços como esse legitimam nossa liderança que começou aqui, nesta generosa cidade envolta pela maior floresta urbana do mundo, reserva da biosfera por sua própria natureza. Por caminhos também naturais, o Rio preservou e recriou no seu planejamento grandes áreas verdes, que hoje fazem parte da própria cultura do povo carioca, que nelas busca seu lazer, esporte ou apenas contemplação.

O maior desafio de nosso tempo é buscar o caminho do futuro observando o equilíbrio entre produção, consumo e natureza. A sociedade humana se descobre parte integrante dos ciclos natu-

rais. É também um desafio para as grandes cidades contemporâneas possibilitar aos seus moradores esse convívio em paz. O Rio de Janeiro é um exemplo desse esforço, em alguns momentos gigantesco.

Com 45 parques que somam mais de 20 mil hectares de área, a cidade maravilhosa é verde. Ainda! Preservar esse patrimônio é – além de uma obrigação inalienável para com a própria história do nosso povo, do nosso acervo artístico, arquitetônico e natural – um grande prazer.

Para nós, do BTG Pactual, a ecologia começa no quintal de nossa casa.

BTG Pactual



Passeio Público

Nome oficial:

**Parque Municipal Urbano
Passeio Público**

Inauguração: 1783

Área: 3,36 ha | 33.600 m²

Localização:

**área central da cidade, entre
o bairro da Lapa e a Praça da
Cinelândia**

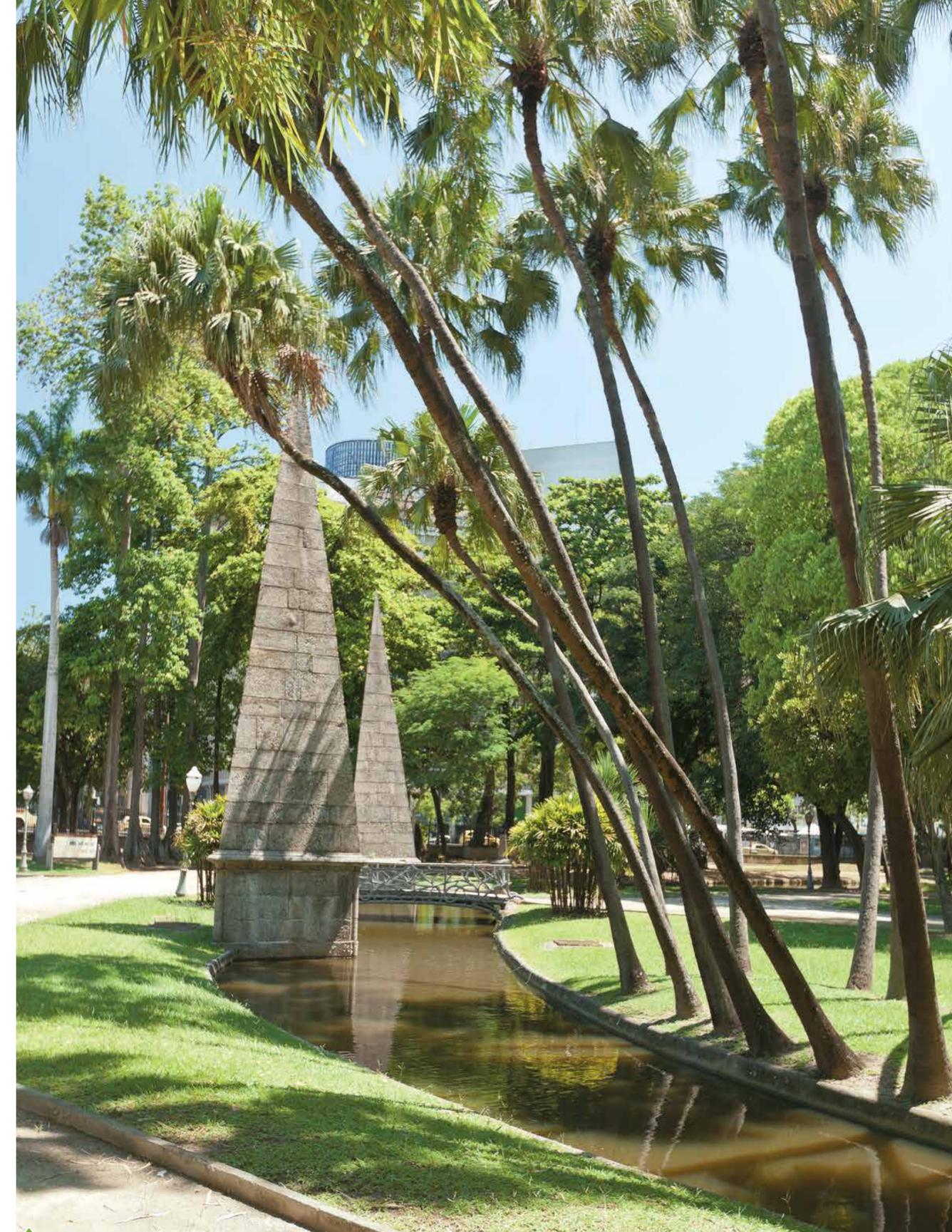




Um espaço sofisticado, que nasceu de um pântano. O Passeio Público, considerado o primeiro parque público do Rio de Janeiro e do Brasil, foi planejado e construído para o lazer da população carioca. Tem sua origem na lagoa Boqueirão da Ajuda, que era usada como depósito de lixo, foco de inúmeras doenças.

Por ordem de Dom Luís de Vasconcelos, Vice-Rei do Brasil (1778-1790), a lagoa foi aterrada com o desmonte do Morro das Mangueiras, que ficava ao lado. A nova área, então equivalente a 20 ha ou 200.000 m², teve que ser urbanizada com o trabalho de prisioneiros já que, mesmo com o título de Capital do Brasil Colônia, a cidade não contava com recursos da Coroa Portuguesa.

Apesar da penúria financeira, o Vice-Rei confiou a tarefa de projetar o Passeio Público ao maior artista da época: Valentim da



Palmeira-leque (*Coccothrinax* sp.)

Fonseca e Silva, arquiteto, escultor e entalhador. Mestre Valentim, como era mais conhecido, concebeu um plano arrojado: a planta em forma de hexágono, que fugia completamente dos parâmetros da época, mais afeitos a quadrados, retângulos e círculos.

O Passeio Público foi concebido com uma praça no meio, resultado do encontro de duas ruas principais formando uma cruz. As demais, todas em linha reta, ao se cruzarem formavam desenhos geométricos de diferentes tamanhos. O traçado, seguindo o estilo francês e inspirado no Passeio Público de Lisboa e nos jardins do Palácio de Queluz, era tão engenhoso que permitia ao observador uma visão em perspectiva do conjunto.

Vista privilegiada

Inaugurado em 1783, o Passeio Público se tornou a grande atração da cidade. Mestre Valentim também valorizou o espaço com suas criações. Situado numa das extremidades do eixo central ficava o Chafariz das Marrecas, que trazia em sua base uma inscrição que traduzia o impacto da mudança: *Durante o reinado de Maria I e Pedro II secou-se um lago outrora pestífero e converteu-se em forma de passeio*. Essa obra foi demolida e dela sobraram apenas as figuras de *Eco* e *Narciso*, hoje no Jardim Botânico.

Na outra ponta estava o Chafariz dos Jacarés, cujo corpo e a

base com a escultura dos répteis ainda podem ser vistos. No jardim, duas pirâmides sem qualquer elemento figurativo – uma inovação para a época – e os portões de ferro entalhados pelo artista, com destaque para o brasão da Rainha Maria I, também permanecem atualmente.

O grande atrativo era um terraço construído nos fundos do parque. Dois pavilhões, ricamente adornados por pinturas de artistas famosos, retratavam a vida cotidiana e os produtos do Brasil, funcionando como mirantes para a Baía de Guanabara. Vários estrangeiros se referem a eles em seus diários de viagem. Mesmo com a construção de um cais, esses pavilhões foram bastante danificados com as constantes ressacas e demolidos em 1817.

Nesse mesmo ano, por ordem de Dom João VI, foi feita a primeira de uma série de reformas que começaram a alterar o desenho original, como a substituição dos pavilhões quadrangulares por octogonais.

Constrangimento oficial

Uma revitalização imposta pela vergonha. O episódio aconteceu durante visita ao pavilhão do Arquiduque Ferdinand Maximilian, em 1861. No livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, o médico e escritor Joaquim Manuel de Macedo descreve a cena: *“o nobre austríaco diante da possibilidade do desfrute da brisa do*

mar, inspirou fundo e foi surpreendido com o aroma característico de área degradada, ato contínuo, levou a mão com o lenço ao nariz”.

O vexame foi tão grande que gerou comentários durante meses. Dom Pedro II decidiu então reformar o Passeio Público. A tarefa foi entregue ao engenheiro e empresário José Fialho, em parceria com o engenheiro e botânico francês Auguste Marie Glaziou, que chegara ao Brasil três anos antes, convidado para assumir a Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial.

O Passeio Público ganha então um estilo inglês, que permite maior liberdade de planejamento na elaboração do projeto, preservando as características naturais da área ou criando novos ambientes. Assim, foram construídas alamedas sinuosas, riachos artificiais, ondulações de terreno, ponte em forma de tronco, banco de argamassa imitando pedra natural (*rocaille*) e uma ilha artificial. O muro original foi substituído por grades, e quatro estátuas de ferro, representando as estações do ano, vieram de Paris. No lago, cisnes e marrecos.

A vegetação original proposta por Valentim priorizou espécies exóticas, preferidas pelos vice-reis, já que havia pouco conhecimento sobre a flora brasileira: frutíferas, como a mangueira (*Mangifera indica*) da Ásia e o tamarineiro (*Tamarindus indica*) da África; e especiarias, como o cravo-da-índia (*Cariophyllus aro-*





maticus) e a pimenta-do-reino (*Pimenta officinalis*). Ainda assim, foram plantadas espécies nativas, como os oitizeiros (*Licania tomentosa*) e o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*).

Com a presença do Imperador Dom Pedro II, a reabertura do Passeio Público aconteceu em 7 de setembro de 1862, 40º aniversário da Proclamação da Independência. O médico e professor Manuel Duarte Moreira de Azevedo detalha a reforma promovida por Glaziou no livro *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*: “...Da colina goza o espectador de um panorama agradável, avista o mar, e descobre quase todo o jardim, as ruas que se entrelaçam, as aleias, as árvores, os tabuleiros de grama e as estátuas que habitam o Passeio. Compreende o Passeio, um espaço de 5.040 braças, é iluminado a gás, as ruas são cobertas de areia, há guaritas para soldados, e assentos de madeira e de cantaria (...).”

Mais distante do mar

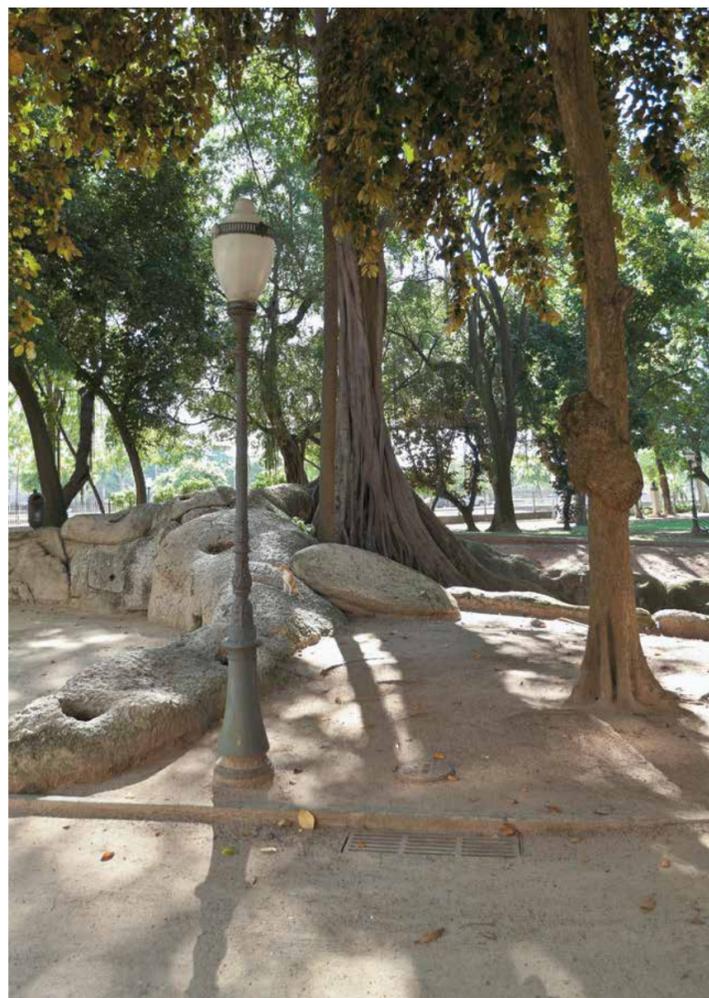
Na gestão do Prefeito Pereira Passos, o Passeio Público passa por drásticas mudanças, a maior delas a abertura da Avenida Beira-Mar, em 1904, um dos muitos aterros que afastou o parque da praia.

No mesmo ano foi ali inaugurado um aquário público, o primeiro de água salgada da América do Sul. Os vinte tanques e piscinas

abrigavam 35 espécies entre peixes, moluscos e crustáceos, além de cavalos-marinhos e estrelas-do-mar. Mais de nove mil pessoas visitaram o lugar nos primeiros três meses de funcionamento.

Na década de 1920 foi construído o Teatro Cassino Beira-Mar, que, apesar do nome, era usado apenas como café e teatro, muito valorizado pelas apresentações de artistas como Carmen Miranda e Josephine Baker, cantora e dançarina norte-americana. Marcaram época também as apresentações das companhias *Teatro de Brinquedo*, do casal Álvaro e Eugênia Moreyra, que introduziu autores como Pirandello e Cocteau, e *Caverna Mágica*, liderada por Renato Viana.

Essas duas construções foram demolidas na gestão do Prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) para um novo rearranjo urbano. Considerado como o mais importante parque urbano colonial brasileiro, o Passeio Público foi tombado em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, atual Iphan. Ao longo das últimas décadas, passou por várias reformas que recuperaram obras marcantes e aumentaram seu acervo com bustos de personalidades, como o poeta Castro Alves e a compositora Chiquinha Gonzaga, além do Mestre Valentim. Aberto diariamente, o parque sedia aos domingos uma feira de colecionadores de selos e cartões-postais.



Jardim Botânico

Nome oficial:

Instituto de Pesquisas
Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Criação: 1808

Área: 137 ha | 1.370.000 m²

Localização:

Rua Jardim Botânico, 1.008,
bairro do Jardim Botânico

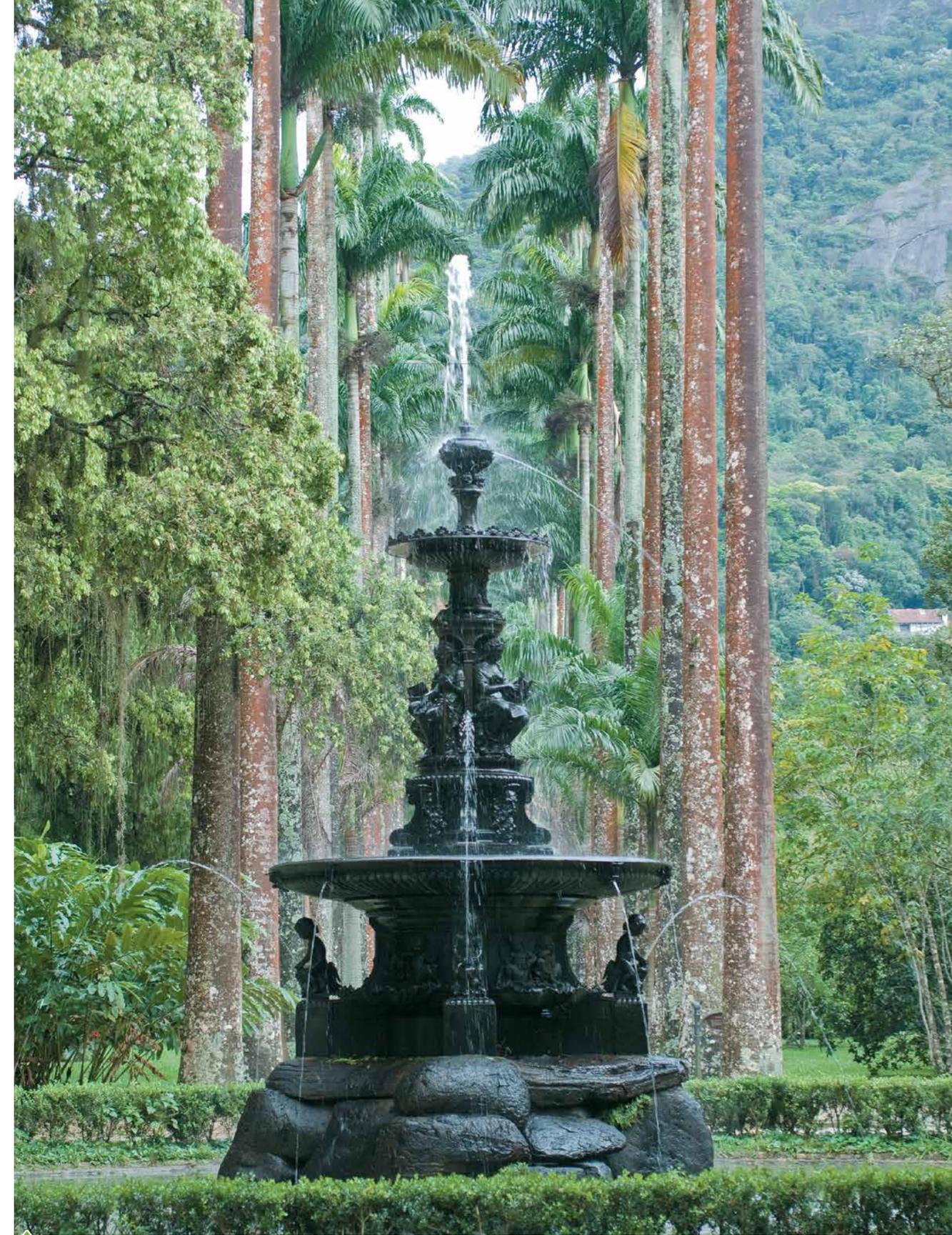




Uma semente clandestina plantada no Jardim Botânico deu origem a todas as palmeiras imperiais do Brasil. Hoje, a imponente aleia com 140 exemplares da *Roystonea oleracea* (*Palmae*) ocupa uma extensão de 740 metros na entrada principal.

Símbolo do Jardim Botânico, essa espécie passou a ser conhecida como palmeira-real quando foi plantada, em 1809, pelo então Príncipe-Regente Dom João. Ele a recebeu de presente do oficial da Armada Real Luís de Abreu Vieira e Silva, um dos sobreviventes de uma fragata portuguesa que, entre outras plantas, a contrabandeou das Guianas.

O primeiro indivíduo da espécie plantada no Brasil – a Palma Mater ou palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*) – viveu quase 200 anos e chegou a 38,70 metros de altura. Em 1972 foi destruída ao ser atingida por um raio. Preservado, seu tronco está exposto no Museu Botânico.



Palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*)

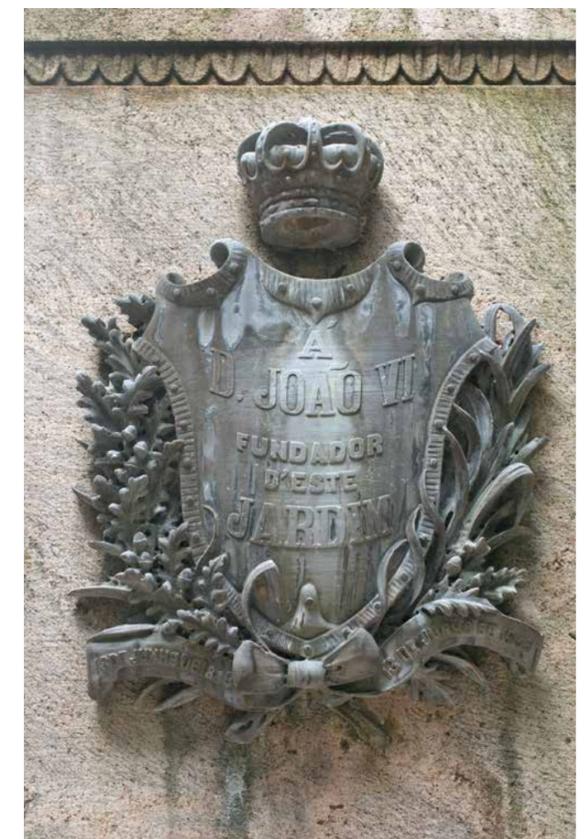
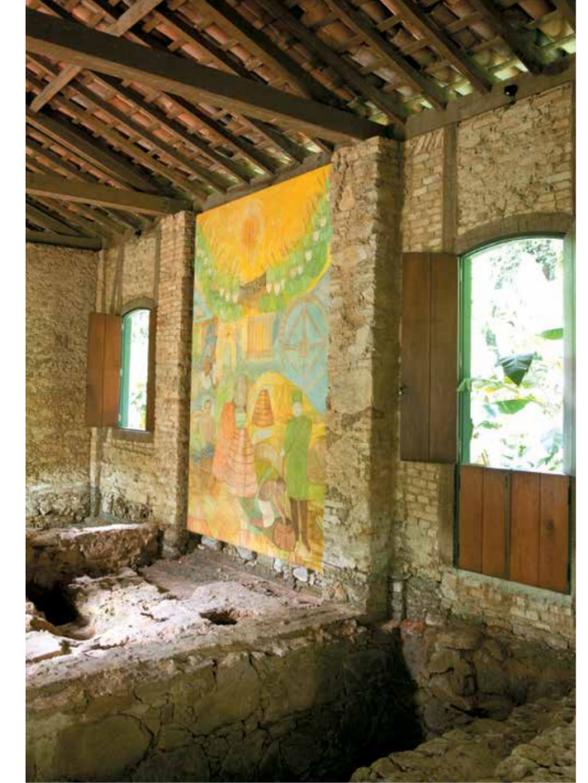
Espaço real

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi fundado por Dom João VI em 13 de junho de 1808. A área, pertencente à família Rodrigo de Freitas, abrigava um engenho de açúcar e foi desapropriada para construção de uma fábrica de pólvora – cujas ruínas ainda existem no local –, que seria usada na defesa da então Capital do Império.

O Príncipe-Regente criou o Jardim da Aclimação, destinado ao cultivo de mudas e sementes de especiarias vindas das Índias Orientais e da Ásia para abastecer o mercado português. Meses depois, foi elevado à condição de Horto Real.

Ao assumir o trono, em 1821, Dom Pedro I deu continuidade ao trabalho do pai. Uma de suas primeiras medidas foi permitir a visitação pública. Dois anos depois, com a nomeação de Frei Leandro do Santíssimo Sacramento da Ordem do Carmo, como diretor (1824-1829), o então Real Jardim Botânico ganhou ainda mais importância.

Professor de botânica, Frei Leandro organizou um catálogo, introduziu várias espécies e concebeu novas aleias, como as de mangueiras (*Mangifera indica*), jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) e noqueiras (*Carya illinoensis*). Retomou ainda o cultivo de chá com mão de obra chinesa, que começou em 1810, na Floresta da





Tamboril
(*Enterolobium* sp.)



Canário-da-terra-verdadeiro
(*Sicalis flaveola*)



Tijuca, quando havia o interesse da Coroa Portuguesa em quebrar o monopólio inglês, iniciativa mal-sucedida na época.

Além de aumentar o acervo científico, ele também investiu em melhorias físicas, como a construção de um lago, as novas aleias, um relógio de sol e a Casa do Cedro. Em sua homenagem, o Jardim Botânico tem um busto de Frei Leandro e o lago principal recebeu seu nome.

Patrimônio científico, artístico e cultural

O Arboreto é um espaço de cultivo e estudo de espécies vegetais, muitas delas em extinção, como o pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.) e o pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*).

Em 54 ha são reproduzidos biomas brasileiros, como a Mata Atlântica, o Cerrado e a Amazônia, além de espécies de várias partes do mundo. As estufas abrigam mais de 800 tipos de orquídeas e bromélias, além de insetívoras, cactáceas e plantas medicinais, entre outras. A área cultivada do Jardim Botânico abriga hoje, fora as estufas, em torno de 9 mil exemplares botânicos, pertencentes à cerca de 1.500 espécies, sendo aproximadamente 30% de flora nacional.

Além de 57 hectares remanescentes de Mata Atlântica, área contígua à Floresta da Tijuca, possui ainda espaços como o

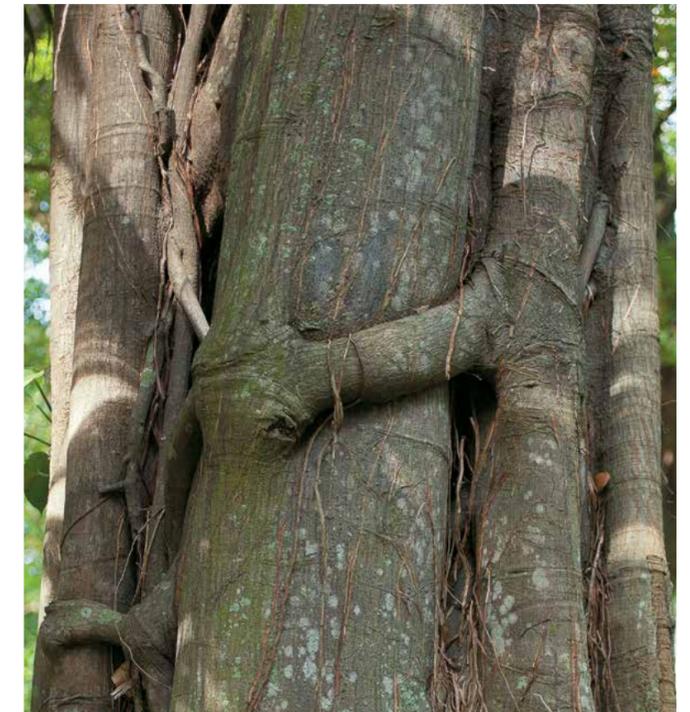
Orquidário, que abriga mais de 1.500 orquídeas e outras plantas ornamentais, como antúrios (*Anthurium andraeanum*) e avencas (*Adiantum sp.*); o Bromeliário, com cerca de 1.700 exemplares; e seis jardins temáticos: Roseiral, Bíblico, Medicinal, Japonês, Beija-flores e Sensorial – esse com plantas aromáticas, que podem ser tocadas pelos visitantes, e placas escritas em braille.

Alguns exemplares chamam atenção, como a sumaúma (*Ceiba pentandra*), a maior árvore do Brasil e uma das maiores do mundo, podendo atingir de 30 a 40 metros de altura e um diâmetro com cerca de 3 metros. Da mesma região, a vitória-régia (*Victoria amazônica*), uma planta que tem raízes fincadas no solo e folhas flutuantes, que podem atingir até 2,5 metros de diâmetro e sustentar cerca de 50 kg. Entre as espécies exóticas, podem ser encontradas a carambola (*Averrhoa carambola* - *Oxalidaceae*), originária da China e Índia, o sapoti (*Manilkara zapata*), do México, e a magnólia (*Magnólia gradiflor*), da América do Norte.

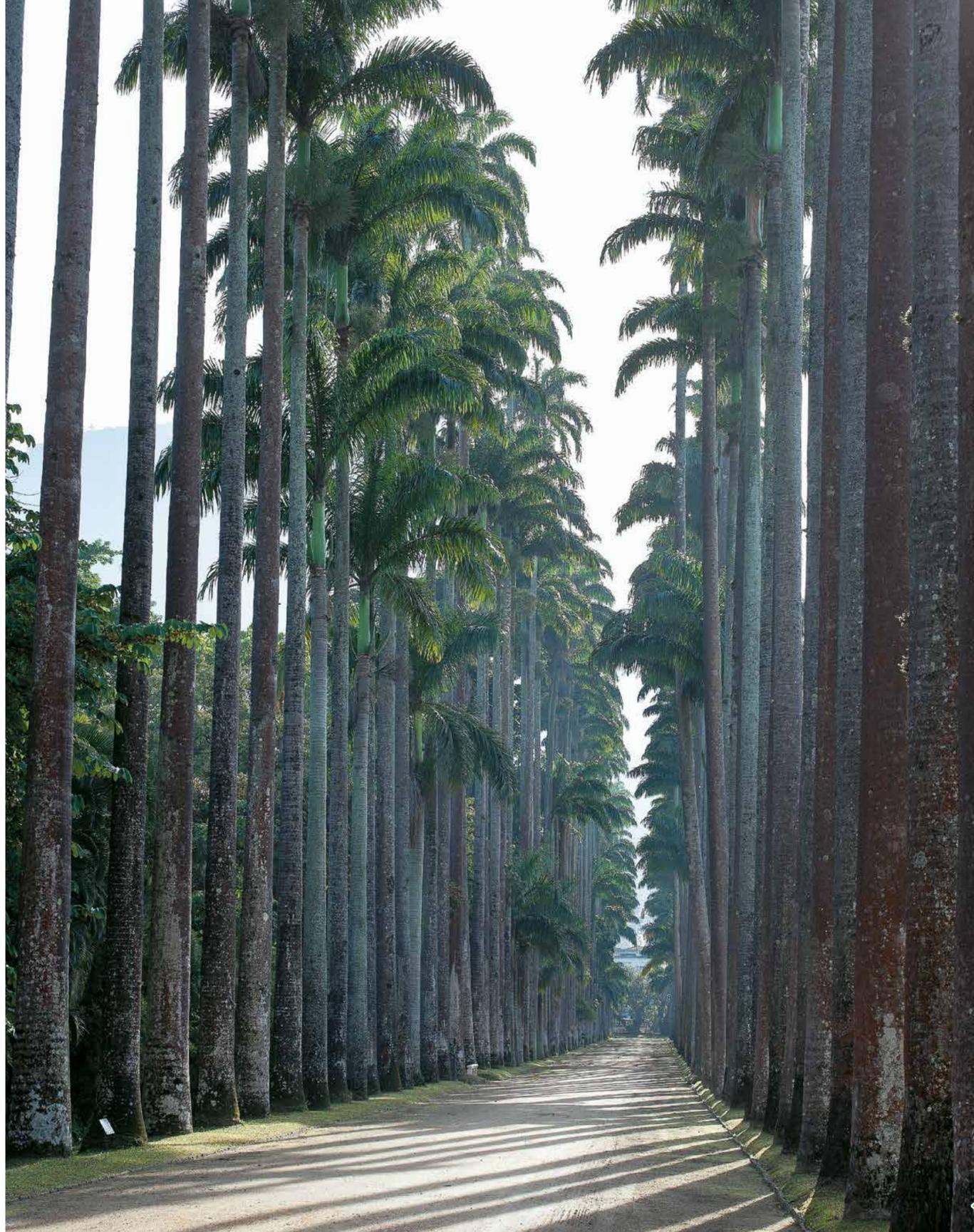
Por sua diversidade, abriga uma avifauna riquíssima, com 126 espécies de aves de 33 famílias, entre periquitos, bem-te-vis, cambaxirras, andorinhas e corujas, segundo levantamento realizado, em 2010, pelo Clube dos Observadores de Aves. Com cerca de 6,8 cm de comprimento, o beija-flor topetinho-vermelho (*Lophornis magnificus*) é a menor ave; a maior é o urubu preto (*Cor-*



Macaco-prego
(*Sapajus sp.*)



Cacto-bola
(*Echinocactus sp.*)



◀ Palmeira-imperial
(*Roystonea oleracea*)

gyps atratus), com aproximadamente 60 cm. Também é possível ver com muita facilidade animais de pequeno porte, como micos, saguis e esquilos.

O patrimônio do Jardim Botânico inclui ainda peças históricas e artísticas, como as estátuas de *Eco* e *Narciso*, primeiras peças de metal fundidas no Brasil. Essas esculturas de Mestre Valentim são provenientes da demolição da Fonte das Marrecas, do Passeio Público. É destaque também o antigo portal da Academia Imperial de Belas Artes, de autoria do arquiteto francês Grandjean de Montigny, hoje na entrada principal.

Um dos cartões postais mais famosos do Rio de Janeiro, o Jardim Botânico já recebeu visitantes ilustres, como a rainha da Inglaterra Elisabeth II, o imperador japonês Akihito e o cientista Albert Einstein. Intensamente frequentado por moradores e turistas, oferece inúmeros atrativos, como o Centro de Visitantes, onde é possível solicitar visitas guiadas e informações em diversos idiomas; o Espaço Tom Jobim, onde acontecem com frequência shows e exposições; o parque infantil, café e loja de souvenirs, além de trilhas para caminhadas e atividades como aulas de ginástica e tai-chi-chuan.

Reserva da Biosfera

Depois da desativação da fábrica de pólvora em 1831, o espaço abrigou ainda, duas décadas depois, uma fábrica de chapéus de palha, que funcionou durante três anos, e a escola Asilo Agrícola da Fazenda Normal, em 1861. Em 1890, um ano depois da Proclamação da República, passou a ser denominado Jardim Botânico e a se dedicar exclusivamente à sua função de estudo e preservação.

Tombado em 1937 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, o Jardim Botânico é uma das dez mais importantes instituições de pesquisa do mundo. A biblioteca especializada em botânica possui mais de 32 mil volumes, além de reunir o maior banco de dados da Mata Atlântica, que, por sua importância, foi declarada Reserva da Biosfera, em 1991, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco.



Ouriço-cacheiro
(*Coendou prehensilis*)

Ninfeia (*Nynphea sp.*)



Espécie redescoberta

A descoberta de três exemplares da guarajuba (*Terminalia acuminata*) nos canteiros do Jardim Botânico, em abril de 2012, dá uma dimensão mais aproximada da importância do trabalho desenvolvido pela instituição há mais de dois séculos. Essa árvore, que pode chegar a 25 m de altura e tem sementes verdes e amarelas, foi vista pela última vez em 1942 e considerada extinta pela União Internacional para a Conservação da Natureza em 1998.

Pesquisadores encontraram essa espécie por acaso, durante um mapeamento para atualizar a Lista de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção. Cerca de 400 sementes foram coletadas e, se vingarem, as mudas serão plantadas provavelmente apenas em parques fluminenses, já que a guarajuba só existe no Estado do Rio de Janeiro. Segundo especialistas, ainda é cedo para dizer se foi possível o renascimento dessa espécie; mas, com essa descoberta, o Jardim Botânico reforça, mais uma vez, a importância da função para a qual foi criado.

Samambaia (*Nephrolepis* sp.)
e árvore-dos-viajantes (*Ravenala
madagascariensis*)



Quinta da Boa Vista

Nome oficial:

Parque Municipal Urbano
Quinta da Boa Vista

Criação: 1876

Área: 37,8 ha | 378.000 m²

Localização:

Avenida Dom Pedro II,
bairro São Cristóvão

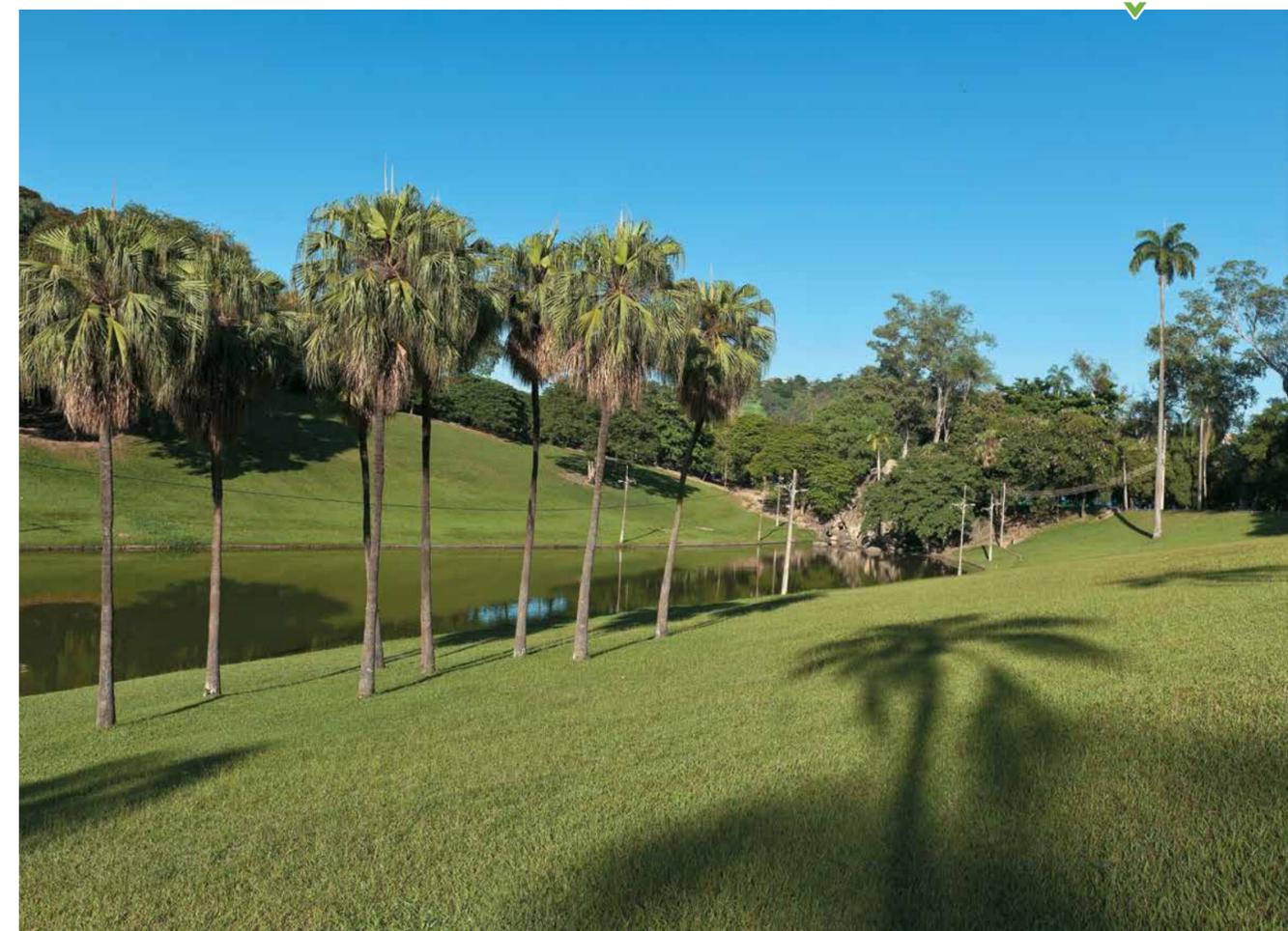




Palmeira-leque
(*Coccothrinax* sp.)

A Quinta da Boa Vista abrigou gerações da Família Imperial, entre elas a Rainha Dona Maria da Glória II, D. Pedro II e a Princesa Isabel. Em 1808 o Príncipe-Regente Dom João a recebeu de presente do comerciante português Elias Antônio Lopes, como um sinal de cortesia pela chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Durante oito anos, a então casa de campo, mesmo espaçosa, passou por inúmeras reformas e ampliação do terreno para ficar à altura dos ilustres moradores.

Novas intervenções aconteceram por ocasião do casamento de Dom Pedro I com a futura Imperatriz do Brasil, Maria Leopoldina, em 1817. Por determinação do príncipe, foram plantadas centenas de árvores, muitas delas espécies frutíferas. Também foi dado início ao Horto Botânico, cujas mudas ajudaram na reconstrução da Floresta da Tijuca.

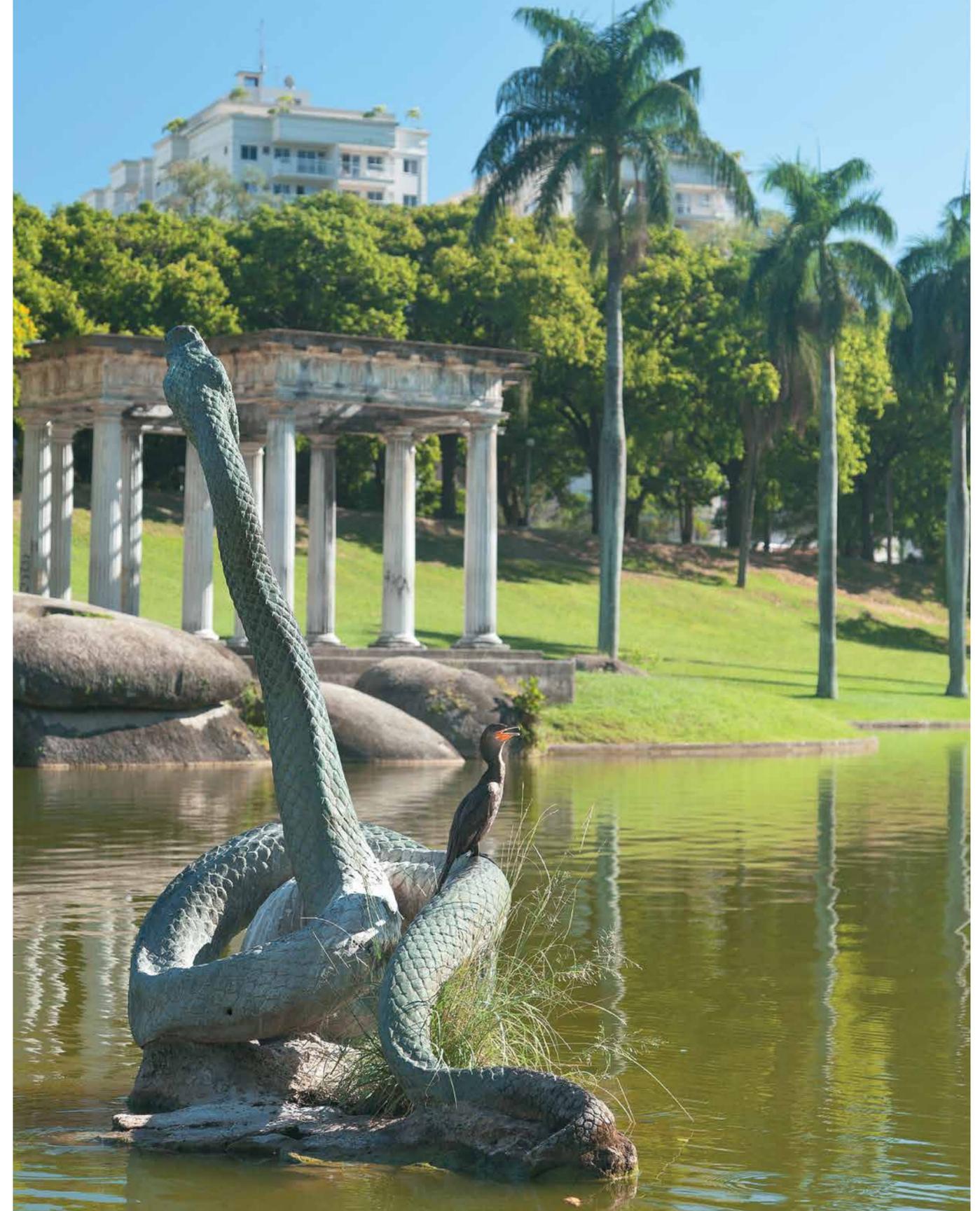


A reforma foi comandada pelo arquiteto inglês John Johnston. Além das mudanças no paço e no jardim, que ganhou lagos e córregos, Johnston também ficou encarregado da instalação de um majestoso portão na entrada, presente ao casal do general Hugh Percy, 2º Duque de Northumberland. Inspirado no pórtico da *Sion House*, residência daquele nobre na Inglaterra, esse portão foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e hoje é a entrada principal do Jardim Zoológico, que fica nas dependências da Quinta.

A Princesa Maria Leopoldina sempre viveu na Quinta da Boa Vista durante os nove anos de casamento e ali também veio a falecer, de parto, em 1826. Para grande desgosto da imperatriz, ela teve que conviver com Domitila de Castro, Marquesa de Santos, favorita de Dom Pedro, com quem ele teve vários filhos e que morava em uma casa próxima da propriedade real.

Herança preservada

Mesmo com a Proclamação da Independência, em 1822, a Família Imperial continuou ocupando a Quinta, que passou por outra grande intervenção em 1860, por iniciativa de Dom Pedro II, que contratou Auguste François Marie Glaziou. Chamado de paisagista do imperador, por ter deixado marcas de seu talento em vários outros trabalhos, como a reforma do Passeio Público e a concep-



ção do Campo de Santana, ele dedicou 17 anos à sua primeira grande obra no Rio de Janeiro.

Relevos criados no terreno conferem leveza e harmonia ao conjunto de bosques e jardins. Caminhos sinuosos, lagos, grutas artificiais, cascatas e pontes, que imitam troncos de árvore, são outras características do estilo inglês adotado pelo paisagista e em moda na época.

A sapucaia (*Lecythis pisonis* Cambess.) foi a espécie escolhida por Glaziou para criar uma alameda que liga o portão principal ao palacete, que ainda hoje pode ser admirada. Essa espécie da Mata Atlântica pode atingir até 40 metros na natureza, mas quando cultivada não ultrapassa 25 metros. No entanto, seu tronco pode chegar até 9 metros de circunferência. Apenas árvores adultas, com mais de 8 anos, produzem floração, que só ocorre na primavera. Nessa época, a copa arredondada fica plena de flores rosa-avermelhado e lilás.

O fruto tem um formato curioso. A cápsula, que pode alcançar até 25 cm de diâmetro e pesa entre 2 e 4 kg, tem uma espécie de tampa na extremidade, que cede para liberar as sementes quando o fruto está maduro. O sabor é parecido com o da castanha-do-pará, mas não são comercializadas pela baixa produção.

Esse tipo de semente é muito apreciado pelos animais, sobretudo macacos. Na ânsia de consumir o fruto antes da época, eles batem uma cumbuca contra a outra para tentar liberar as castanhas. Os mais experientes, segundo a lenda, evitam enfiar a mão para que ela não fique presa. Vem daí a expressão: *macaco velho não põe a mão em cumbuca*. Esse gosto pela castanha também deu origem aos nomes populares da árvore, como cumbuca-de-macaco e marmitta-de-macaco.





Museu criado por Dom João – o segundo do país

Todo esse conjunto passou por um longo período de deterioração depois da partida de Dom Pedro II com a Família Imperial, em 17 de novembro de 1889, dois dias após a Proclamação da República. Três anos mais tarde, a sede do Museu Nacional, criado por D. João VI em 1818 com o nome de Museu Real, é transferida do Campo de Santana para a Quinta.

Mesmo com essa mudança, o local só começou a ser recuperado em 1907, por determinação do Presidente da República Afonso Pena, e reinaugurado três anos depois por seu sucessor, Nilo Peçanha.

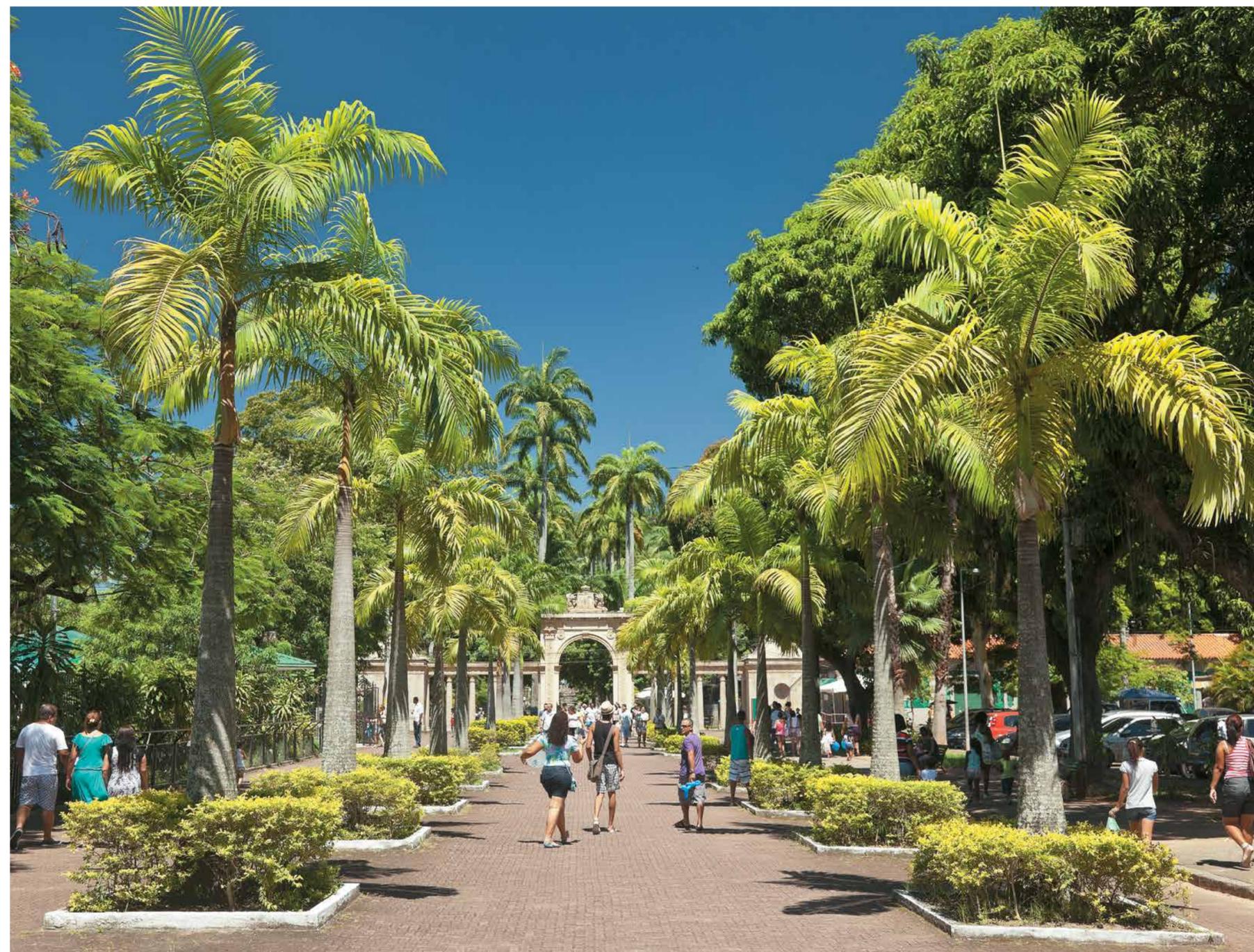
Considerado como o detentor dos maiores acervos científicos da América Latina, as coleções do Museu Nacional são estudadas pelos departamentos de Antropologia, Botânica, Entomologia, Invertebrados, Vertebrados, Geologia e Paleontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na Quinta também estão instalados laboratórios de botânica e zoologia, e ainda são ministrados cursos de pós-graduação em diversas áreas.

Dos mais de vinte milhões de itens, apenas cerca de três mil estão expostos à visita pública. Logo na entrada do palacete vê-se um meteorito em torno de 5 toneladas, encontrado no sé-



culo XVIII. Outros destaques, sobretudo para as crianças, são os esqueletos de dinossauros e aves pré-históricas.

Também podem ser vistos pinturas que retratam membros da Família Imperial, além de personagens e fatos históricos, coleções de arte asiática, múmias egípcias, armamentos, numismática, indumentárias e objetos de muitas tribos indígenas brasileiras e de diversos povos do mundo. Algumas aves empalhadas são provenientes da *Casa dos Pássaros*, primeiro museu de História Natural do país, fundado em 1784 pelo Vice-Rei Dom Luis de Vasconcelos (1779-1790).



Espaço público de lazer

Em uma área de 138 mil m² podem ser vistos mais de 2 mil animais, entre peixes, répteis, mamíferos e aves de vários lugares do mundo, muitos deles ameaçados de extinção, como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*). Entre as atrações do Jardim Zoológico estão a Casa Noturna, onde se pode observar animais de hábitos noturnos, como cobras e corujas, a Passarela da Fauna, que permite ao visitante caminhar em um plano elevado entre vários animais, como aves e tartarugas, e o Aquário Público, projetado por Auguste François Glaziou por encomenda de Dom Pedro II.

A Quinta da Boa Vista é um lugar aberto à visitação e inteiramente gratuito, com exceção do Jardim Zoológico. No jardim, além de observar as estátuas de Dom Pedro II, da Imperatriz Leopoldina e de Glaziou, e construções como o Pagode Chinês e o Templo de Apolo, o visitante pode andar de bicicleta e pedalinho, fazer piqueniques ou caminhadas. Um dos grandes espaços ao ar livre do Rio de Janeiro, o parque também é frequentemente utilizado para exposições, shows e concertos.

Lavadeira-mascarada
(*Fluvicola nengeta*)



Campo de Santana

Nome oficial:

Parque Municipal Urbano
Campo de Santana

Criação: 1880

Área: 15,52 ha | 155.200 m²

Localização:

centro da cidade, em frente à
Estação da Estrada de Ferro
Central do Brasil





O Campo de Santana tem uma trajetória curiosa e surpreendente, marcada por constantes trocas de nomes e de ocupação, além de importantes eventos históricos da época do Império e República. No século XVII era uma extensa área denominada Campo da Cidade, usada como pasto e local onde o gado era reunido para abate. No final do século passou a ser o Largo de São Domingos, em referência à capela construída por uma irmandade de mesmo nome.

Mesmo com o surgimento das primeiras chácaras no início do século seguinte e a construção da igreja de Nossa Senhora de Santana, que deu nome ao lugar, esse espaço, que então delimitava as zonas rural e urbana da cidade, passou a ser, junto com as praias, depósito de lixo. Os dejetos humanos eram coletados e transportados em barris por escravos chamados de 'tigres'. Essa



denominação traduz o horror da atividade porque a pele, contaminada pelos excrementos, ficava rajada.

Em 1790 a área começou a ser aterrada, mas o espaço só mudou efetivamente mais de vinte anos depois, com a chegada da Família Real. Valorizado, passou a ser ocupado por festas populares e oficiais.

Capital do Império Português

A chegada da Corte Portuguesa em 1808 teve um profundo impacto sobre o Rio de Janeiro, ainda mais acentuado pela condição de Capital de uma monarquia europeia, algo sem precedentes na história.

Na tentativa de transformar uma cidade insalubre e sem qualquer refinamento, Dom João promoveu profundas mudanças. Nesse período foram criados o Banco do Brasil, a Academia Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e o Horto Real – hoje, Jardim Botânico.

No Campo de Santana, já então uma das maiores áreas verdes da cidade, foi instalado em 1811 o primeiro quartel do país – a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte – e o local se transformou em área para exercícios militares.

O parque sediou uma das primeiras grandes festividades do Im-



Árvore-que-anda ou figueira-que-anda
(*Ficus microcarpa*)



pério. Em 1818, dois anos após a morte da mãe, Dona Maria I, o Príncipe-Regente foi aclamado por seus súditos como Rei de Portugal, do Brasil e Algarves com o título de Dom João VI – o primeiro e único europeu a receber a coroa no continente americano. A cidade viveu dois anos de comemorações.

Quatro anos mais tarde, acompanhando as reviravoltas da cena política, como a recusa de Dom Pedro I em voltar a Portugal e sua sagração como Imperador do Brasil, a área passou a se chamar Campo da Aclamação. Entre outros nomes que o lugar recebeu ao longo do tempo estão Praça dos Curros (quando abrigou uma arquibancada para touradas), Campo das Lavadeiras (com a inauguração de um chafariz), Campo da Honra, Campo da Redenção e Campo da Liberdade (que refletiram os conflitos políticos).

Em 1841 volta a ser chamado de Parque da Aclamação, por decisão de Dom Pedro II, e Praça da República, em 1890, poucos meses depois da queda da monarquia pelo movimento liderado por Deodoro da Fonseca, que morava em frente ao local.

No começo do século XX a população aderiu à iniciativa da prefeitura, que criou no espaço a Batalha das Flores. Os competidores se esmeravam em criar buquês, cestas e grinaldas elaboradas. Piqueniques faziam parte da festividade, que tinha como ponto alto o desfile de carros ornamentados.

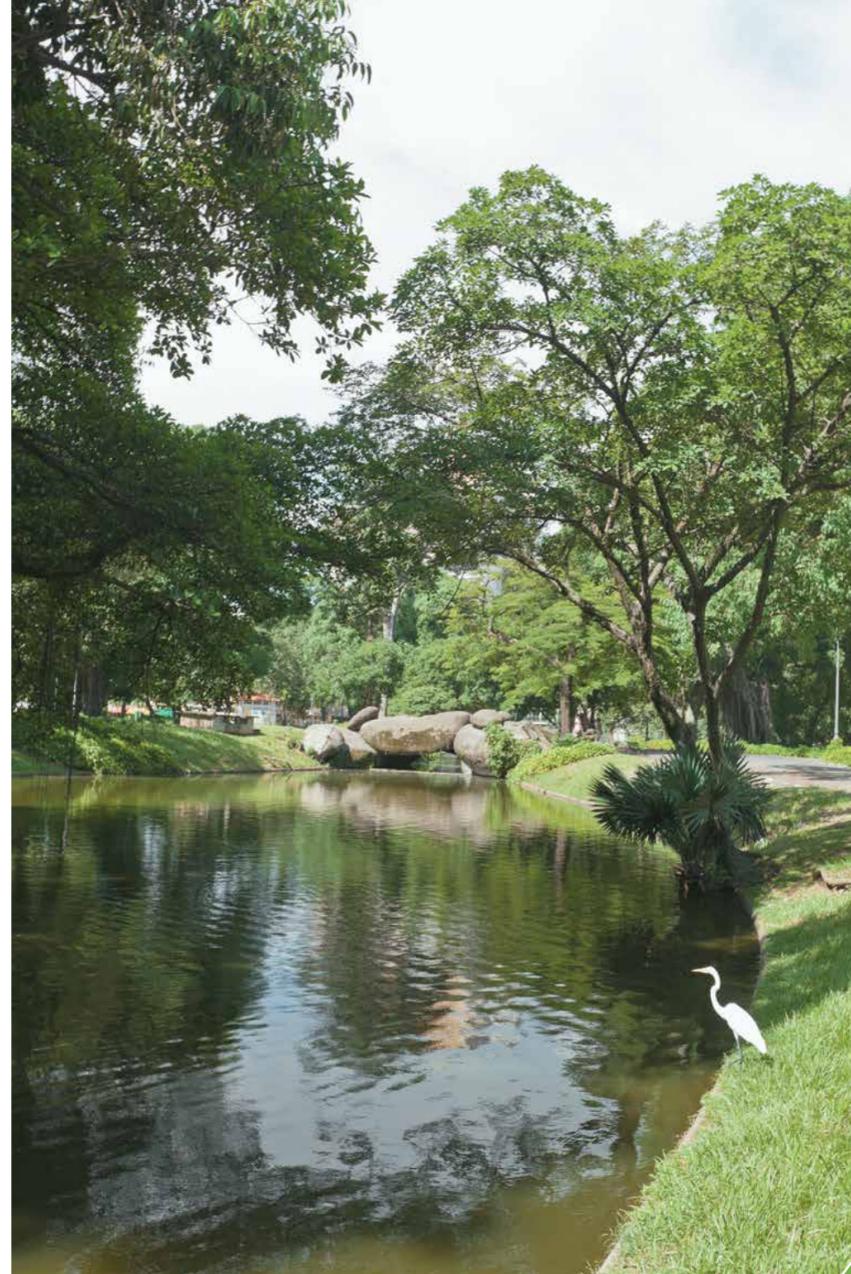
Mas um ano depois, em 1904, o Campo de Santana volta a ser palco de violentos protestos da chamada Revolta da Vacina. O governo, além de tornar obrigatória a imunização contra a varíola, promoveu a demolição de cortiços no centro da cidade. Brigadas criadas pelo sanitarista Oswaldo Cruz também invadiram as casas para exterminar os mosquitos transmissores da febre amarela e os ratos, da peste bubônica. O saldo dessa contenda deixou trinta mortos e cento e dez feridos.

Em 31 de março de 1964 o parque foi ocupado pelos militares. Durante nove dias ficaram entrincheirados para emboscar os estudantes da Faculdade Nacional de Direito, contrários ao golpe militar.

Por decreto, retoma o nome de Campo de Santana em 1965, formando com as ruas do entorno a Praça da República. Por sua importância histórica, é tombado em 1968.

A árvore que anda

A sofisticação paisagística, aliada à exuberância tropical, é a marca da mais profunda interferência que o Campo de Santana já sofreu. Por determinação de Dom Pedro II, foi contratado o paisagista e botânico francês Auguste François Marie Glaziou, que já havia projetado a Quinta da Boa Vista e remodelado o Passeio Público. A empreitada, liderada pelo empresário Francisco José



Garça-branca
(*Casmeroides albus*)

Baobá (*Adansonia digitata*)



Fialho, levou sete anos para ser concluída. Finalmente, em sete de setembro de 1880, o parque foi inaugurado pelo imperador.

O traçado inglês – que sucedeu o estilo francês marcado pela busca exagerada de forma e simetria – foi o modelo escolhido por Glaziou. Seguindo as curvas naturais do terreno e cursos d'água, ou criando atrativos como riachos e lagos, pontes e uma

Árvore-que-anda
(*Ficus microcarpa*)



gruta artificial sobre trilhos de ferro que imitam troncos de árvores, é possível perceber pelos detalhes primorosos a clara intenção do paisagista de surpreender o visitante.

Copas generosas e imponentes – algumas alcançando cerca de 25 metros de altura – são algumas das características que conferem unidade e harmonia entre as árvores nativas e exóticas. O Campo de Santana recebeu mais de 50 mil mudas de plantas de diferentes origens, grande parte vinda da Floresta da Tijuca e do viveiro da Quinta da Boa Vista, então residência da Família Real.

Ainda é possível encontrar no parque árvores brasileiras como o pau-brasil (*Caesalpinia echinata Lam.*), que deu nome ao país e foi o primeiro produto de exportação para a Europa devido à sua seiva, usada para tingir tecidos. Outras espécies também chamam atenção, como o oitizeiro (*Licania tomentosa - Crysobalanaceae*), típico da Mata Atlântica e com frutos comestíveis, e o xixá (*Sterculia foetida - Sterculiaceae*), que em tupi significa fruto semelhante à mão ou punho, em alusão à forma das cápsulas individuais onde ficam as amêndoas.

A figueira-miúda (*Ficus microcarpa - Moraceae*), um dos destaques entre as espécies exóticas plantadas por Glaziou, também é conhecida como a 'árvore-que-anda'. Essa denominação curiosa se deve às suas raízes aéreas, que vão se entrelaçando e forman-

do novos troncos, que dão apoio ao principal. Com esse movimento, a árvore vai ampliando sua ocupação no terreno.

Outra figueira do parque é a *Ficus religiosa*, venerada pelos budistas porque embaixo de uma árvore dessa espécie Buda teria alcançado sua iluminação. Há ainda os gigantes baobás (*Adansonia digitata*), de origem africana, cujo tronco armazena água e a copa é uma espécie de viveiro que abriga pássaros em fase de reprodução. No estado do Rio existem apenas outros cinco exemplares: no Passeio Público, no Jardim Botânico, no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Museu Histórico de Quissamã e na Ilha de Paquetá.

Fauna

A cotia (*Dasyprocta aguti*) é um dos animais mais típicos do local, mas também podem ser encontrados exemplares do sagui-comum (*Callithrix jacchus*) e inúmeras aves, como o pavão asiático (*Pavo cristatus*), o pato-do-mato (*Cairina moschata*), a rolinha (*Columbina talpacoti*) e o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*). Espécies visitantes também são atraídas pelas diferentes florações, com destaque para o beija-flor tesourão (*Eupetomena macroura*) e a camacica (*Careba flaveola*). Nos lagos foram introduzidos peixes ornamentais, de cores vivas e intensas, como a carpa híbrida (*Cyprinus sp.*) e o barrigudinho (*Poecilia vivípara*).



Cotia
(*Dasyprocta aguti*)



Atrativos

Esculturas e fontes ainda fazem parte da magia do Campo de Santana. No seu centro está uma homenagem a Benjamin Constant, um dos fundadores da República, primeiro Ministro da Guerra e autor da divisa da bandeira brasileira *Ordem e Progresso*. Circundando esse monumento estão dispostas quatro estátuas em mármore representando as estações do ano: *Inverno* e *Verão*, de Paul Jean Baptist Gasq, e *Primavera* e *Outono*, de Gustave Frederic Michel.

Por sua localização privilegiada, além de oferecer espaço de descanso, o Campo de Santana também serve como ligação entre pontos importantes. Ao seu redor estão o Palácio Duque de Caxias – sede do Comando Militar do Leste –, a Central do Brasil – o maior complexo de transportes da cidade, que integra trens, metrô e ônibus –, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Hospital Souza Aguiar, o Arquivo Nacional e o Quartel Geral do Corpo de Bombeiros, entre outros.

A construção da primeira estação de trem do país pelo Imperador Pedro II, hoje Central do Brasil; as grandes intervenções urbanas para modernizar a cidade, que começaram com o Prefeito Pereira Passos (1902-1906); e a abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940, foram mudanças que se refletiram

no Campo de Santana e reduziram suas dimensões para os atuais 15,52 ha. Ainda assim, continua sendo a maior área verde do centro da cidade do Rio de Janeiro.



Parque Guinle

Nome oficial:

Parque Municipal Urbano
Eduardo Guinle

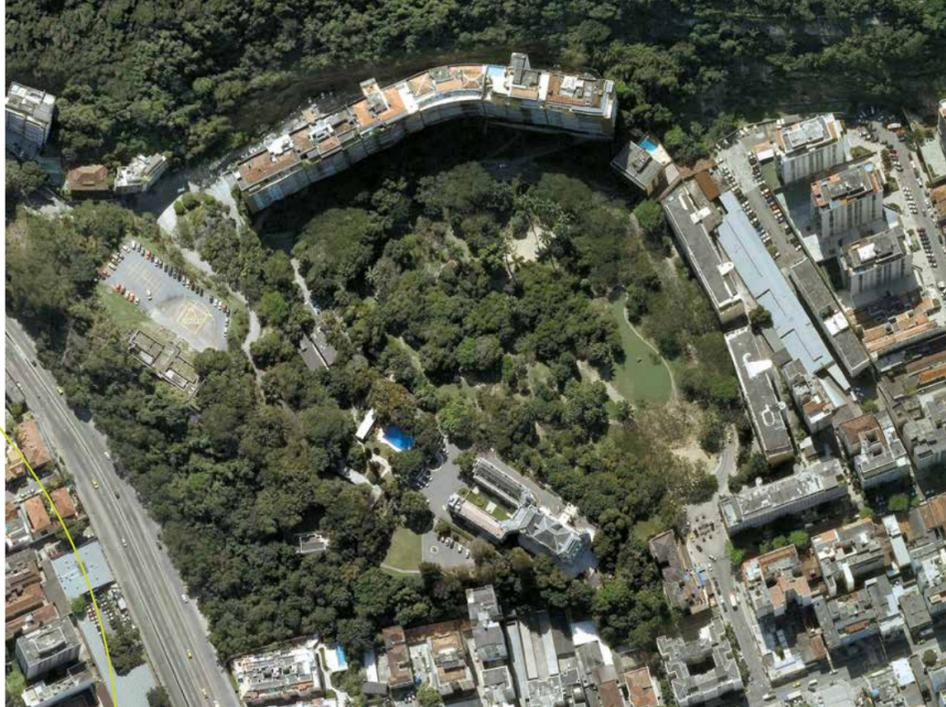
Criação: 1944

Área: 2,47 ha | 24.700 m²

Localização:

Rua Gago Coutinho, s/nº,
bairro das Laranjeiras





Um espaço requintado, planejado em todos os detalhes. Originalmente, o parque seria usado como reserva de caça de Eduardo Guinle, no final do século XIX. Com o tempo, o empresário carioca ampliou o terreno ao comprar e demolir as casas da Ladeira Gago Coutinho, abrindo assim espaço para a construção de sua residência.

O palacete em estilo neoclássico, projeto do arquiteto brasileiro Armando Carlos da Silva Telles, fica em um ponto estratégico, dominando todo o pequeno vale e com vista para a Baía de Guanabara. Os jardins foram concebidos e executados pelo paisagista francês Gérard Cochet. Da França também vieram pintores e escultores que cuidaram da decoração interna e externa.

O proprietário não economizou para dotar o espaço de luxo, conforto e suntuosidade. Piso em mosaico de mármore de Carrara e pastilhas



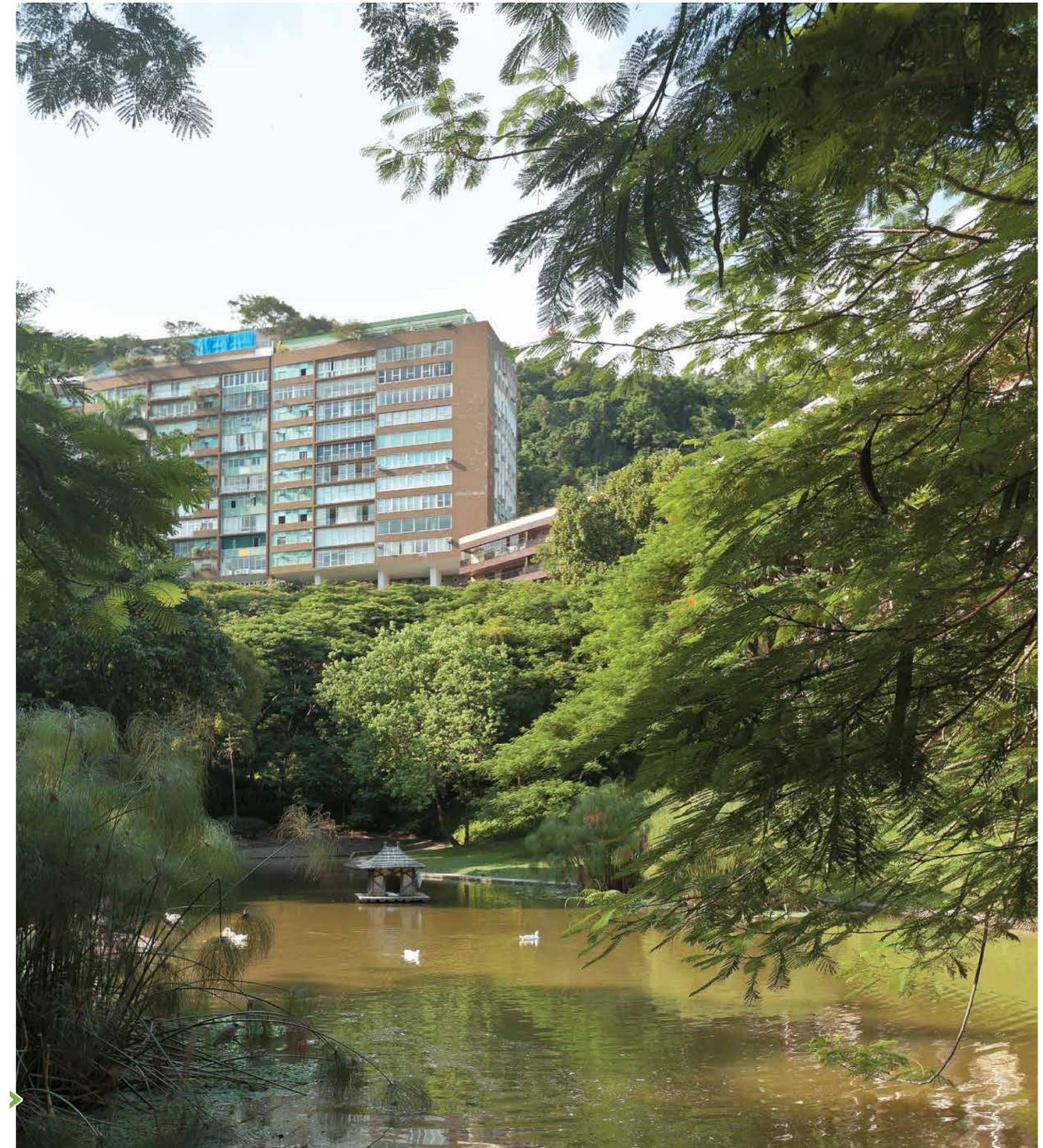
folheadas a ouro estão presentes em vários cômodos, com destaque para o hall e o banheiro. Com 31 m², esse ambiente íntimo, além da famosa banheira também esculpida em mármore italiano, conta ainda com detalhes como lustres de cristal e torneiras inglesas de cobre.

A obra ficou pronta em 1914 e o custo foi tão alto que o empresário faliu. Com a morte de Eduardo Guinle, na década de 1940, o palacete foi vendido ao Governo Federal. Rebatizado como Palácio Laranjeiras, foi usado como residência do Presidente Juscelino Kubitschek e, posteriormente, para hospedar chefes de Estado e visitantes ilustres.

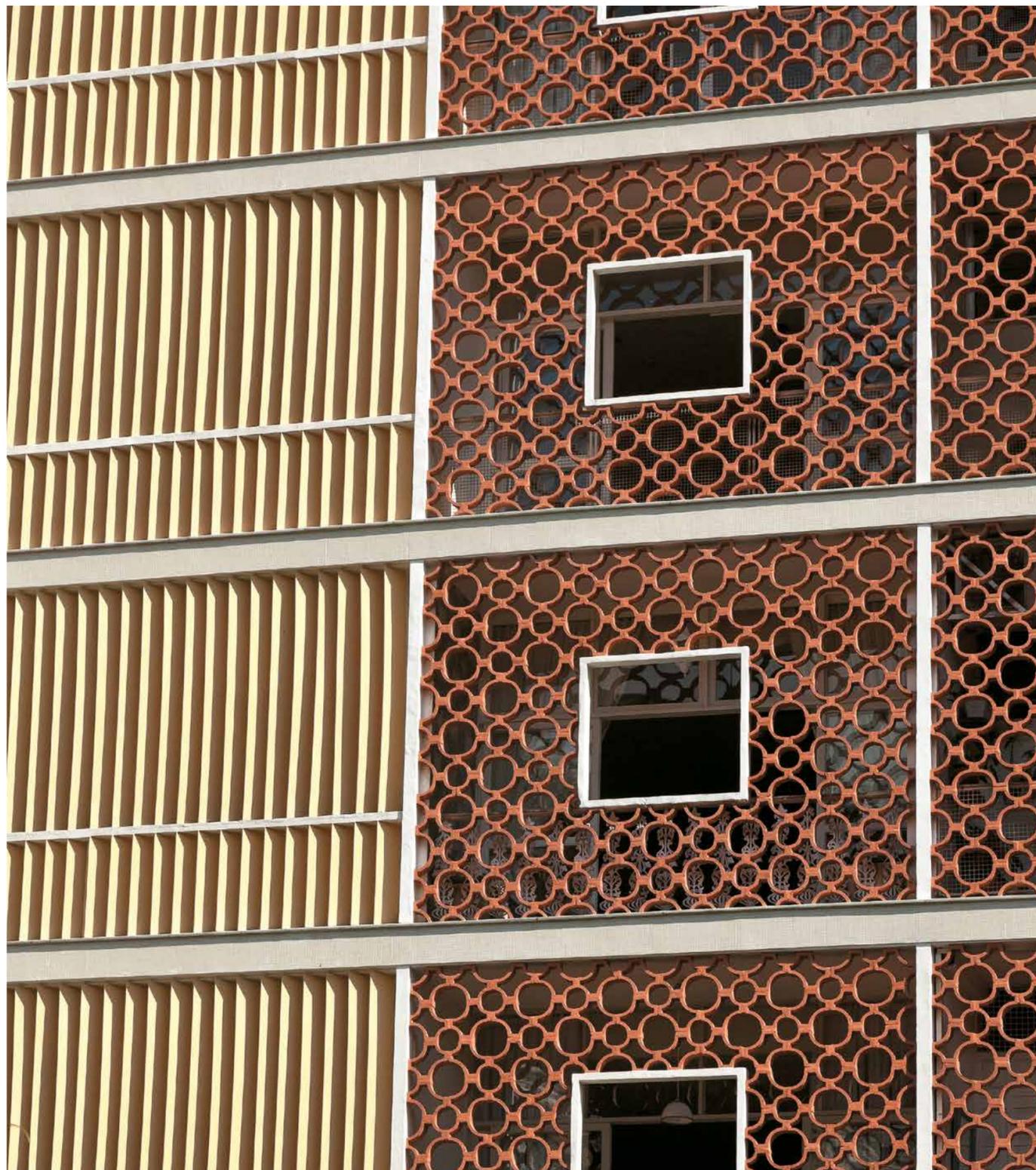
Modernidade

Doado à então prefeitura do Distrito Federal, a área se transforma em espaço público em 1944. Três anos depois, a família decide lotear o restante do terreno ainda de sua propriedade, visando a construção de residências para a classe alta.

O Parque Guinle ganha um projeto ousado do arquiteto Lucio Costa, então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, que se notabiliza por ser o primeiro conjunto de prédios edificadas sobre pilotis, um marco da arquitetura modernista brasileira. Entre as inovações, a utilização de cobo-



Flamboyant
(*Delonix regia*)

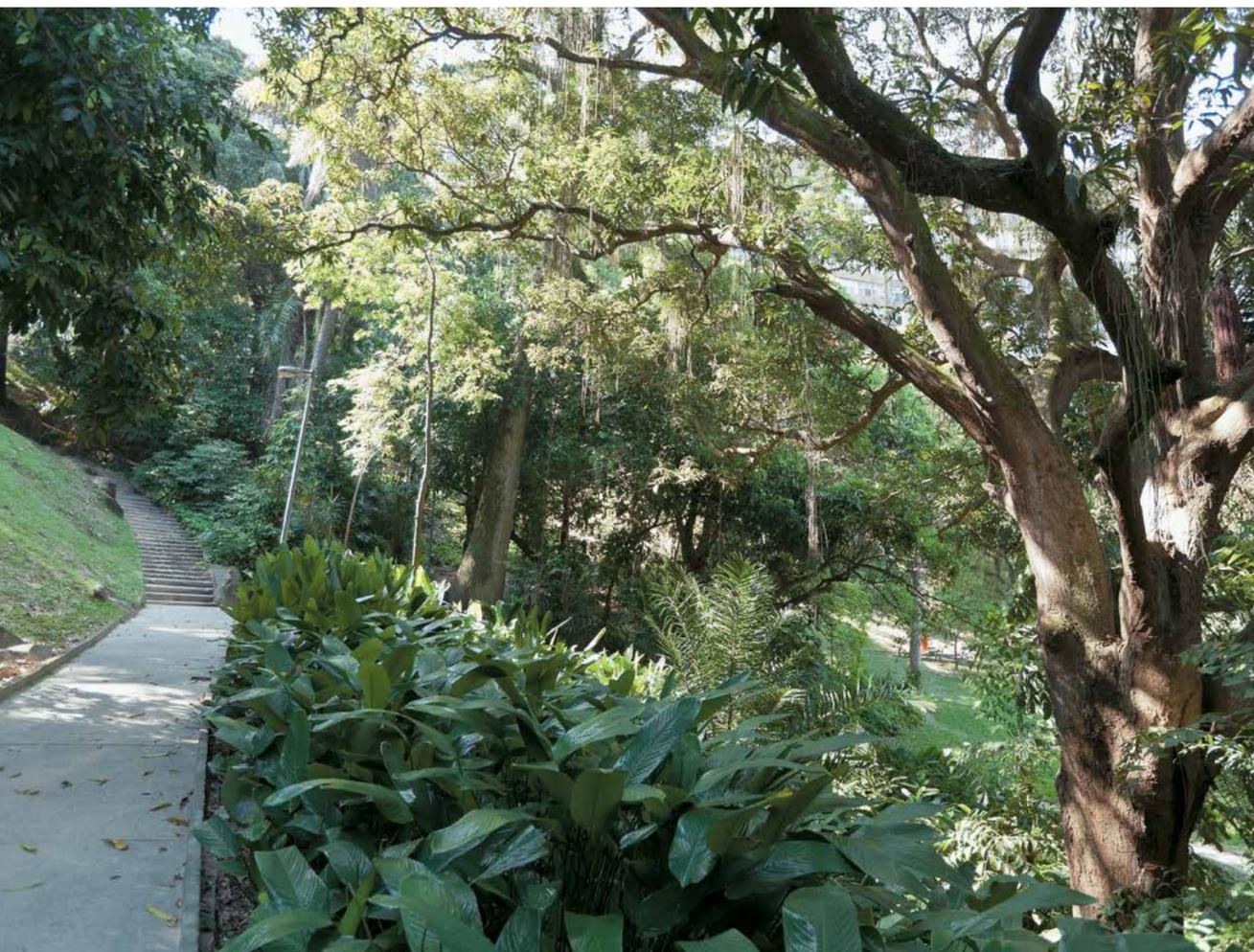


gós de cerâmica, tijolos decorativos e vazados no centro, e, em madeira, os *brise-soleil* (expressão francesa que significa quebra-sol), dois elementos que permitem a ventilação e a passagem da luz. Na época, a concepção causou estranheza, mas por esse trabalho Lucio Costa foi premiado pela I Bienal das Artes, em São Paulo, em 1951.

Os jardins foram readequados por Burle Marx. A proposta inovadora valorizava não só o uso da flora nativa, que era dominante no parque, mas também de outros materiais, como pedras, água e areia.

Das seis unidades previstas, foram construídas apenas três. Posteriormente, o conjunto ganhou mais um prédio projetado pelo escritório MMM Roberto, também importante referência da arquitetura modernista. O local guarda uma grande semelhança com as superquadras de Brasília.

Na década de 1970, o espaço do Palácio Laranjeiras é cedido ao governo do estado e se transforma na residência oficial do governador. Todo o conjunto é tombado pela União em 1986.



Espaço de lazer

Um portão de ferro, sustentado por pórtico de granito e duas estátuas de leões alados, dá acesso ao Parque Guinle. A entrada é imponente, mas oferece passagem para um jardim acolhedor.

No terreno, levemente ondulado, foram plantadas muitas árvores frutíferas, como mangueira (*Mangifera indica* - Anacardiaceae), jaboticabeira (*Myrciaria trunciflora* - Myrtaceae) e sapotizeiro (*Acras sapota* - Sapotaceae), além de ornamentais, como o flamboyant (*Delonix regia*), sabão-de-soldado (*Sapindus saponaria*), ipê-amarelo (*Tabebuia chrysotricha*) e pau-brasil (*Caesalpinia echinata*).

O local é muito frequentado por crianças; além de parquinho com brinquedos, ainda dispõe de um fraldário para bebês. Os adultos contam com alguns equipamentos para ginástica, como pranchas abdominais e barras paralelas.

O parque, que tem também um pequeno lago e córregos artificiais, abriga diversas espécies como patos, garças, tartarugas e sapos. Como fica na base da Floresta da Tijuca, outro grande atrativo é observar os animais que descem da mata em busca de alimentos. Os mais frequentes são o sagui (*Callithrix jacchus*) e o gambá (*Didelphis marsupialis*); entre as aves, o quero-quero



(*Vanellus chilensis*), as rolinhas (*Columbina minuta* e *Columbina talpacoti*) e o irerê (*Dendrocygna viduata*).

Área protegida

O Parque Guinle é vizinho da Área de Proteção Ambiental (APA) São José, criada em 1991 por uma Lei Municipal para proteger a fauna e flora dos morros Nova Cintra e São Judas Tadeu, cujas encostas são cobertas por vegetação da Mata Atlântica. A APA também protege o patrimônio histórico do bairro de Laranjeiras.



Floresta da Tijuca

Nome oficial:

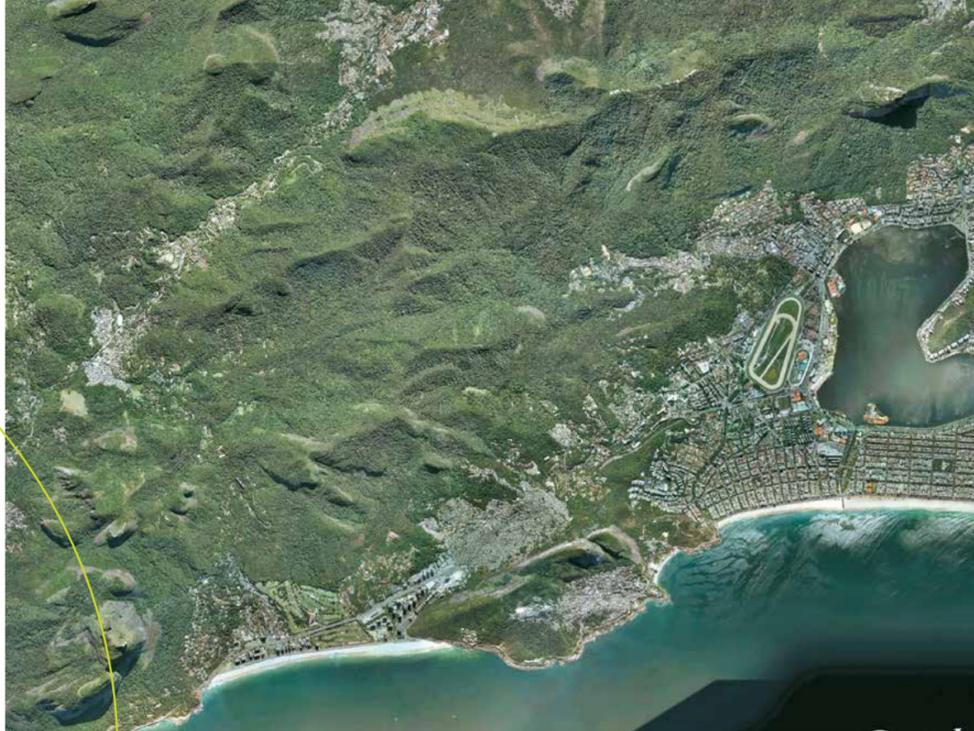
Parque Nacional da Tijuca

Criação: 1961

Área: 3.360 ha | 33.600.000 m²

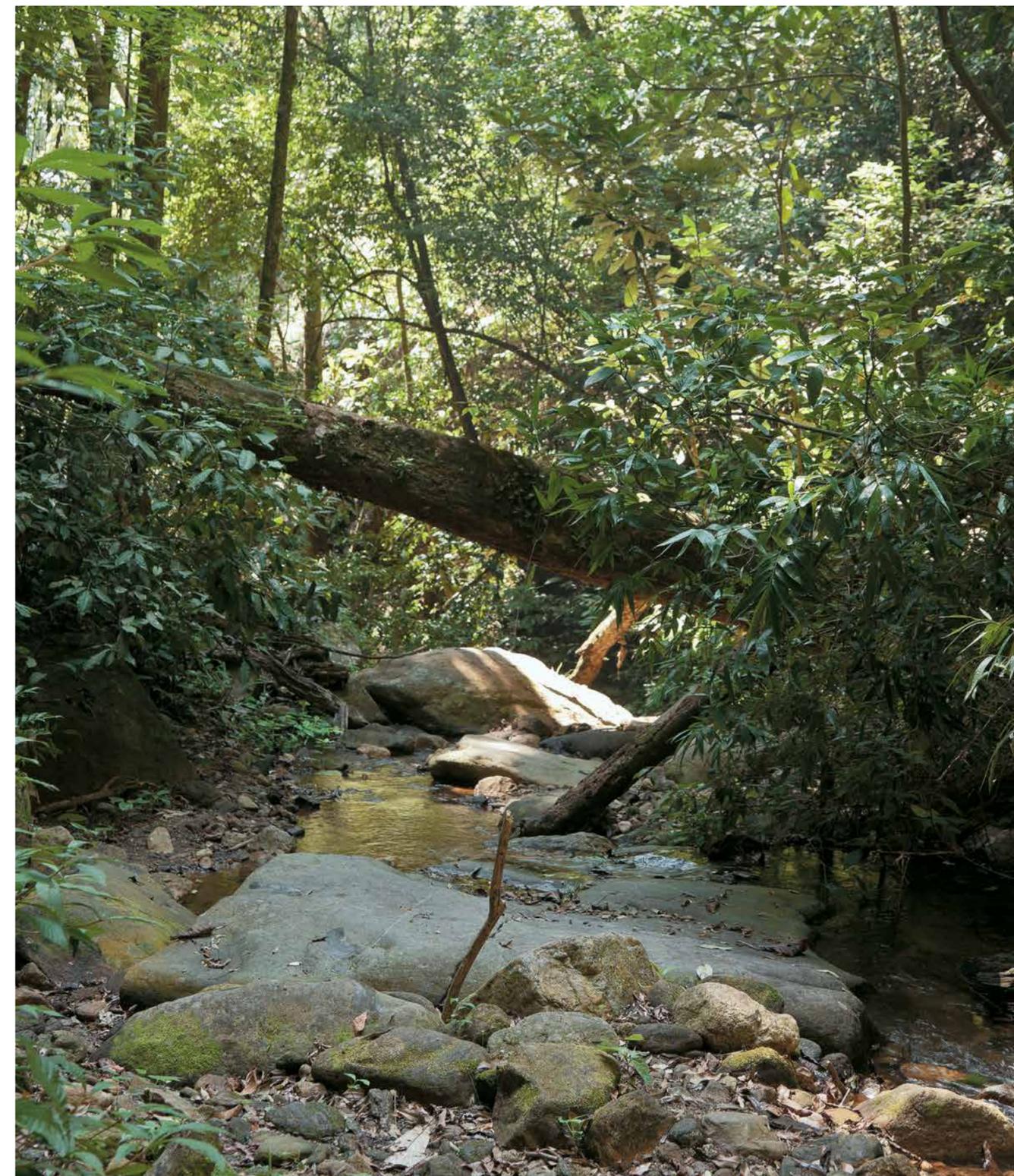
Localização:

Maciço da Tijuca, confrontando com os limites de vários bairros, principalmente Tijuca, Alto da Boa Vista e Santa Teresa



Uma floresta inteira devastada, com mananciais de água comprometidos e solo pobre em nutrientes, o que foi desencadeado pela exploração aleatória de suas terras em sucessivas culturas predatórias. Hoje, esse cenário é outro: um dos maiores parques urbanos do mundo, declarado em 1991 Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, único do Brasil nessa condição.

A destruição desse trecho da Mata Atlântica começou sessenta e cinco anos depois da descoberta do Brasil, quando o fundador da cidade e primeiro Governador-Geral da Capitania do Rio de Janeiro, Estácio de Sá, doou a Sesmaria do Iguaçu aos jesuítas – uma área imensa, que se estendia dos atuais bairros do Rio Comprido até Inhaúma, na zona norte da cidade. Ao





longo do tempo, as terras foram divididas em três fazendas e ocupadas com cana-de-açúcar, que era beneficiada nos engenhos das propriedades.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as terras foram incorporadas ao Fisco Real e colocadas à venda. Um ano depois, todas as fazendas, sítios e chácaras iniciaram o cultivo do café (*Coffea arabica*). Como ainda havia o mito de que o plantio dessa espécie deveria ser feito, de preferência, em mata virgem, a velocidade do desmatamento aumentou consideravelmente, agravada ainda pelas técnicas inadequadas de cultivo, que reduziam o ciclo do café de trinta para vinte anos.

Tijuca Imperial

Com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, a cidade – que já contava com cerca de 40 mil habitantes – recebeu, de uma hora para outra, mais 15 mil pessoas, o que provocou impactos consideráveis. Um dos mais graves foi a crise no abastecimento de água, agravada pelas nascentes comprometidas pela exploração sucessiva da terra.

Em 1817, um Decreto Real proíbe pela primeira vez o corte de árvores nos mananciais dos principais rios, Paineiras e Carioca, que abasteciam a cidade. Entretanto, a situação chegou a um ponto em que



Dom João decidiu desapropriar as terras para proteger as nascentes; cinco anos depois, a Floresta ganha o status de Tijuca Imperial.

Ainda assim, a cidade sofreu severas secas ao longo dos anos e, mesmo com a incorporação do Rio Maracanã, a situação não se resolveu. Entre 1845 e 1848, inicia-se o primeiro plantio de árvores por ordem do Ministério do Império.

O escritor José de Alencar, em 1857, reflete sobre todas essas tentativas de recuperação das terras: *“O trabalho de reflorestamento, representaria uma viva imagem da loucura humana, que devasta para depois refazer à custa de anos, trabalho e dispêndio de grande cabedal, o que destruiu em alguns dias pela cobiça do lucro insignificante.”*



Palmeira-imperial
(*Roystonea oleracea*)

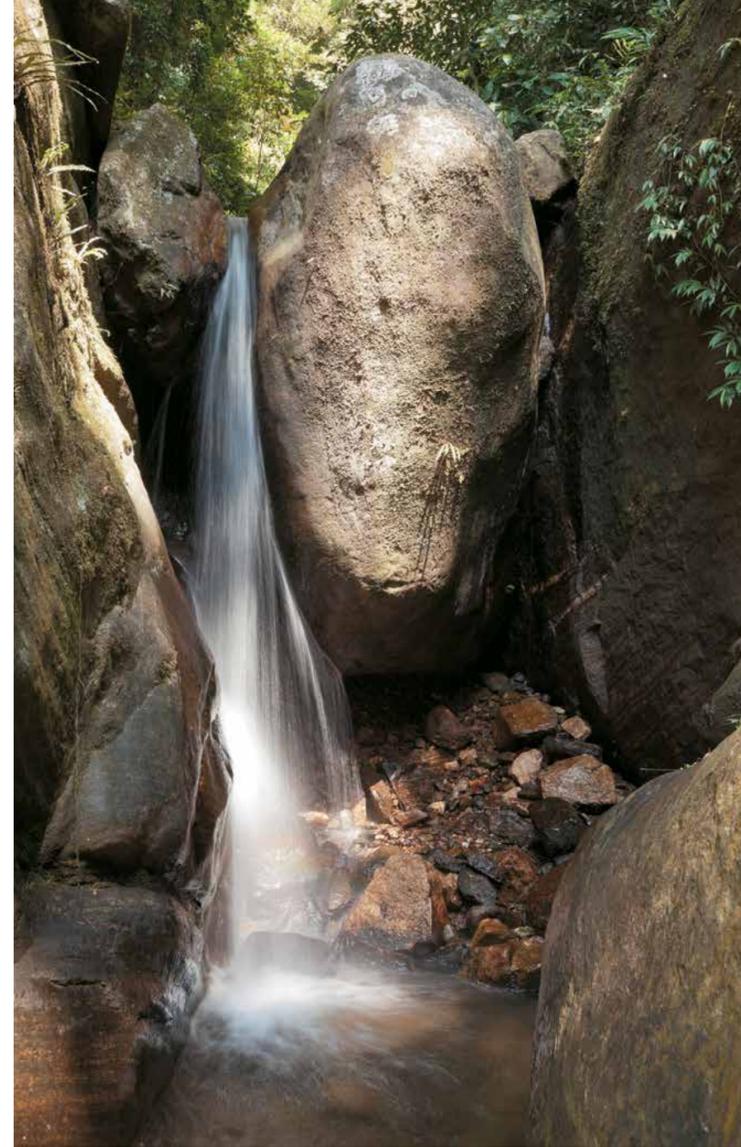
A reconstrução da Floresta

Coube ao Imperador Dom Pedro II a decisão de bancar o mais ousado e surpreendente plano de recuperação da Floresta da Tijuca em 1861 e, com isso, o Brasil se tornou o primeiro país a implantar a silvicultura, estudo de métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar as florestas.

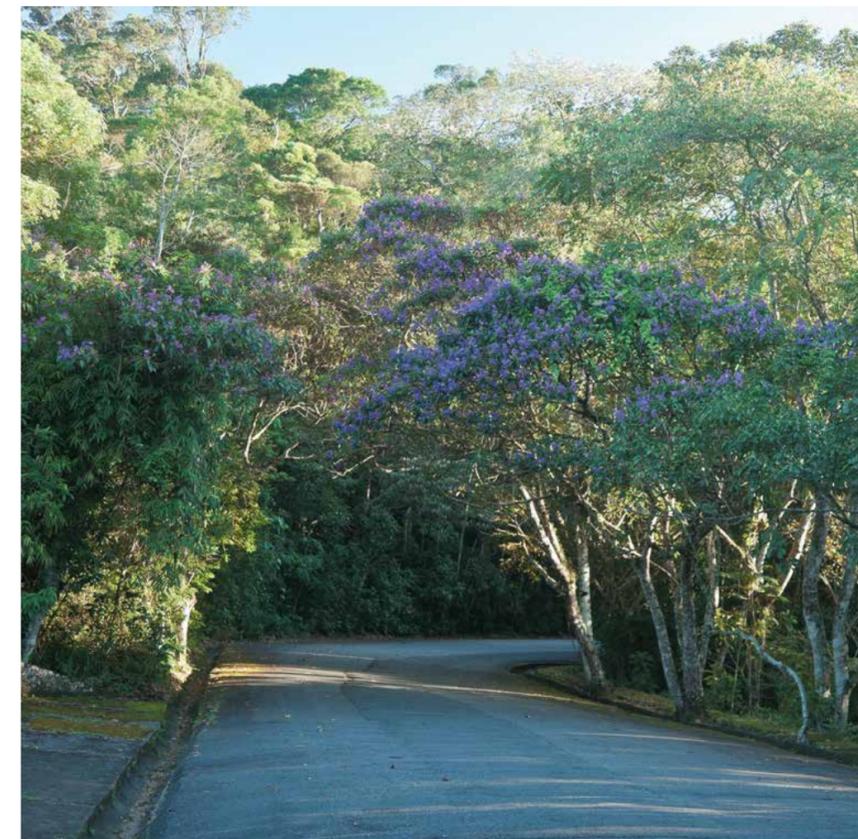
A tarefa foi entregue ao major da Guarda Nacional Manuel Gomes Archer, responsável pelas matas da região da Tijuca, e ao administrador Thomaz Nogueira da Gama, que respondia pela região do Sumaré e das Paineiras, onde ficavam o manancial e o aqueduto do Rio Carioca.

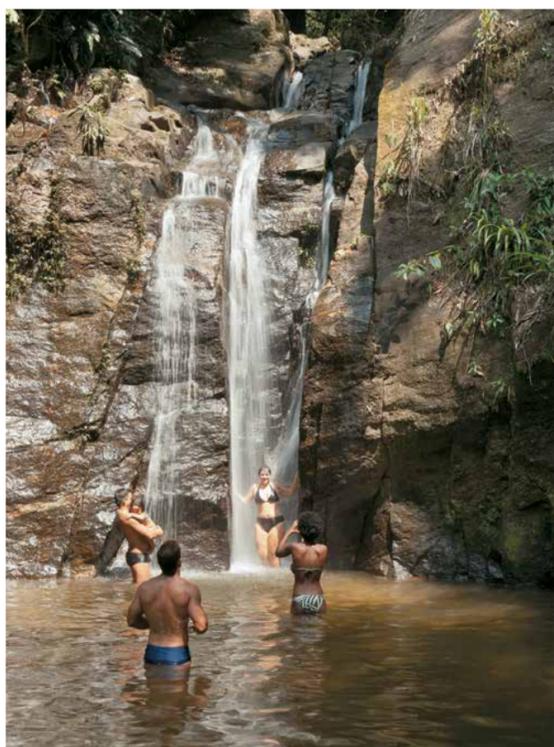
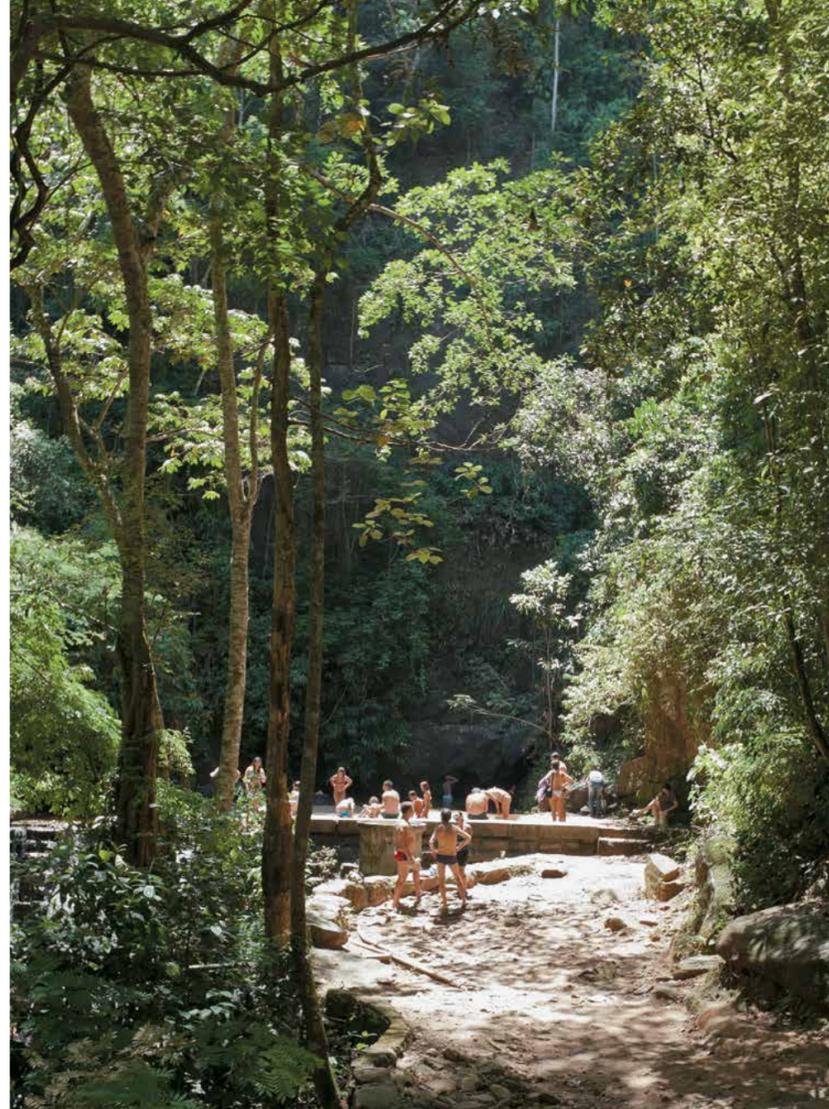
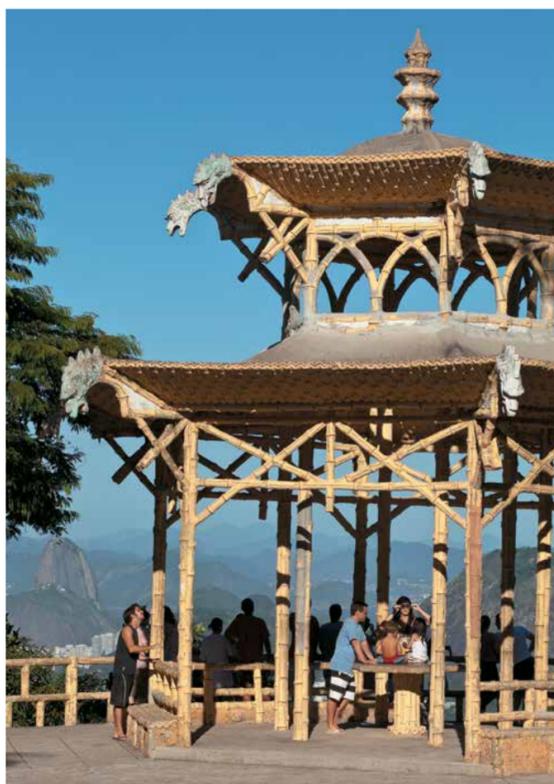
Archer optou por não utilizar sementes, e sim mudas. Isso fez toda a diferença porque as espécies nessa fase crescem mais rapidamente, beneficiadas pela *serrapilheira*, designação da camada superficial que acumula restos de vegetais e animais em diferentes estágios de decomposição, formando um substrato riquíssimo de matéria orgânica. Em treze anos de trabalho foram plantadas mais de 100 mil árvores.

O major Archer, que iniciou a tarefa com a ajuda de seis escravos, deixou o trabalho depois de solicitar, sem sucesso, aumento de salário para os dezenove homens de sua equipe e o reforço de



Quaresmeira
(*Tibouchina granulosa*)





Tucano (*Ramphastos sp.*)

outras onze pessoas. “Hoje que um simples servente de obras ganha 2\$800 réis por dia, não é sem repugnância que tenho conseguido mantê-los neste serviço pelo diminuto jornal de 1\$500 réis”, disse Archer.

O coronel Gaston de Robert d’Escragnolle assumiu a tarefa de recomposição da floresta em 1874, com a ajuda do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, também autor dos projetos de remodelação da Quinta da Boa Vista, Passeio Público e Campo de Santana. Além do plantio de outras 35 mil mudas, em quatorze anos de trabalho a dupla investiu também no embelezamento da floresta, com ornamentação de grutas, criação de jardins e construção de mirantes, lagos e pontes.

Depois de um abandono de quase meio século, a recuperação vegetal foi retomada sob o comando do industrial e mecenas Raymundo Ottoni de Castro Maia, em conjunto com o paisagista Roberto Burle Marx.

A recomposição da fauna e raridades da flora

O Parque Nacional da Tijuca, criado em 1961, abriga aproximadamente 900 espécies vegetais, incluindo exóticas e nativas. Entre as árvores brasileiras ameaçadas estão o jacarandá caviúna (*Dalbergia nigra* - *Leguminosae*), a embaúba (*Cecropia spp.* - *Moraceae*) e o cedro (*Cedrela spp.* - *Meliaceae*).

Atualmente, uma corrente de ambientalistas defende a presença de mais indivíduos da Mata Atlântica substituindo espécies exóticas, como a jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), originária da Índia. Sendo as sementes dessa árvore de fácil dispersão, acontece a multiplicação de sua presença, que toma o lugar de espécies nativas, provocando alteração da biodiversidade e do equilíbrio ecológico da floresta.

Na década de 1970 começou a reintrodução de animais, que compreende hoje mais de 200 espécies entre macacos (*Cebus apella* - *Callithrix jacchus*), pacas (*Agouti paca*), preguiças (*Bradypus variegatus*), cachorros-do-mato (*Cerdocyon thous*) e o raro tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*); diferentes tipos de cobras, como a jararaca (*Bothrops jararaca*), a jiboia (*Boa constrictor*), a caninana (*Spilotes maculatus*) e a coral-verdadeira (*Micrurus corallinus*); e uma avifauna variada entre tucanos, papagaios, pica-paus e corujas.

Patrimônio carioca

A estátua do Cristo Redentor, que fica no Corcovado a 704 metros de altura, considerada como símbolo do Rio de Janeiro e do país, é um dos pontos mais frequentados. O acesso se dá por uma estrada sinuosa, que descortina paisagens deslumbrantes das zonas sul e norte da cidade, ou por um bondinho que sobe no meio da floresta.

O Parque Nacional da Tijuca oferece ainda um conjunto de atrativos, como diversos mirantes, áreas para piqueniques, grutas, quedas d'água, trilhas para caminhadas, escaladas e uma plataforma para voo livre. É a unidade de conservação mais visitada do país, seguida pelo Parque Nacional do Iguaçu (PR), onde ficam as Cataratas. Juntos, recebem mais de 3 milhões de pessoas por ano.

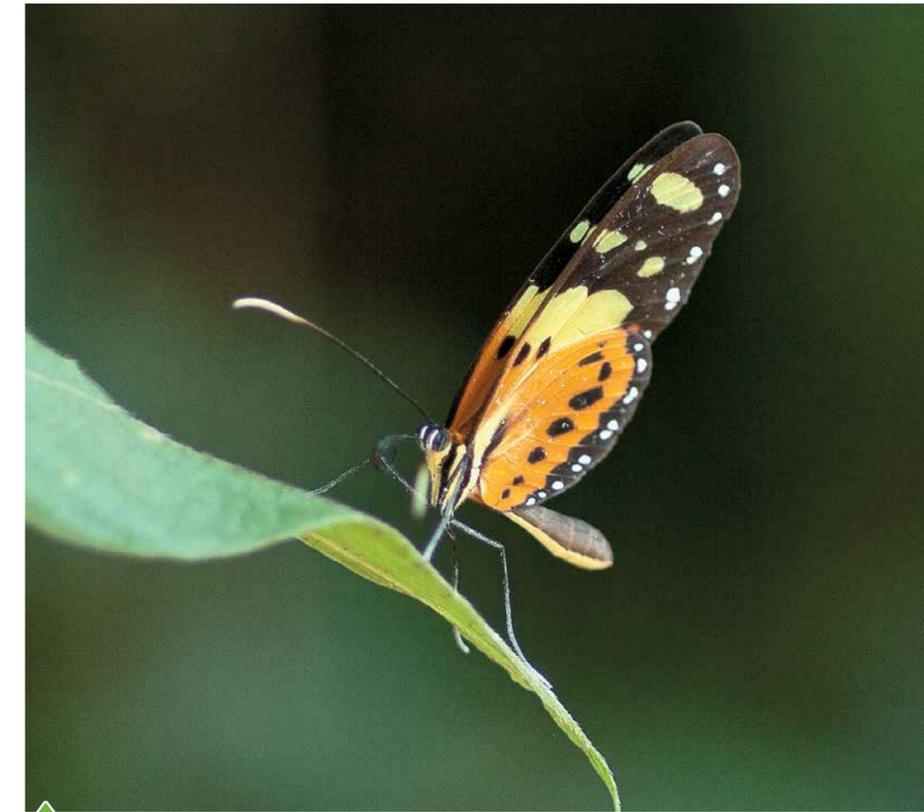
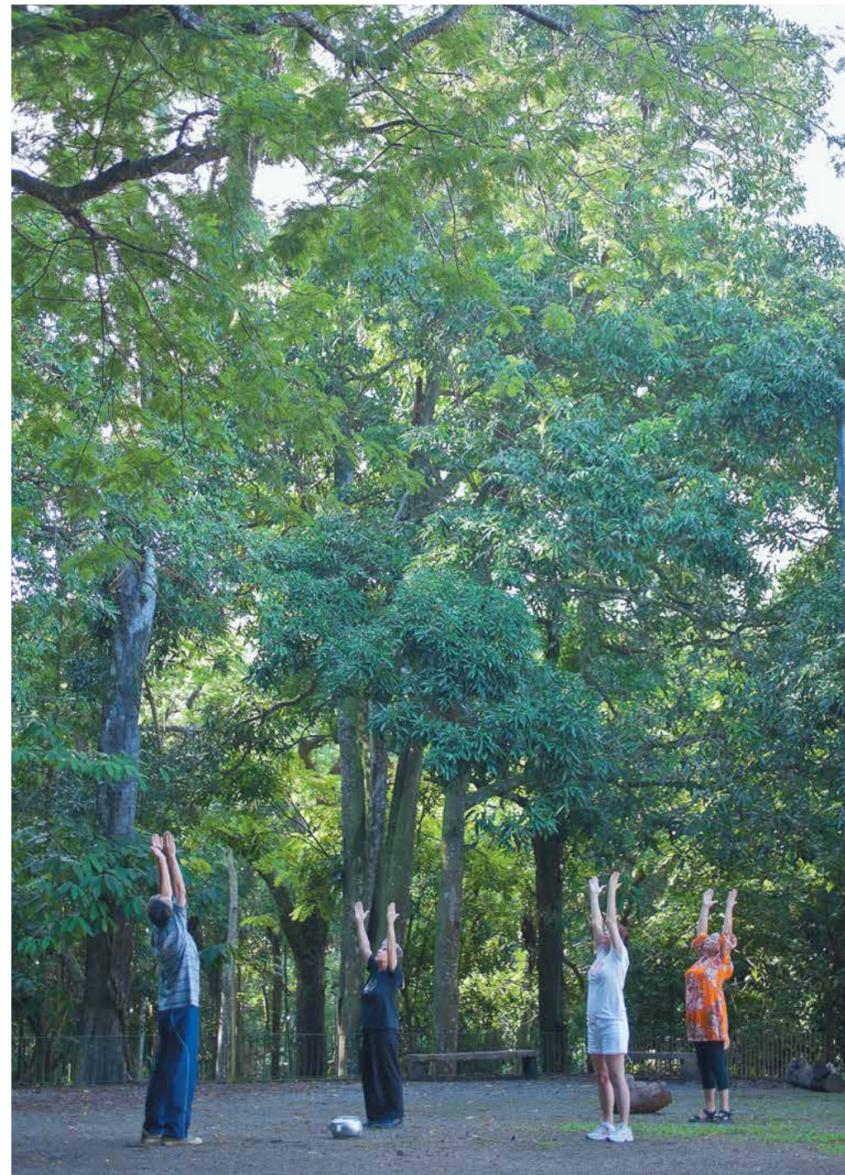
O parque compreende os conjuntos da Floresta da Tijuca – Andaraí, Tijuca e Três Rios; do Corcovado – Sumaré e Gávea Pequena; e da Pedra Bonita – Pedra da Gávea. O ponto mais alto é o Pico da Tijuca, com 1.022 metros de altitude.

Parque Lage – Trilha Imperial

Uma trilha, ligação direta da Floresta da Tijuca com o bairro Jardim Botânico – um dos mais movimentados da cidade –, foi aberta a partir do Parque Lage. Concluída em 1824, traz o charme histórico adicional de ter sido criada a mando de Dom Pedro I. Era usada como local de passeio da Corte Portuguesa, segundo relato de Jean Baptiste Debret, pintor integrante da missão francesa que chegou ao Rio de Janeiro em 1816. Ainda hoje é possível percorrer esse caminho, uma espécie de atalho direto ao Corcovado; mas é recomendável fazê-lo com um guia, mesmo que o excursionista seja experiente.

O Parque Lage tem 34,8 hectares de floresta e 17,4 hectares de jardins planejados, uma característica incomum para áreas urbanas. Podem ser vistas espécies como micos, esquilos, gambás, sapos e cobras. A avifauna também é diversificada, representada por saíras, pica-paus, borboletas e gaviões. Em maior número, os artrópodos, como as borboletas-azuis (*Morpho spp.* e *Caligo sp.*)

A vegetação exuberante é composta por mais de 140 espécies, sendo 31 delas consideradas raras, como embaúbas (*Cecropia hololeuca* e *C. lyratiloba* - *Moraceae*), o anda-açu (*Johannesia princeps* - *Euphorbiaceae*) e o pau-ferro (*Caesalpinia ferrea* var. *leiostachya* - *Leguminosae*).



Borboleta-tigre
(*Mechanitis sp.*)

Espaço de arte

As terras do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, que deram origem ao Parque Lage e ao Jardim Botânico, foram adquiridas em 1611 pela família de Rodrigo de Freitas Mello. Seus descendentes transformaram a sede da fazenda em residência oficial da família, em meados do século XIX. Os traços originais do jardim, projetado nessa época pelo paisagista britânico John Tyndale, ainda se mantêm.

A mansão em estilo eclético, com uma piscina no centro, foi criada pelo arquiteto italiano Mario Vodrel, na década de 1920, por encomenda de Henrique Lage, descendente da família que adquiriu a propriedade em 1859. A antiga residência do industrial e de sua esposa, a cantora lírica italiana Gabriela Bezanconi, foi uma referência na vida social carioca.

Depois da morte do industrial, em 1941, uma empresa imobiliária adquiriu a propriedade com a intenção de construir um conjunto de edifícios. O projeto foi inviabilizado pelo tombamento do parque. Hoje, o solar é sede da Escola de Artes Visuais, que formou gerações de artistas desde sua fundação, na década de 1960.

Lagos, cascatas e grutas estão entre os atrativos do Parque Lage, que possui ainda o mirante em forma de torre, aquário, par-



quinho infantil e área para piquenique. Ao redor da piscina é servido um café da manhã, programa muito procurado por cariocas e turistas. O local também conta com facilidades como banheiros e estacionamento.

Por sua importância histórica e cultural, o Parque Lage foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, em 14 de junho de 1957.

Parque Ary Barroso

Nome oficial:

**Parque Municipal Urbano
Ary Barroso**

Inauguração: 1964

Área: 5 ha | 50.000 m²

Localização:

**Avenida Brás de Pina, entre as
ruas Flora Lobo e Lobo Júnior,
bairro da Penha**



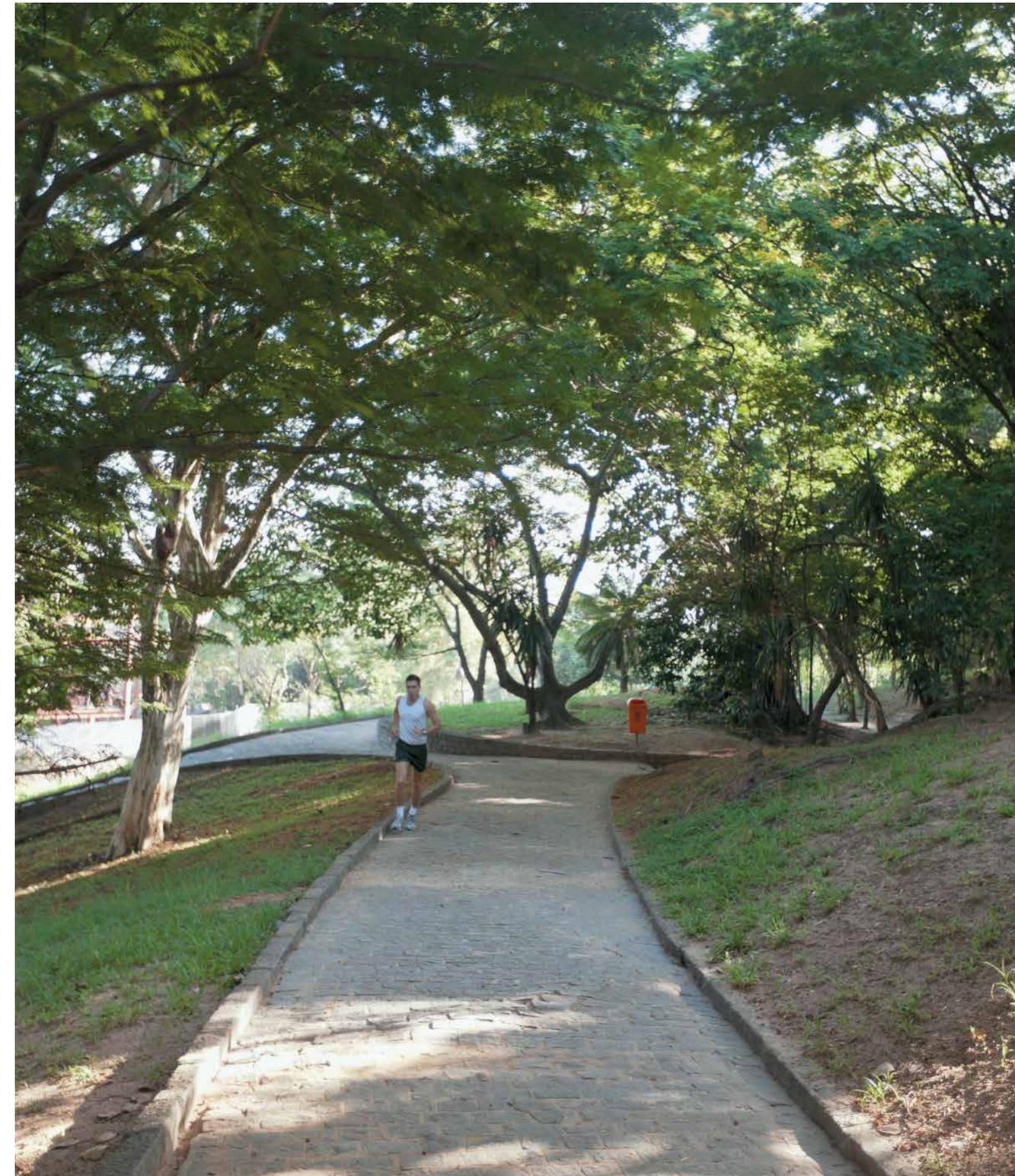


Ponto de lazer prestigiado no subúrbio carioca, o Parque Ary Barroso hoje ocupa extensa área, antes projetada para ser um loteamento no bairro da Penha. No final do século XIX essas terras formavam a Chácara das Palmeiras, então adquirida pelo português Francisco Lobo Júnior. Nesse mesmo período, a região começou a se desenvolver e os terrenos foram loteados e ocupados ao longo da Estrada de Ferro Leopoldina.

Mas o grande impacto se deu quarenta anos depois, com a inauguração da Avenida Brasil, que cortou toda a zona norte da cidade e, com isso, atraiu o interesse de dezenas de indústrias.

No bairro da Penha a aglomeração desses empreendimentos acabou por determinar a ocupação urbana do local. Com a aber-

Pau-ferro (*Caesalpineia ferrea*)



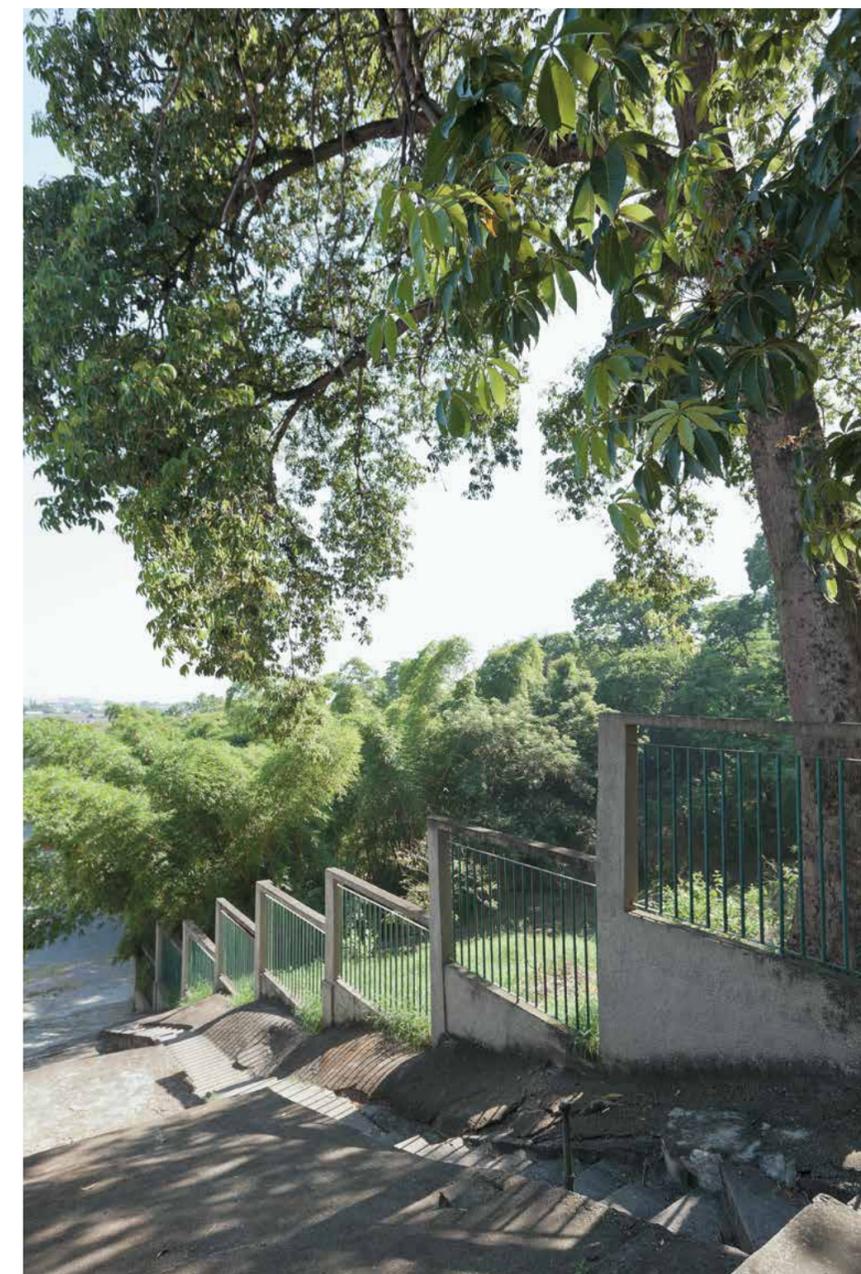
tura da Avenida Brás de Pina, as moradias ficaram mais próximas da linha férrea e distantes, portanto, do parque, situado do outro lado.

Transformação do espaço

O terreno para a construção do parque foi desapropriado em 1964 pelo então governo do Estado da Guanabara. Autor do projeto, o arquiteto Pedro Paulino Guimarães promoveu uma profunda intervenção ao conceber o espaço como um bosque.

Platôs e escadarias valorizaram o declive suave do terreno, de onde se pode avistar a zona da Leopoldina, que abrange dezesseis bairros, e a Baía de Guanabara. A denominação do parque é uma homenagem a Ary Barroso, um dos grandes compositores da música popular brasileira, que morreu naquele ano. Na mesma época, o governo do estado decretou seu tombamento.

O parque com lagos e cascatas ganha também, como resultado do projeto paisagístico, o plantio de cerca de 2 mil indivíduos de 130 espécies, entre árvores, arbustos e forração.





Diversidade da flora

Muitas plantas surpreendentes podem ser encontradas no Parque Ary Barroso, como a pata-de-vaca (*Bauhinia variegata* L.) – nome se deve à sua folha bifurcada, que lembra a pisada desse animal; ela exibe nas pontas dos ramos flores em vários tons de rosa. Entre outras espécies ornamentais, destacam-se o ipê-amarelo (*Tabebuia chrysotricha* - *Bignoniaceae*), com sua inflorescência exuberante; a paineira (*Chorisia speciosa*); e as figueiras (*Ficus insipida* e *Ficus guaranitica* - *Moraceae*).

No parque também podem ser encontradas outras preciosidades entre as espécies exóticas, como o sagu (*Cycas* sp. - *Cycadaceae*), originário do Japão e Indonésia, que existe desde a pré-história, ou o jameloeiro (*Syzygium jambolanum* - *Myrtaceae*), árvore indiana que dá frutos arroxeados capazes de manchar mãos, tecidos e até veículos; no nordeste do Brasil é também conhecida como azeitona.

A cobertura vegetal variada que garante florações ao longo do ano atrai aves de diferentes espécies. O sanhaço-cinza (*Thraupis sayaca*), por exemplo, é um frequentador típico de lugares arborizados e importante dispersor das sementes: ao comer o fruto, esse pássaro as engole sem danificá-las, expelindo-as longe da planta de origem.

Avifauna

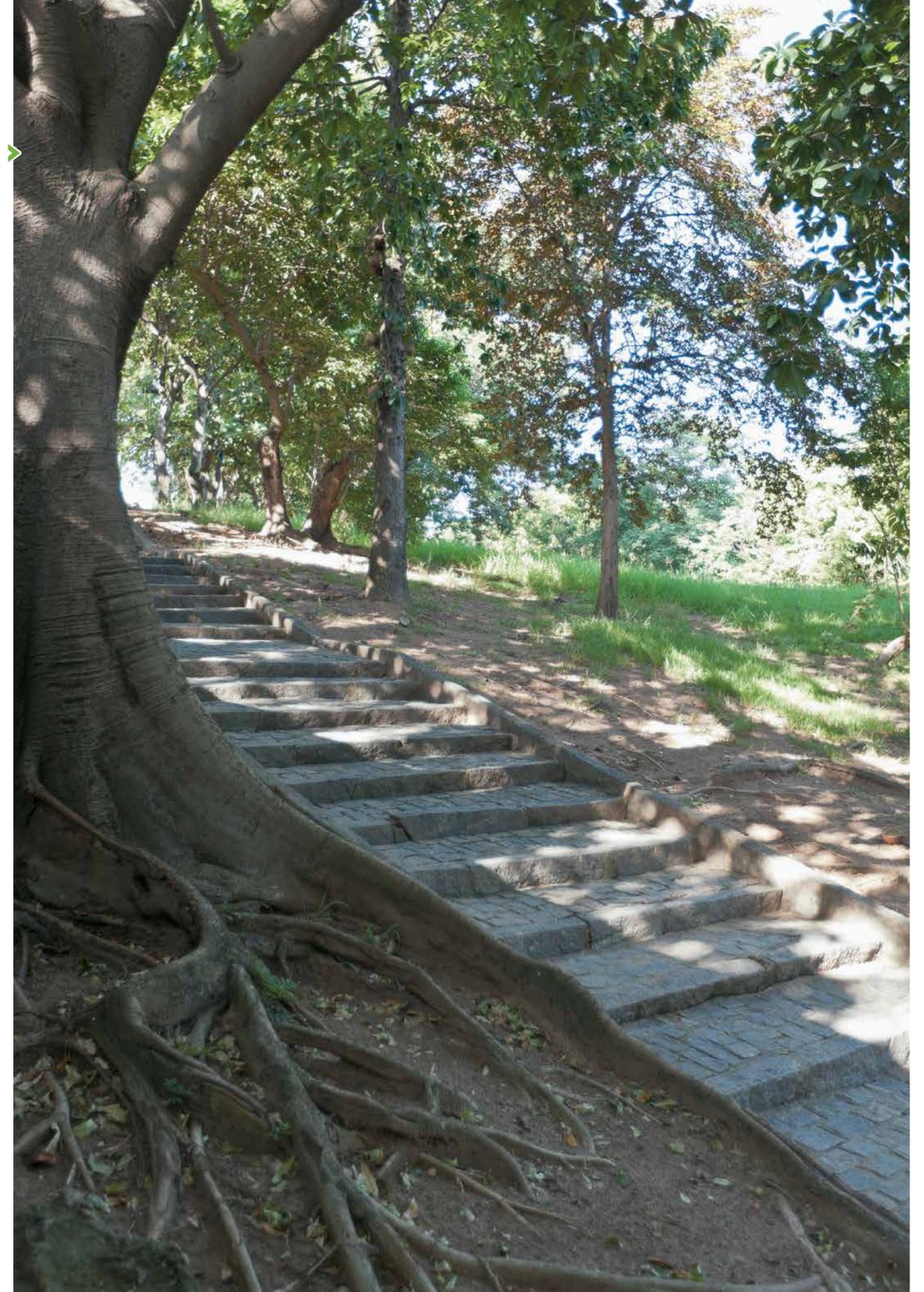
Outras espécies comuns em parques e jardins urbanos, e também existentes no Ary Barroso, são o suriri (*Tyrannus melancholicus*), cujo canto lembra uma risada, daí seu nome de origem onomatopaica, e a cambaxirra (*Troglodytes aedon*), da família do uirapuru, que apresenta um canto melodioso. Uma de suas características é a facilidade de se aproveitar de locais já prontos e improváveis para construir os ninhos, como telefones públicos, tratores e instalações elétricas. O popular bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), um dos primeiros pássaros a cantar ao alvorecer, também frequenta o parque.

Espaço para o lazer

O parque passou por uma grande reforma em 1992. O Ary Barroso ganhou novo tratamento paisagístico, instalação de um parquinho infantil e equipamentos de ginástica, com amplos gramados que podem ser usados como área para piqueniques.

Tombado pelo Patrimônio Histórico em 8 de outubro de 1965, o Parque Ary Barroso ainda hoje é uma das principais áreas de lazer da zona norte da cidade.

Árvore-que-anda ou
figueira-que-anda
(*Ficus microcarpa*)



Aterro do Flamengo

Nome oficial:

Parque Brigadeiro Eduardo Gomes

Criação: 1964

Área: 121,9 ha | 1.219.000 m²

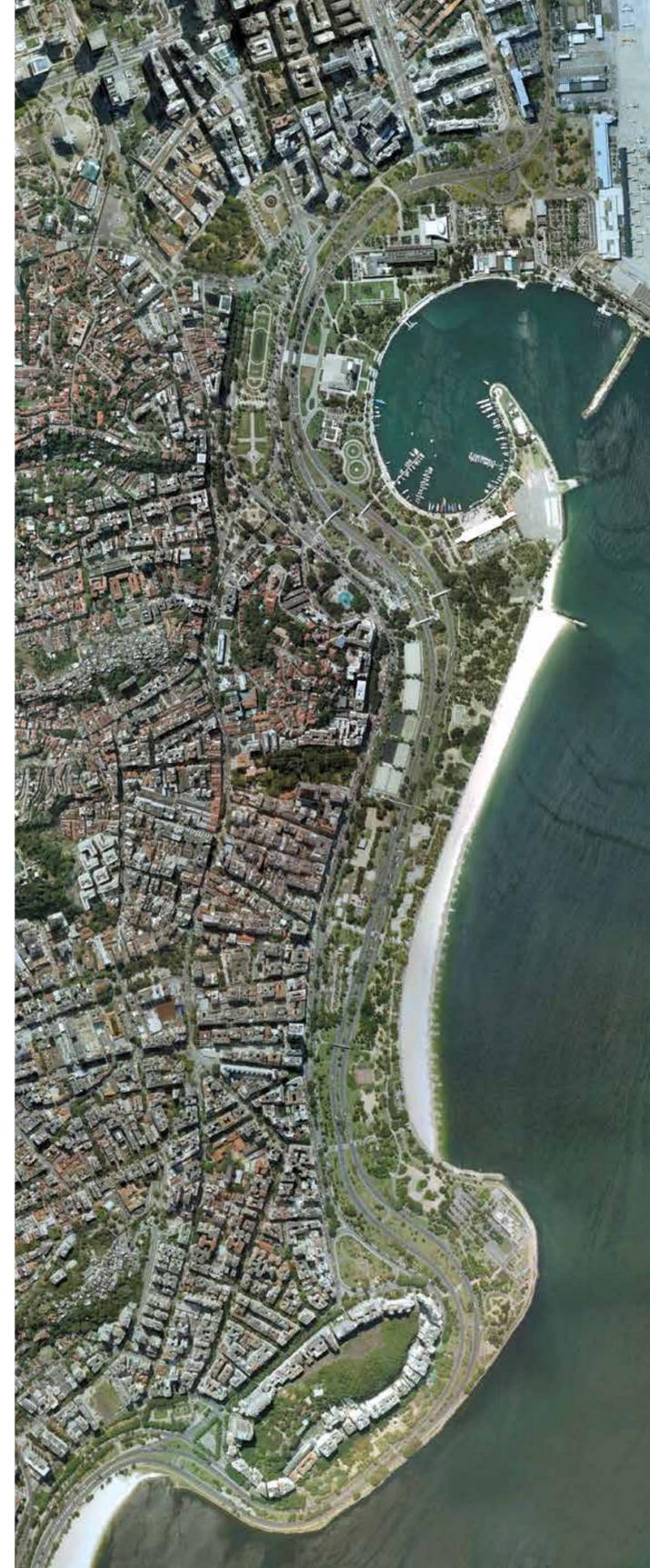
Localização:

bairro do Flamengo, junto à orla da Baía de Guanabara



Um traçado sinuoso que acompanha a orla da Baía de Guanabara. Com esse desenho, o Aterro do Flamengo se impõe como uma ligação natural da cidade com o mar. Mas a paisagem que hoje parece tão integrada, na verdade, é resultado de longo processo que começou com um prefeito visionário no início do século XX e se consolidou graças à determinação de uma mulher, cerca de sessenta anos depois. Em comum, tinham a obstinação.

Se o Rio de Janeiro sempre foi reconhecido pelo cenário deslumbrante, a cidade, por sua vez, era considerada caótica. Até o princípio dos anos 1900 o Rio era insalubre, com habitações precárias e péssimas condições sanitárias, onde esgoto



Coqueiro-da-bahia
(*Cocus nucifera*)

ainda era um conceito vago. Por causa disso, a população sofria com graves e frequentes doenças, como a febre amarela e a peste bubônica.

O Prefeito Pereira Passos (1902-1906) ousou transformar esse cenário desolador em um lugar parecido com Paris. Na capital francesa, onde completou os estudos e trabalhou como adido da embaixada brasileira, acompanhou de perto grande parte das muitas reformas empreendidas pelo Barão Hausmann.

Disposto a modernizar o Rio de Janeiro, o prefeito investiu em construções imponentes, como o Teatro Municipal, abriu largas avenidas, removeu os cortiços do centro e enfrentou violentas rebeliões populares agravadas pela chamada Revolta da Vacina, que explodiu quando o governo federal tornou obrigatória a imunização contra a varíola.

Uma das primeiras intervenções de Pereira Passos foi a abertura da Avenida Beira-Mar e uma via da Avenida Praia do Flamengo, ligando as extremidades da cidade, que deram as primeiras formas ao que se vê hoje.





A projeção do Aterro

No início da década de 1950, com o crescimento acelerado do Rio de Janeiro, começaram as obras do Aterro com o desmonte do Morro de Santo Antônio. Originalmente, estavam previstas quatro vias expressas. Os planos mudaram quando Carlos Lacerda assumiu o governo, em 1961, e aceitou o desafio de construir um parque, proposto por sua amiga pessoal, Maria Carlota Costallat de Macedo Soares.

A paisagista e urbanista autodidata Lota, como era mais conhecida, liderou o projeto com uma equipe de notáveis, composta por profissionais como os arquitetos Affonso Eduardo Reydi, Jorge Machado Moreira, Hélio Mamede, a engenheira Berta Leitchick, o botânico Luiz Emydgio de Mello Filho e o paisagista Roberto Burle Marx.

O maior aterro urbano do mundo começou a ganhar forma: foram criadas as praias artificiais do Flamengo e Glória; as avenidas previstas originalmente foram alargadas, mas reduzidas para duas, cada uma com quatro faixas e separadas por canteiros planejados. Com direito a uma vista deslumbrante para a Baía de Guanabara – de um lado o Pão de Açúcar e, ao fundo, o Cristo Redentor –, os cariocas ganharam um imenso espaço de lazer gratuito com 7 km de extensão e uma área superior a 1,2 milhão de metros quadrados.

Quadras de futebol, tênis, basquete e vôlei, pistas de skate, caminhada e corrida, parques infantis, ciclovia e extensos gramados, que podem ser usados para piqueniques, são algumas das opções dispostas no sentido Zona Sul-Centro. Para facilitar o acesso, além de estacionamentos, foram construídas cinco passarelas sobre as vias expressas e três passagens subterrâneas. Hoje, aos domingos e feriados, as avenidas são fechadas para o trânsito, o que amplia a área de diversão para os frequentadores.

Obras de reconhecidos profissionais também integram o conjunto arquitetônico do Aterro. O Museu de Arte Moderna - MAM foi projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, figura de destaque da arquitetura moderna brasileira, também autor do Museu Carmen Miranda e da Marina da Glória. O Monumento a Estácio de Sá, fundador da cidade, é de autoria do arquiteto Lucio Costa, e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra, também conhecido como Monumento aos Pracinhas, é dos arquitetos Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Neto.

Jardins de Burle Marx

O abricó-de-macaco (*Couropita guianensis*) produz frutos redondos com cerca de 3 kg e 20 cm de diâmetro, em média. Também é singular na sua inflorescência presa ao caule, que pode chegar a 3 m de comprimento e exala suave e persistente perfume. O pau-mulato

Tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*)



Flor de abricó-de-macaco (*Couropita guianensis*)



(*Calycophyllum spruceanum*) chama atenção por seu tronco retilíneo, recoberto com uma casca lisa em tom bronze. Originárias da Floresta Amazônica, essas espécies de grande porte são destaques da diversidade da flora brasileira reunida por Burle Marx.

Impossível também não se surpreender com outras espécies nativas, como o pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), cujo caule é uma perfeita imitação do couro desse réptil; ou com a palmeira-do-ceilão (*Corypha umbraculifera*), originária do Sri Lanka. Com enorme copa em forma de leque, essa palmeira vive entre 30 e 40 anos, floresce apenas uma vez e depois morre.

Exótica ou nativa, a seleção do paisagista surpreende pelo arrojo e harmonia do conjunto, ora exuberante nos grandes espaços, ora delicada nos recantos. Ao todo, o Aterro tem cerca de quinze mil indivíduos entre árvores e arbustos, de quase duzentas espécies espalhadas por um terreno projetado com leves ondulações. Burle Marx conseguiu extrair o máximo de efeito do conjunto, tanto no porte como na variação dos tons de verde. A diversidade também garante florações o ano todo.

Autor de mais de dois mil projetos em vários países, o trabalho de Burle Marx no Aterro se destaca por concentrar suas mais importantes concepções paisagísticas, como a valorização da flora brasileira, a disposição equilibrada das espécies, a projeção



Palmeira-triângulo
(*Dupsis sp.*)

de formas sinuosas. Ainda como fruto de seu talento, vemos o perfeito domínio da escala, que permite o equilíbrio da vegetação com os grandes monumentos.

Também devem ser destacados os canteiros sinuosos da Praça Salgado Filho, em frente ao Aeroporto Santos Dumont, que reúnem um expressivo conjunto de árvores nativas, e as linhas retas do jardim do Museu de Arte Moderna – concepções que refletem as diferentes fases do trabalho do paisagista.



Reconhecimento

O Aterro foi tombado em 1965, último ano do mandato de Carlos Lacerda. A amiga Lota ainda conseguiu que ele autorizasse a transformação do parque em Fundação, para maior garantia de sua preservação como bem coletivo. O decreto foi revogado logo que Negrão de Lima, aqui-inimigo político de Lacerda, assumiu o poder. Sem se dar por vencida, Lota iniciou uma briga judicial. Mas, isolada em sua luta e deprimida com a perda recente do pai, a maior defensora do Aterro do Flamengo acaba cometendo suicídio em 1967, em Nova York.

O ex-Governador Carlos Lacerda publica então uma nota em que não deixa dúvidas sobre a autoria do Aterro do Flamengo: “(...) morreu sem o parque, que lhe foi tomado pela politicagem e a chicana. Mas o que fica do parque, se ele existe, se ele sobrevive, tudo isso se deve à franzina criatura, toda nervos, toda luz, que se chama Dona Lota.”

Em 1981 a área passa a ser denominada Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, que foi duas vezes Ministro da Aeronáutica e participou da Revolta dos 18 do Forte – primeiro movimento militar armado da década de 1920 que reivindicava o fim das oligarquias tradicionais do poder. Mas o maior complexo de lazer da cidade do Rio de Janeiro continua sendo conhecido como Aterro do Flamengo.



Parque Garota de Ipanema

Nome oficial:

Parque Municipal Urbano
Garota de Ipanema

Criação: 1978

Área: 2,58 ha | 25.800 m²

Localização:

em frente à Praia do Arpoador, entre
a Avenida Francisco Bhering e a Rua
Francisco Otaviano, bairro de Ipanema

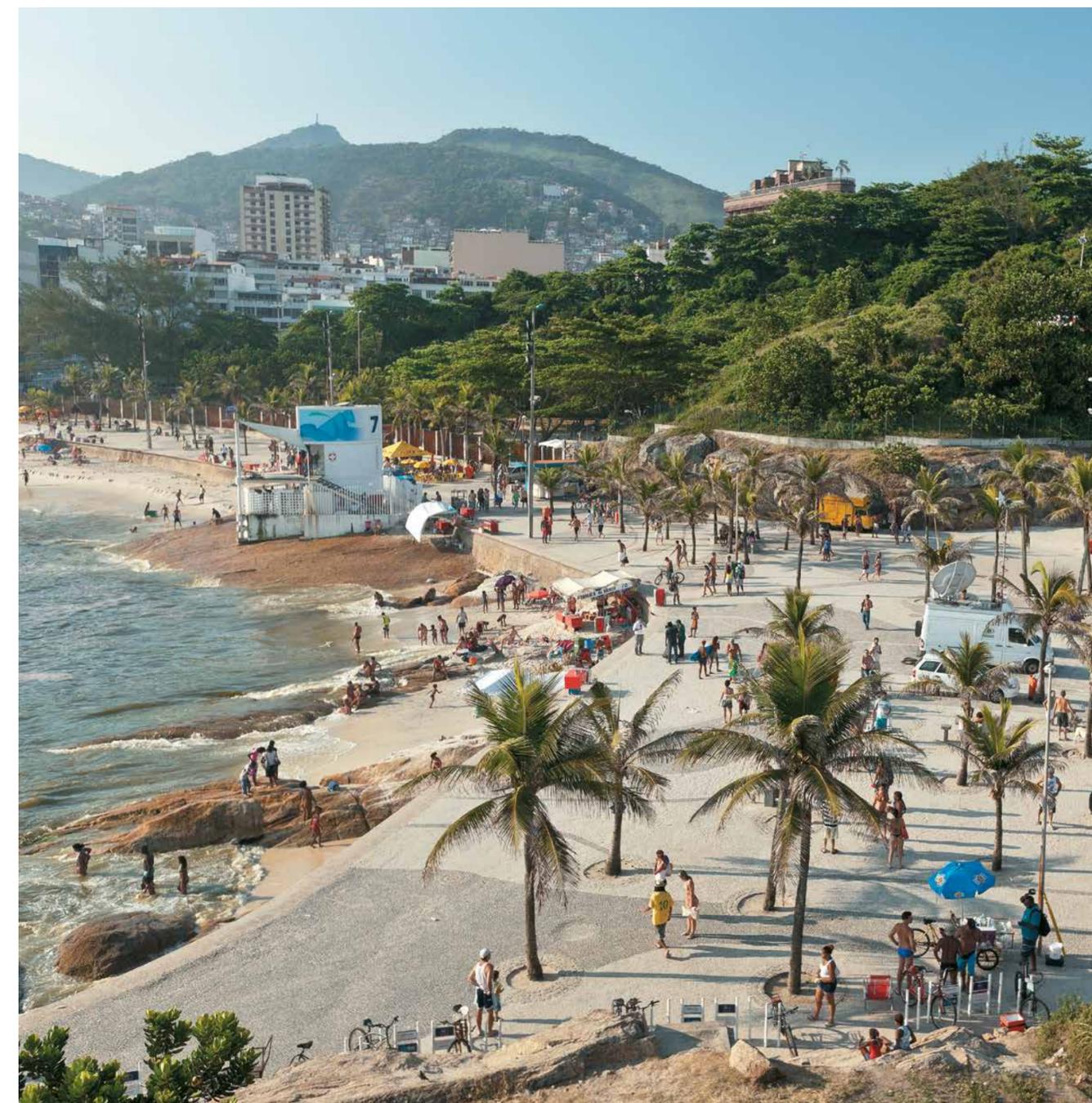




Com localização privilegiada, em frente à Praia do Arpoador, o Parque Garota de Ipanema reúne, mesmo em pequeno espaço, um conjunto de atrativos capaz de seduzir frequentadores de diferentes faixas etárias.

Brinquedos para as crianças, ringue de patinação, pista de skate, quadra poliesportiva e a ciclovia Marechal Rondon, que dá acesso ao Forte de Copacabana, são alguns dos equipamentos à disposição dos visitantes.

Os dois mirantes são destaque do parque porque permitem uma visão completa das praias de Ipanema e Leblon. Como estão situados a 20 e 32 metros acima do nível do mar, também são muito procurados para assistir ao pôr-do-sol nas águas, durante o verão, e atrás do Morro Dois Irmãos no restante do ano. Outro atrativo é um pequeno palco onde são realizados shows e atividades culturais.





Casuarina
(*Casuarina equisetifolia*)



Algodoeiro-da-praia
(*Hibiscus tiliaceus*)



Construção de um espaço de lazer

A área pertencia ao Ministério do Exército quando, em 1975, com a possibilidade de ser colocada à venda, a Prefeitura do Rio de Janeiro adquiriu o espaço. O parque foi inaugurado três anos depois. Sua denominação se deve à canção *Garota de Ipanema*, composta em 1962 por Tom Jobim e Vinicius de Moraes, ainda hoje uma das músicas mais tocadas do mundo.

Na Ponta do Arpoador predominavam espécies típicas da restinga, definida como planície arenosa costeira de origem marinha, que compreende praias, dunas e depressões, com respectivos brejos, charcos, lagoas e alagados. As espécies vegetais, em geral, têm raízes extensas que permitem maior fixação no solo.

Ao longo do tempo o parque sofreu mudanças e sua cobertura vegetal foi muito alterada. Para protegê-lo, passou a fazer parte da Área de Proteção Ambiental (APA) das Pontas de Copacabana e do Arpoador, em 1994. Pela legislação brasileira, isso significa que todos os recursos ambientais – fauna, flora e recursos hídricos – têm que ser preservados, e seu uso e ocupação devem seguir os parâmetros legais, de forma a não prejudicar o ecossistema local.

Recomposição da cobertura vegetal

O projeto paisagístico do parque foi criado por Renato Primavera Marinho e Walter Curvelo de Mendonça. Além de ter sido preservada a vegetação remanescente, foram introduzidas 250 espécies vegetais.

Entre as espécies nativas encontramos a clúsia (*Clusia fluminensis* - *Guttiferae*), que tem uma particularidade: essa árvore é a única do gênero capaz de absorver o gás carbônico à noite. Nativa do litoral do Rio de Janeiro e São Paulo, pode alcançar até seis metros e suas folhas, altamente resistentes, mantêm-se verdes o ano todo; o algodoeiro-da-praia (*Hibiscus pernambucensis*), que ocorre em toda a costa brasileira e também pode ser encontrado no estado americano da Flórida; e o coqueiro-da-bahia (*Cocos nucifera* - *Palmae*), nativo de toda a costa tropical da América do Sul.

Entre as exóticas está a amendoeira (*Terminalia catappa* - *Combretaceae*), árvore de grande porte, originária do sudeste da Ásia. Como cresce geralmente no litoral, é altamente resistente aos ventos e às condições desse tipo de área. Possui propriedades medicinais, como combate a doenças do fígado e ação antibacteriana. As duas espécies que existem no Brasil produzem frutos roxos e verdes, muito apreciados pelos morcegos, mamíferos importantes para a dispersão das sementes. É conhecida popularmente como amendoeira-da-praia, amendoeira-da-índia e chapéu-de-sol.



Também é encontrada a casuarina (*Casuarina equisetifolia*), espécie do hemisfério sul, principalmente da Austrália, muito usada naquele país para o melhoramento do solo porque os nódulos da raiz abrigam bactérias fixadoras de nitrogênio, o que só acontece no seu ambiente nativo. Além de não servir de fonte de alimento para a fauna local, seus frutos e galhos não são facilmente degradáveis e, por isso, essa espécie está proibida de ser hoje plantada na cidade do Rio de Janeiro.

Nas rochas encontram-se espécies comuns desse ecossistema, como os cactos (*Rhipsalis spp.* e *Opuntia vulgaris* - *Cactaceae*), a

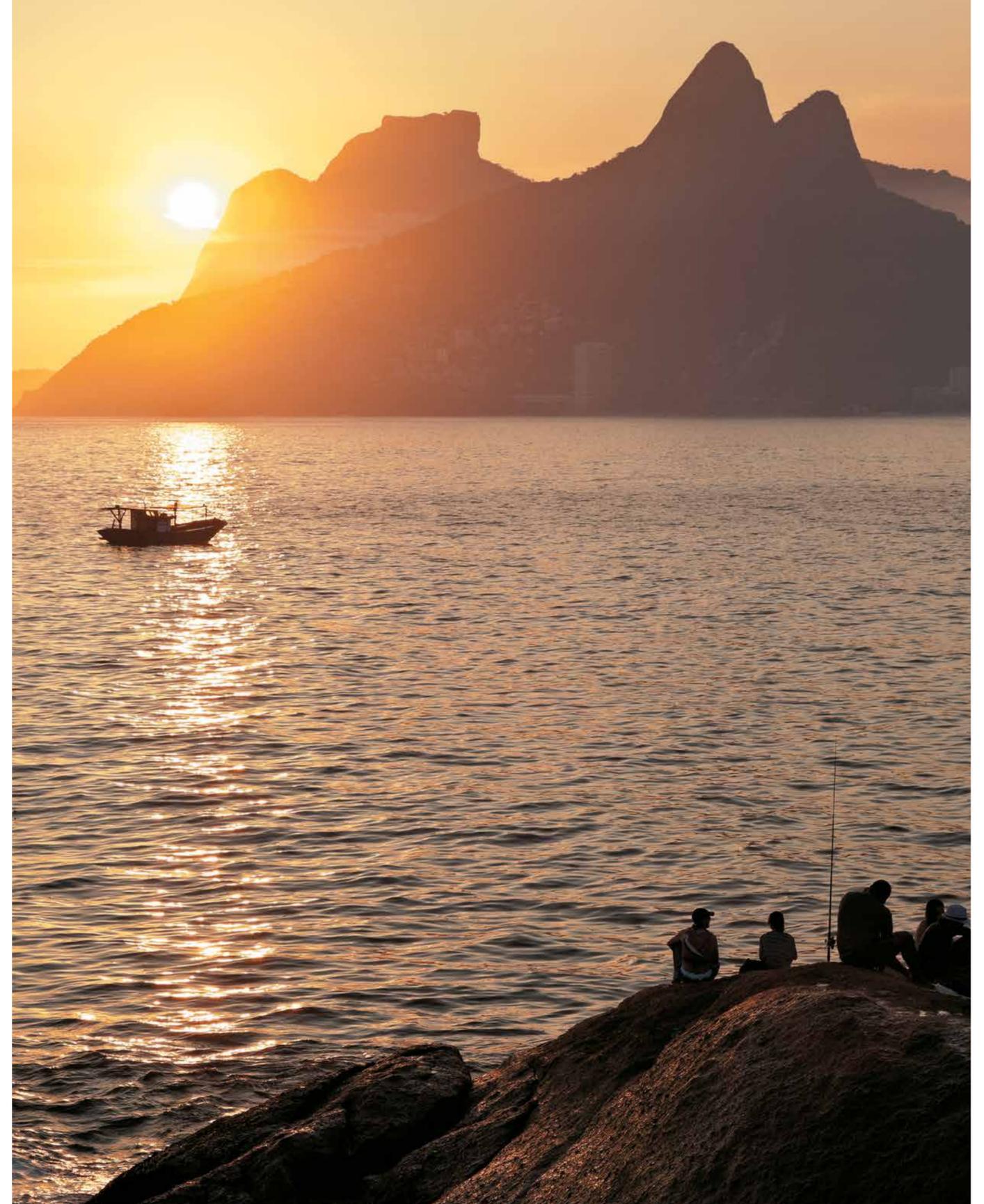
pita (*Furcraea gigantea* - *Agavaceae*), que parece uma bromélia gigante, mas sem o bulbo, área de depósito de água; e o caeté (*Calathea lútea* - *Maranthaceae*), folhagem de sub-bosque da Mata Atlântica. Como exemplos de espécies rasteiras de restinga do Garota de Ipanema estão o feijão-da-praia (*Canavalia rosea*) e a salsa-brava (*Ipomoea pes* - *Caprae*).

Fauna reduzida

Encravado em uma área muito frequentada e com pouca oferta de alimento, o parque Garota de Ipanema abriga uma fauna reduzida. Entre as aves estão o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), que se adapta bem a qualquer ambiente. Sua dieta é variada: além dos insetos, inclui também frutas, ovos de outros pássaros, lagartos, peixes e até pequenos roedores; e as briguentas cambacicas (*Coereba flaveola*).

Podem ser vistas sobrevoando no local espécies marinhas, como o atobá (*Sula leucogaster*), exímio pescador, e o trinta-réis-do-bico-vermelho (*Sterna hirundinacea* L.), espécie migratória encontrada em toda a costa da América do Sul, mas muito presente no sudeste e sul brasileiros.

O calango (*Tropiduros torquatro*) é o único réptil. Entre os insetos, as borboletas (*Talides sergestus* e *Colobura dirce*).



Parque do Grajaú

Nome oficial:

Parque Estadual do Grajaú

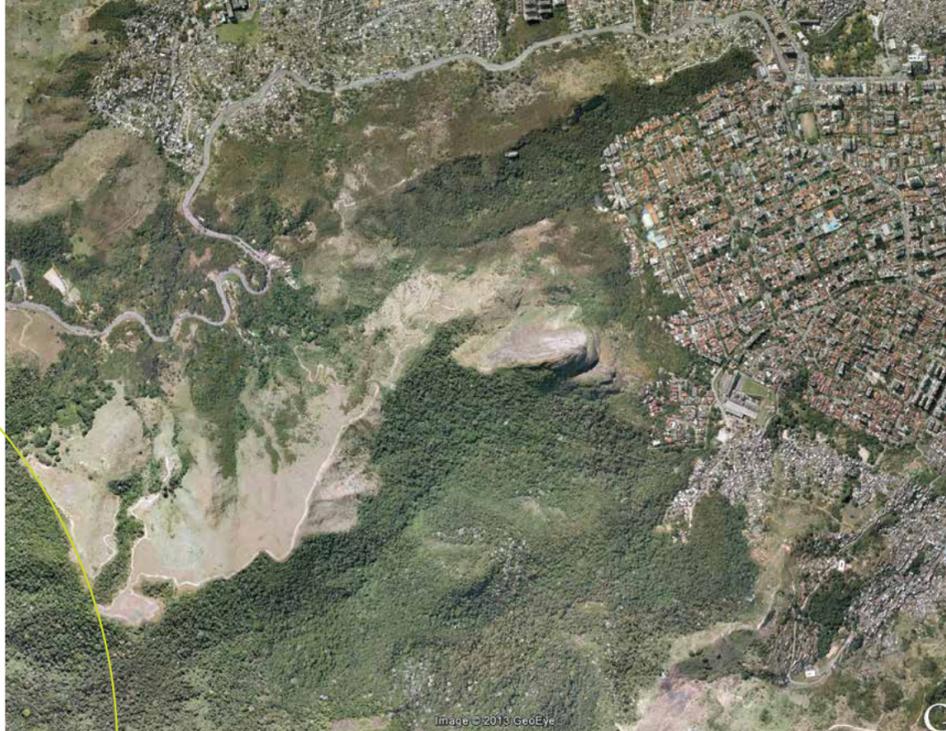
Criação: 1978

Área: 55 ha | 550.000 m²

Localização:

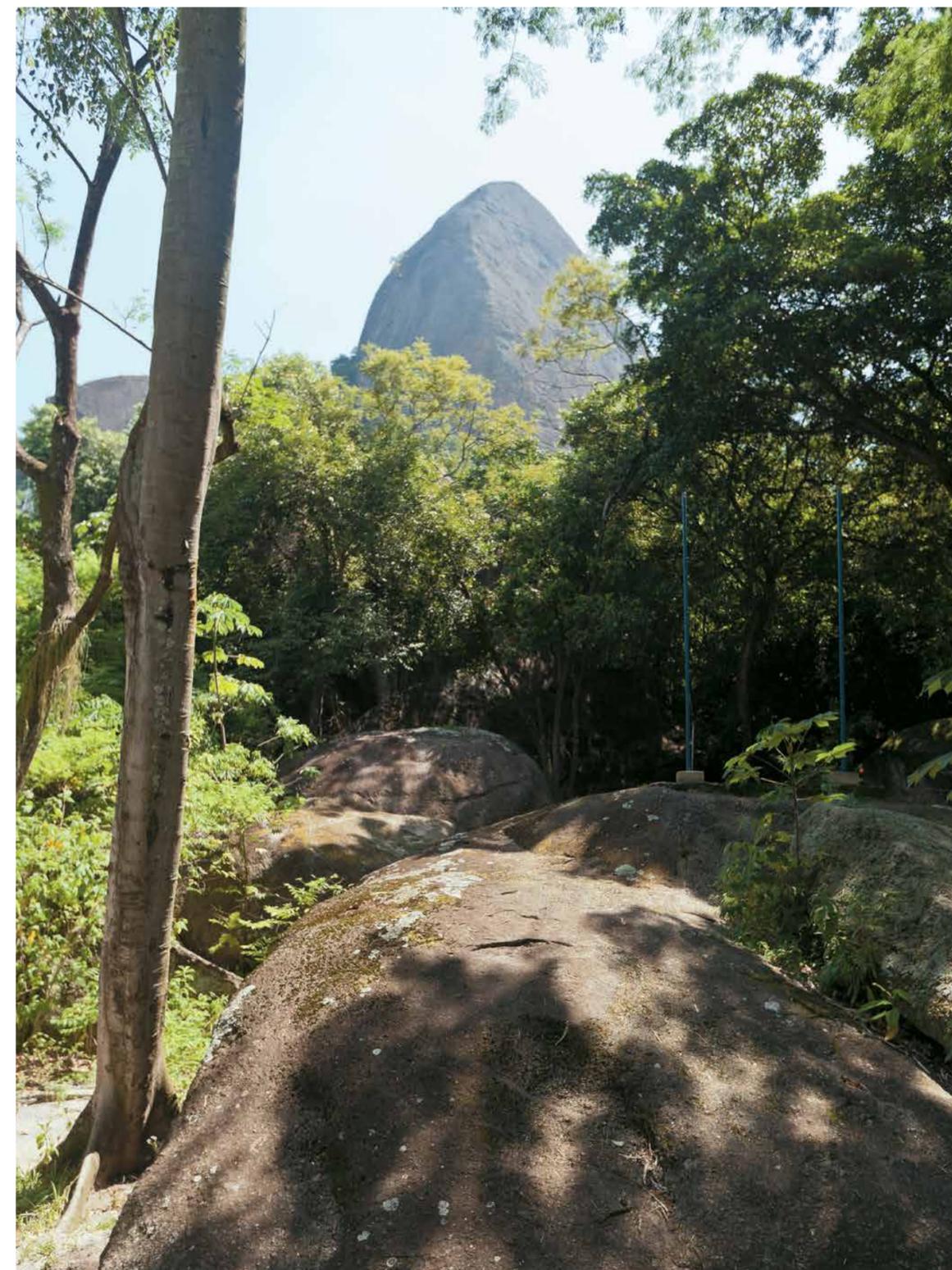
**Rua Comendador Martinelli, 742,
bairro do Grajaú**





O Parque Estadual do Grajaú é uma área de proteção ambiental criada graças à mobilização dos moradores e da Sociedade dos Amigos da Reserva do Grajaú para preservar o patrimônio natural. Esse bairro, na zona norte da cidade, nasceu de um plano de ocupação concebido nas primeiras décadas do século passado, com o loteamento das propriedades antes utilizadas para o cultivo de cana-de-açúcar e café.

Pelo traçado do loteamento e ampla arborização, o Grajaú tornou-se um lugar valorizado. Localizado na base do maciço da Tijuca, o bairro também se beneficiou dos muitos aterramentos e canais que desviavam as águas pluviais procedentes da floresta para o rio Maracanã. Com todas essas intervenções era tido como referência na ocupação e uso racional do solo.

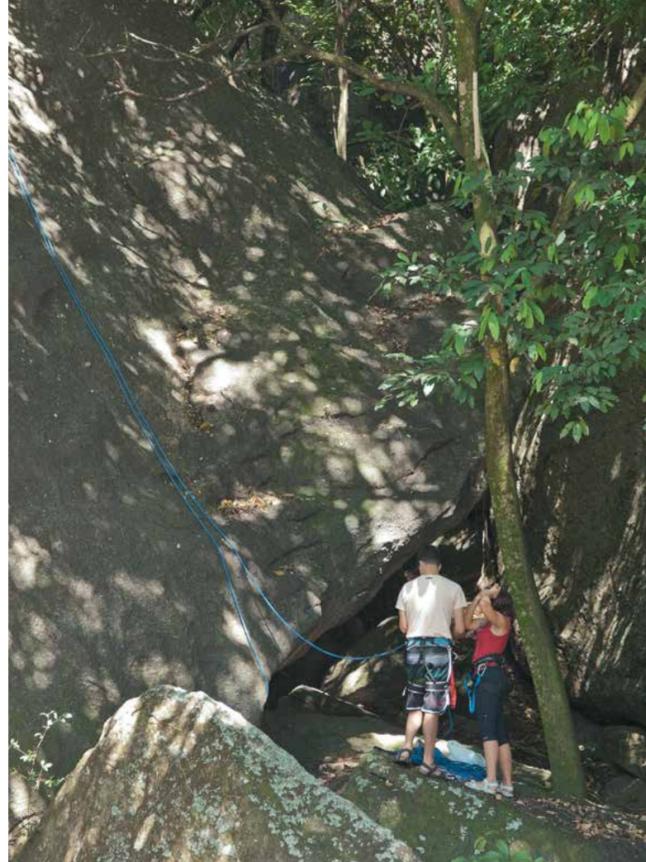


Mas, a partir da década de 1950, o crescimento urbano se acelerou e muitas moradias foram construídas em áreas inadequadas, como as encostas dos morros. As fortes chuvas que caíram na cidade em 1966 provocaram deslizamentos, atingindo principalmente os terrenos destinados à urbanização, pertencentes a uma companhia imobiliária. Foi a partir daí que começou a pressão popular pela proteção ambiental.

No entanto, só em 1975 a área foi transferida para o Estado do Rio de Janeiro – como pagamento de uma dívida fiscal da empresa imobiliária com o governo – e transformada em reserva três anos depois. Durante esse período, começou o processo de reflorestamento de aproximadamente 12 hectares e a desocupação das moradias irregulares. Em outubro de 2002 foi efetivamente criado o Parque Estadual do Grajaú.

Marco imponente e símbolo do bairro

Com 444 metros de altura, a Pedra do Andaraí é o ponto dominante do parque. Também conhecida como Pico do Perdido ou Pico do Papagaio, essa pedra em formato de pirâmide atrai muitos praticantes de alpinismo. Segundo a Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro, já foram catalogadas 860 vias, sendo que 225 estão divididas entre os Maciços da Tijuca



Sai-azul
(*Dacnis cayana*)





e do Grajaú. Frequentemente, ali são realizados campeonatos e cursos para aprendizes ou reciclagem de veteranos.

Além do montanhismo, as diferentes formações rochosas espalhadas pelo parque também permitem a prática de rapel e caminhadas por diversas trilhas. Mas não é preciso ser praticante de esportes radicais para conhecer ou usufruir da paisagem. A poucos metros da base podem ser contemplados vários bairros da cidade, além da ponte Rio-Niterói e parte da Baía de Guanabara.

Observar as espécies da fauna e da flora nativas, caminhando por trilhas bem conservadas e entremeadas com grutas e mirantes naturais, também são atrações valorizadas pelos visitantes.

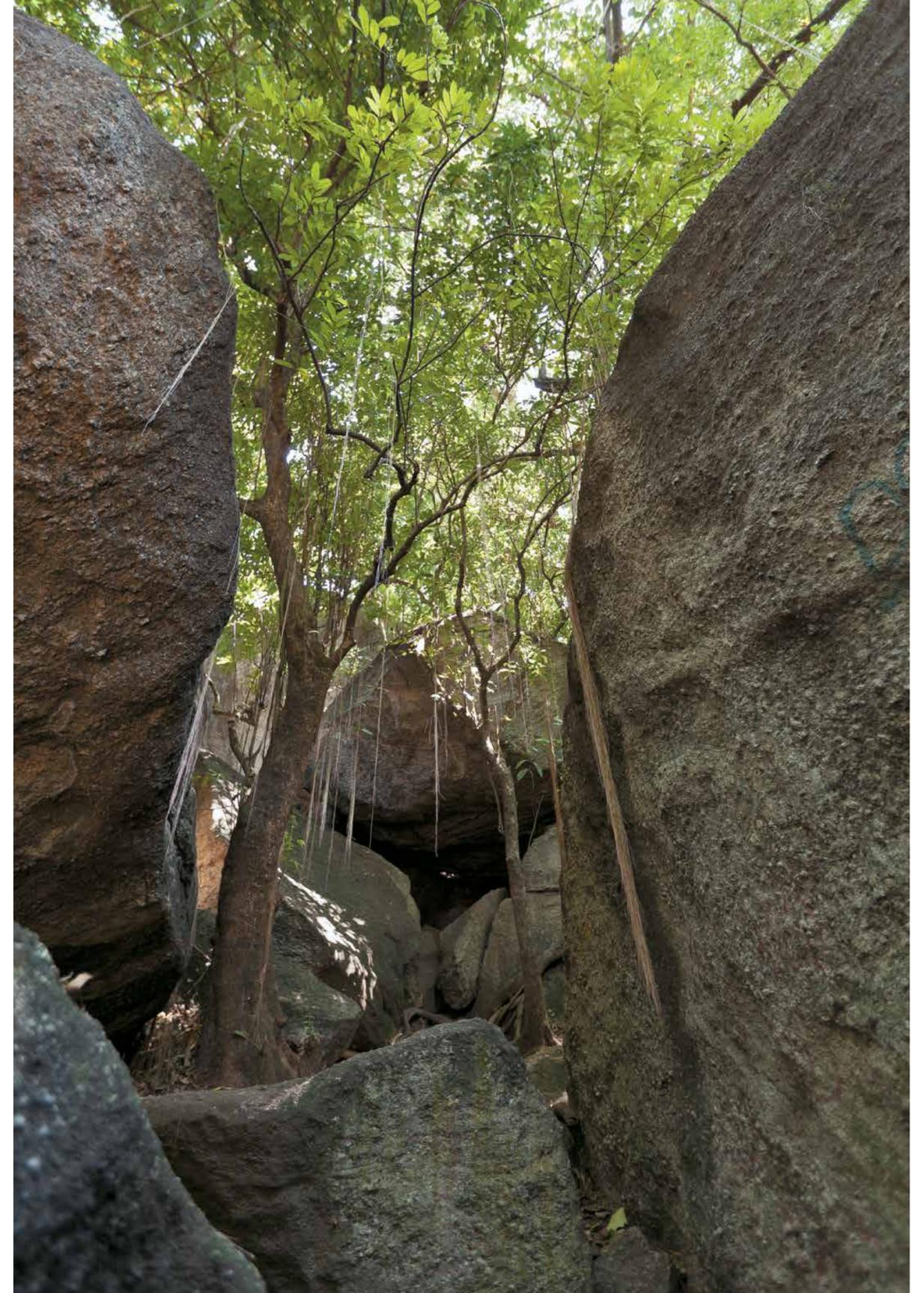
Árvore com aroma de tempero

Esta espécie da Mata Atlântica, que também pode ser encontrada na Bolívia, Peru e Equador, pode chegar até 30 metros de altura. Imponente, frondosa e muito usada em paisagismo de parques e grandes jardins por sua beleza, a guararema tem uma característica incomum: seus brotos possuem glândulas produtoras de essência semelhante ao cheiro do alho. Suas denominações originárias do tupi *gwra´rema* – gurarema, guarema ou guararema – significam madeira malcheirosa, o que não deixa dúvida do alcance do aroma, que fica ainda mais acentuado nos dias chuvosos.

Mas o pau d'álho (*Gallesia integrifolia*), como é mais conhecida, mesmo com essa má fama para quem não gosta do tempero, é uma espécie com muitas propriedades. Sua presença não só indica que o solo é fértil, como ainda pode ser usada para recuperar áreas degradadas. Possui múltiplas aplicações medicinais, como o chá de suas raízes, cascas e folhas, recomendado para tratamento de reumatismo e úlceras; suas folhas, quando maceradas, podem ser usadas como cataplasma e aplicadas sobre uma área inflamada ou dolorida. Até sua cinza, rica em potássio, é utilizada na fabricação de sabão.

O visitante do Parque do Grajaú também se surpreende com a variedade de orquídeas que podem ser vistas facilmente no interior da mata, além de espécies ameaçadas de extinção, como a jurubeba (*Solanum paniculatum*) e a caiapiá (*Dorstenia brasiliensis*). As diferentes espécies de bromélias também fazem parte da vegetação predominante.

Entre as espécies vegetais nativas mais comuns estão o ipê-amarelo (*Tabebuia chrysotricha*) e o cedro-branco (*Cedrela fissilis*), além das exóticas conhecidas como ficus nativos: a figueira-roxa (*Ficus tomentela*) e o mium (*Ficus trigona*).



Refúgio para fauna em extinção

Com a perda da cobertura vegetal, a observação da fauna é muito reduzida. Ainda assim, a área representa refúgio para animais como o mico-estrela (*Callithrix penicillata*), o preá-do-mato (*Cavea apere*) e o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*).

Grande parte das espécies de aves está ameaçada de extinção, como a saíra-amarela (*Sangara sp.*), o juriti (*Leptotila sp.*), o beija-flor (*Amazilia fimbriata* e *Eupetomena macroura*), o urubu-caçador (*Cathartes aura*), o gavião-carijó (*Rupornis magnirostris*) e as tiribas (*Pyrrhura sp.*).

Equipamentos de lazer para os visitantes

O parque conta com um anfiteatro construído ao ar livre, churrasqueiras, parquinho infantil, aparelhos de ginástica e área para piqueniques. O acesso é gratuito e abre diariamente, exceto às segundas-feiras.

Desde janeiro de 2007 o governo e a prefeitura dividem a gestão do parque. A construção de um auditório multiuso, com capacidade para 50 pessoas, instalação de equipamentos multimídia e espaço de exposição permanente são alguns dos melhoramentos previstos.



Parque Chico Mendes

Nome oficial:

**Parque Natural Municipal
Chico Mendes**

Inauguração: 1989

Área: 40 ha | 400.000 m²

Localização:

**Avenida Jarbas de Carvalho, 679,
bairro Recreio dos Bandeirantes**



Área de proteção ambiental, o Parque Chico Mendes tem no jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman Latirostris*) um de seus mais significativos símbolos. Comum em áreas alagadas, pântanos, lagos, brejos e rios, esse réptil era encontrado em toda a extensão da costa brasileira, mas quase foi extinto pela poluição das águas, destruição de seu habitat e caça predatória, hoje proibida.

Sua reintrodução no Parque Chico Mendes é resultado de um dos mais importantes trabalhos de preservação de espécies da flora e fauna raras ou ameaçadas, na Lagoinha das Tachas e entorno da Baixada de Jacarepaguá, zona oeste da cidade.

A presença desse réptil é fundamental não apenas para sua proteção, como também para o restabelecimento do equilíbrio ecológico da área. E, ao contrário do que normalmente se acredita, o jacaré-do-papo-amarelo, que pode viver até 50 anos, aumenta a

Primeiro plano, aroeira (*Schinus terebinthifolius*) e, ao fundo, aguapé (*Eichhornia crassipes*)





população de peixes e outras espécies. Suas fezes servem como adubo para o desenvolvimento do fitoplâncton, base da cadeia alimentar dos ecossistemas aquáticos.

A luta pela preservação

O Parque Chico Mendes está situado em uma área de restinga, terreno que se caracteriza por ser arenoso, próximo ao mar e que guarda uma grande diversidade. Esse espaço foi concebido como refúgio para espécies de fauna e flora em risco de extinção.

Sua denominação é uma homenagem ao seringueiro e ambientalista acreano, Chico Mendes, que lutou pela implantação de um modelo sustentável de exploração da Floresta Amazônica. Seu assassinato em 1989 causou uma grande repercussão nacional e internacional.

A região da Baixada de Jacarepaguá, onde o parque está localizado, foi intensamente utilizada para a agricultura no período colonial. Mas depois dos ciclos de culturas como a cana-de-açúcar e o café, a área ficou praticamente abandonada por mais de um século, o que permitiu parte de sua regeneração.

A luta pela preservação começou na década de 1930, quando naturalistas do Museu Histórico Nacional ali descobriram uma rara espécie endêmica da árvore *Pavonia alnifolia*, da família *Malva-*

ceae. Mas a criação da Reserva Biológica de Jacarepaguá só se concretizou em novembro de 1959, com a aprovação de uma Lei Municipal. No ano seguinte, um Decreto do Estado da Guanabara desapropriou as áreas edificadas.

Porém, a expansão da cidade em direção à zona oeste se acelerou e forçou adaptações. Em 1969, o renomado urbanista Lucio Costa apresentou um plano que conciliava ocupação com proteção ao meio ambiente. Ao longo do tempo, no entanto, as áreas protegidas diminuíram drasticamente por causa da pressão imobiliária.

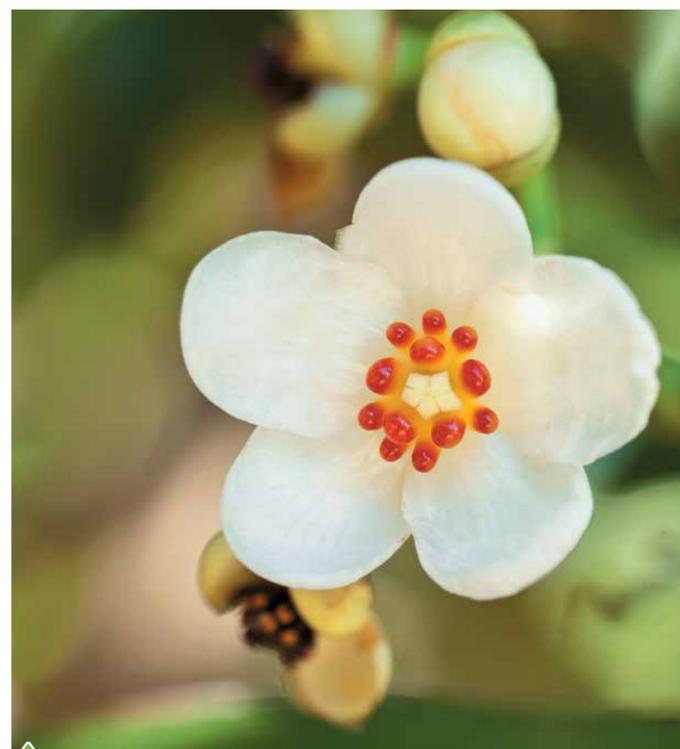
O Parque Chico Mendes começou a ser revitalizado em 1995, com o plantio de 5.700 mudas de árvores e arbustos, compreendendo 28 espécies nativas, e hoje já se contabiliza o plantio de mais de 15 mil mudas.

O processo de valorização também inclui a remoção de grande parte dos aguapés (*Eichornia crassipes*). Essa planta aquática, que serve de abrigo para o desenvolvimento de moluscos, peixes, insetos e até aves, é um filtro natural de poluição. No entanto, como se prolifera com facilidade, é preciso mantê-la sob controle para que não ocupe todo o espelho d'água.

No Parque Chico Mendes podem ser encontradas diversas espécies ameaçadas de extinção, como a figueira-molembá (*Ficus*

hirsuta - *Moraceae*) e o pau-de-tamanco (*Abebuia cassinoides* - *Bignoniaceae*); e espécies raras, como a jarrinha (*Aristolochia macroura* - *Aristolochiaceae*), a goeta (*Pavonia alnifolia*), o sumaré-de-restinga (*Cyrtopodium paranaënsis* - *Orchideaceae*) e a orquídea (*Epidendrum ellipticum* - *Orchidaceae*).

Como grande parte do parque é alagada, a área é um habitat ideal para anfíbios, como as pererecas (*Phyllomedusa guttata*, *Hyla modesta* e *Hyla perpusilla*), a cobra d'água (*Liophis miliaris*), os sapos (*Bufo crucifer* e *Bufo ictericus*) e o ameaçado calango-de-cauda-verde (*Cnemidophorus ocellifer*).



Abaneiro (*Clusia* sp.)



Observatório privilegiado

Com sala de exposição, biblioteca e espaço para projeção de vídeos e palestras, o programa de educação ambiental *in loco* oferecido pelo parque é um dos maiores atrativos.

Os visitantes, com atenção especial para os grupos escolares, podem percorrer trilhas com guias especializados, subir em uma torre de observação com 10 m de altura e visitar um pequeno horto de 15 m². O acesso é gratuito e também contempla espaço para o lazer. Escorrega, trepa-trepa e uma casinha de madeira são alguns dos equipamentos do parquinho infantil. Mesas para jogos de xadrez e dama e áreas para piquenique também estão à disposição dos frequentadores.

Mas o grande destaque são os viveiros, já que permitem observar de perto os jabutis, a preguiça-de-três-dedos e, claro, a grande estrela do lugar: o jacaré-de-papo-amarelo.

A espécie tem esse nome porque costuma ficar com a área do papo amarelada durante a fase do acasalamento. Uma característica singular é que, ao contrário dos outros répteis, o casal cuida dos filhotes. Os ovos são cuidadosamente camuflados com folhas e areia, e a fêmea permanece por perto. Durante o período de incubação, entre 70 e 90 dias, ela também se comunica com



Jacaré-de-papo-amarelo
(*Caiman latirostris*)

Flor do aguapé
(*Eichhornia crassipes*)



eles emitindo sinais de infrassom para que fiquem quietos e não chamem a atenção dos predadores.

Quando estão prontos para nascer, os filhotes fazem barulho ainda dentro dos ovos chamando a mãe. Para ajudá-los, ela desmancha o ninho e, se for preciso, coloca na boca os que estão enfrentando dificuldades e os leva até a água.

Em geral, o jacaré macho não cuida da prole, mas o dessa espécie não só ajuda a fazer o ninho, como ainda divide a vigilância com a fêmea durante o período de adaptação dos filhotes, protegendo-os de lagartos, guaxinins, aves ou peixes. Na fase adulta, só são predados pela sucuri.



Parque Penhasco Dois Irmãos

Nome oficial:

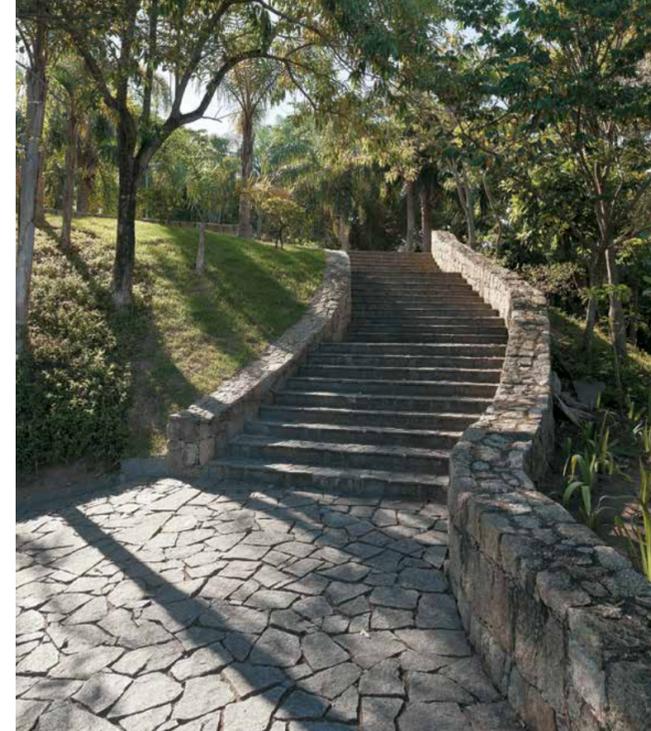
**Parque Natural Municipal
Sergio Bernardes**

Criação: 1992

Área: 25,3 ha | 253.000 m²

Localização:

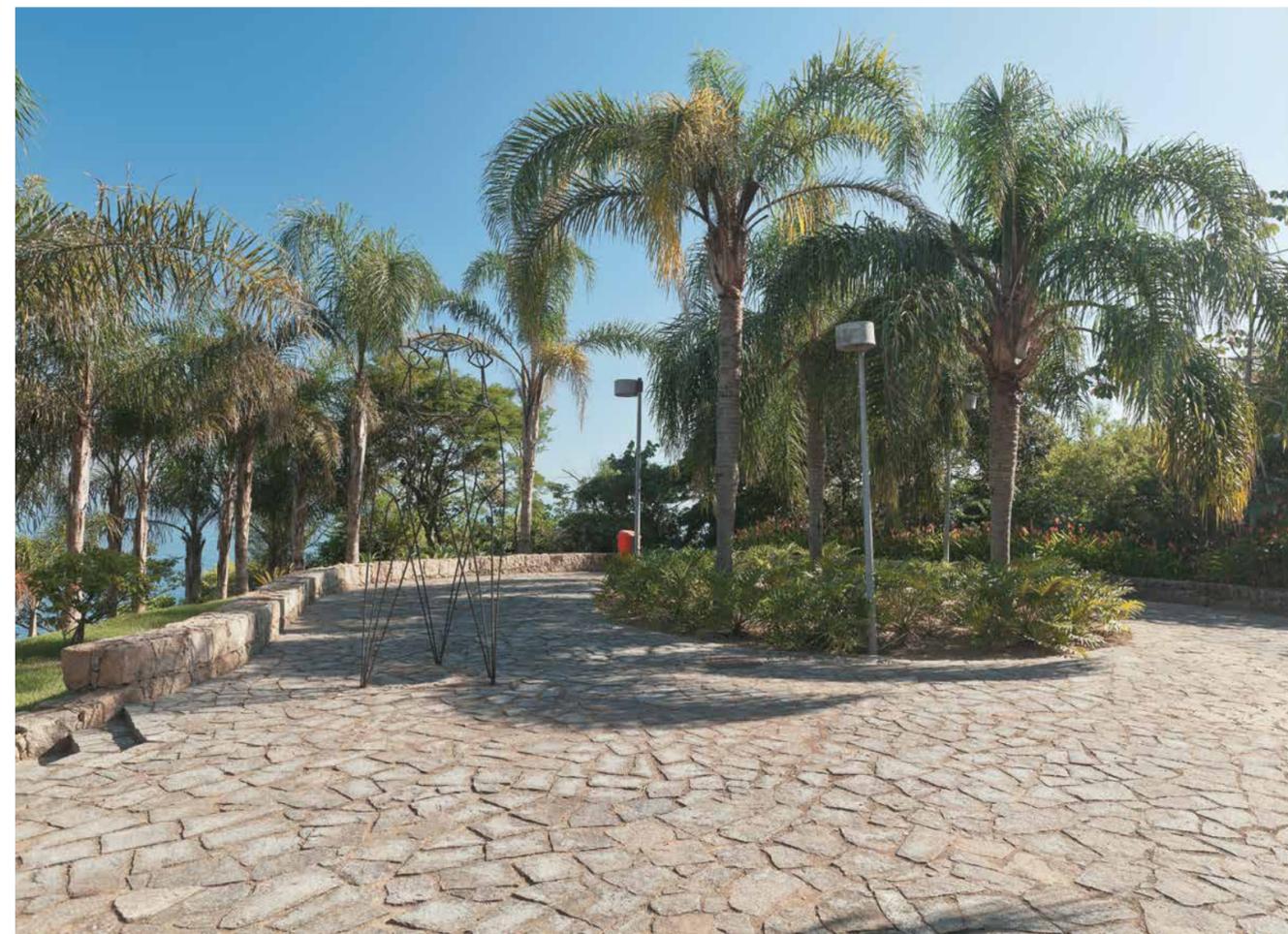
encosta do Morro Dois Irmãos,
subindo pela Rua Aperana,
bairro Leblon



Uma área cobiçada, alvo de polêmicas, constantemente ameaçada por empreendimentos imobiliários e expansão de moradias irregulares das comunidades do entorno. A criação do parque nasceu desses embates.

O espaço antes tomado por pastos e lavouras começou a ser ocupado a partir da década de 1930, com a construção das primeiras moradias formando o Alto Leblon, parte nobre do bairro de mesmo nome.

Popularmente conhecida como Parque Dois Irmãos, essa área entre o mar e a montanha é uma das mais privilegiadas da cidade. De lá é possível avistar as praias do Leblon, Ipanema e Arpoador em toda a sua extensão, além do próprio Morro Dois Irmãos, da Lagoa Rodrigo de Freitas, do Corcovado e das Ilhas Cagarras.

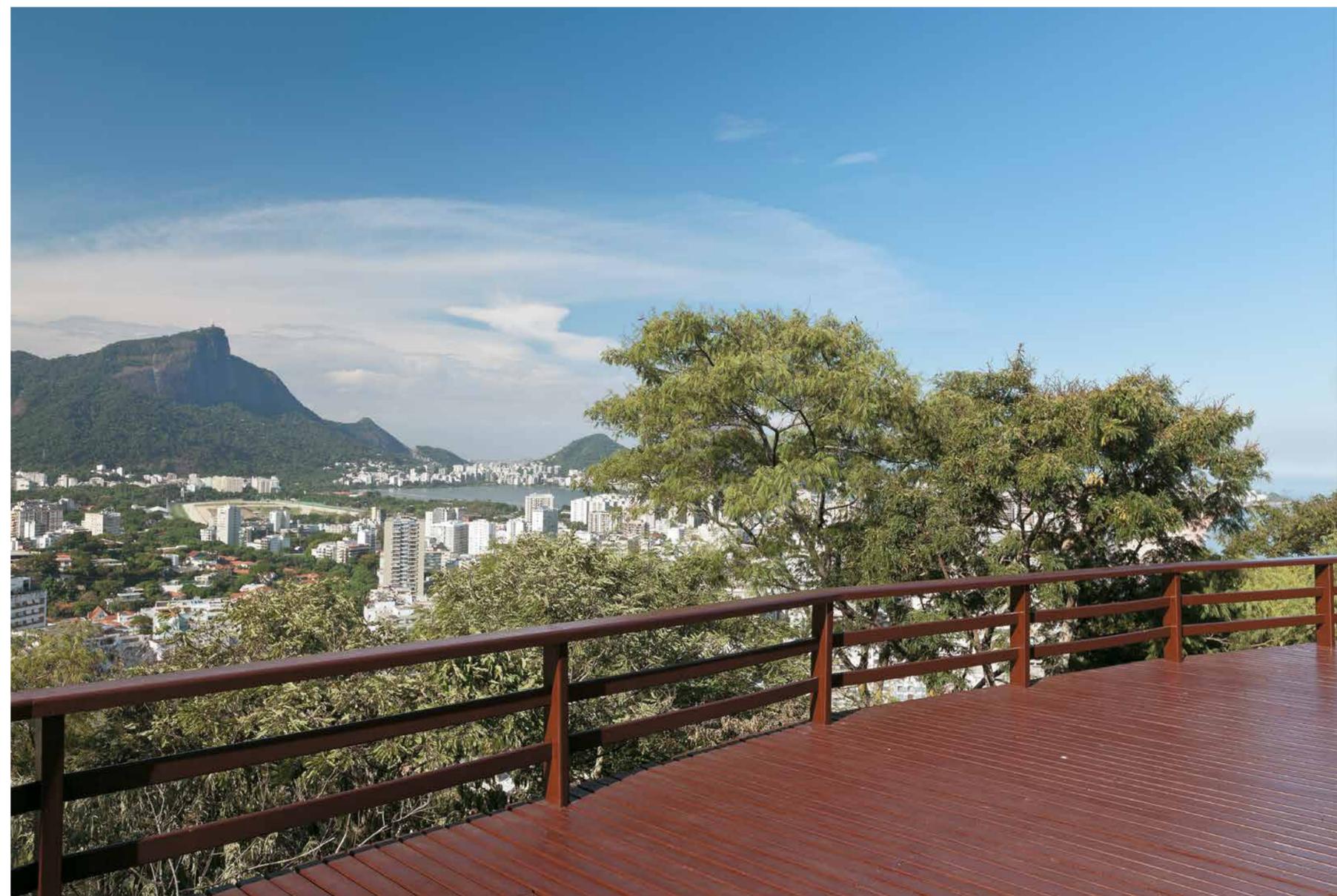


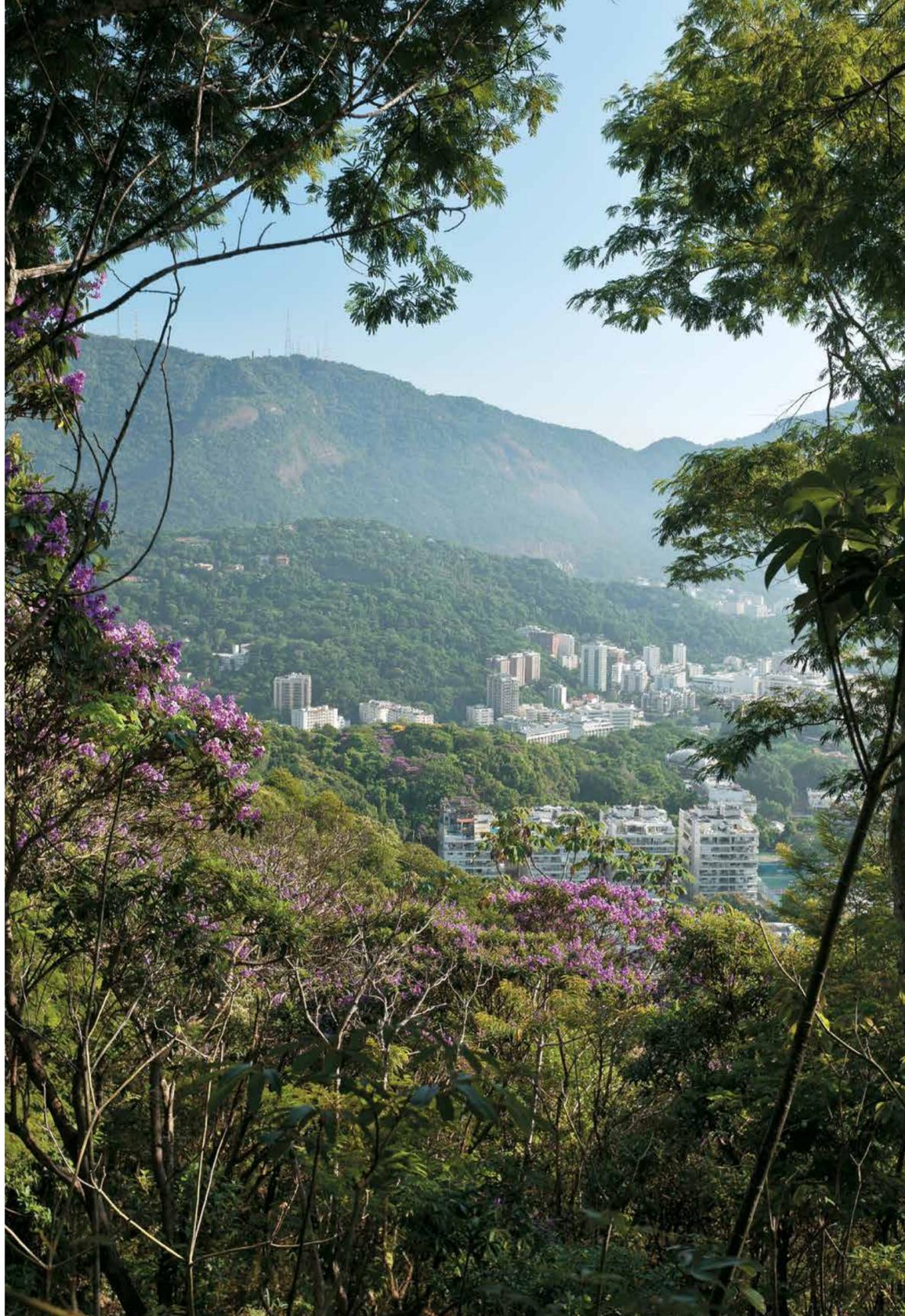
O Penhasco Dois Irmãos foi tombado pela União em 1973 como patrimônio paisagístico da cidade. Mas a ampliação do espaço protegido só viria muito mais tarde, quando os moradores se mobilizaram para conter o avanço imobiliário e evitar o crescimento desordenado, tanto por novas edificações locais quanto por construções irregulares a partir de comunidades próximas: Chácara do Céu, Vidigal, Vila Parque da Cidade e Rocinha. Considerada a maior favela da América Latina, essa última foi transformada em bairro em 1993 e hoje ocupa o outro lado da encosta.

A prefeitura acolheu a demanda popular e criou o Parque Municipal do Penhasco Dois Irmãos em dezembro de 1992. O processo foi facilitado por envolver apenas área pública, sem necessidade de desapropriação.

Luta pelo tombamento

Dois anos depois, entretanto, foi reivindicada pelo empresário Antonio Galdeano a construção, em terreno próprio e vizinho à área preservada, de um hotel cinco estrelas e oito edifícios de apartamentos, cada um com oito andares. A licença havia sido concedida pelo governo estadual em 1971, dois anos antes do tombamento do Penhasco, mas ainda assim as obras foram embargadas.





A reabertura da batalha judicial provocou uma polêmica acirrada entre os defensores de empreendimentos imobiliários, como forma de evitar a favelização, e os ambientalistas, contrários a qualquer tipo de ocupação e uso. Além da interferência na paisagem, outra questão complexa era a necessidade da destruição de aproximadamente 500 mil toneladas de material rochoso para construir os edifícios.

A disputa pela ocupação da encosta se arrastou por anos. Várias tentativas de acordo foram feitas; todas fracassaram. A determinação de ambos os lados foi tão grande que a contenda chegou ao Supremo Tribunal Federal, dando vitória final ao empresário. Ainda assim, como uma série de mecanismos legais poderia arrastar a questão por muito tempo, abrindo espaço à ocupação irregular, foi feita uma nova proposta para conciliar os interesses.

O impasse foi solucionado quando a prefeitura concordou em permitir que Galdeano erguesse um empreendimento desse porte em terreno próprio na Barra da Tijuca. Em troca, o empresário cederia ao poder público aproximadamente 141.000 m² de sua terra local, um acréscimo de 50% na área original do parque.

A consolidação definitiva, no entanto, só aconteceria em 2002, quando a prefeitura decreta que a área é *non aedificand*, sendo renomeada como Parque Natural Municipal Sergio Bernardes, em homenagem ao renomado arquiteto falecido naquele ano.

Projeto paisagístico, flora e fauna

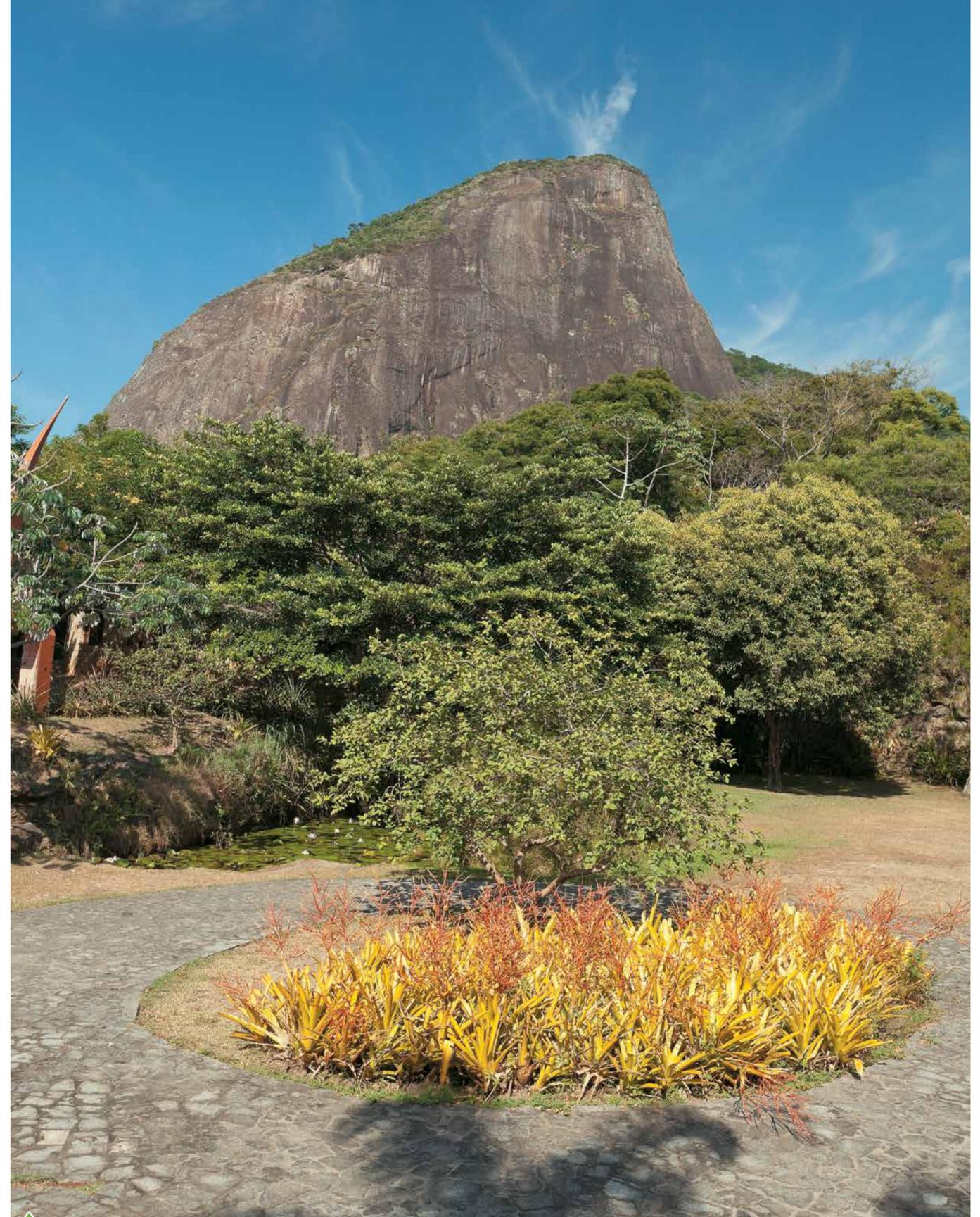
O planejamento do parque foi entregue ao arquiteto, urbanista e paisagista Fernando de Magalhães Chacel. A primeira providência foi erradicar o capim colonião (*Panicum maximum*), gramínea africana que ocupa áreas desmatadas e impede o desenvolvimento da flora típica do local.

Engenhoso e delicado, o planejamento de Chacel levou em conta a topografia do terreno para distribuir espécies de portes diferentes em platôs, o que deu leveza e harmonia à composição paisagística, sem interferir na paisagem.

Para a rápida recomposição da flora, foi implantado o *Mutirão Reflorestamento*, projeto da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que envolveu os moradores da Chácara do Céu. A iniciativa resultou no plantio de mais de 50 mil indivíduos, sendo a maioria da Mata Atlântica, distribuídos em uma área de 15 hectares.

Entre as nativas, destacam-se a beleza exótica da embaúba-prateada (*Cecropia hololeuca*), cujo tom prateado das folhas chama atenção em meio ao verde, e a quaresmeira-roxa (*Tibouchina granulosa*), com intensa floração que ocorre durante a primavera e o outono.

As árvores de grande porte, que podem alcançar até 30 m de al-



Bromélia (*Aechmea blanchetiana*)

tura, estão representadas por espécies como a carrapeta-verdadeira (*Guarea guidonia*), que produz frutos apreciados por várias espécies da fauna – por isso sendo muito indicada para plantios mistos na recuperação de áreas degradadas –, e o guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), de rápido crescimento e que produz enormes cachos de flores amarelas.

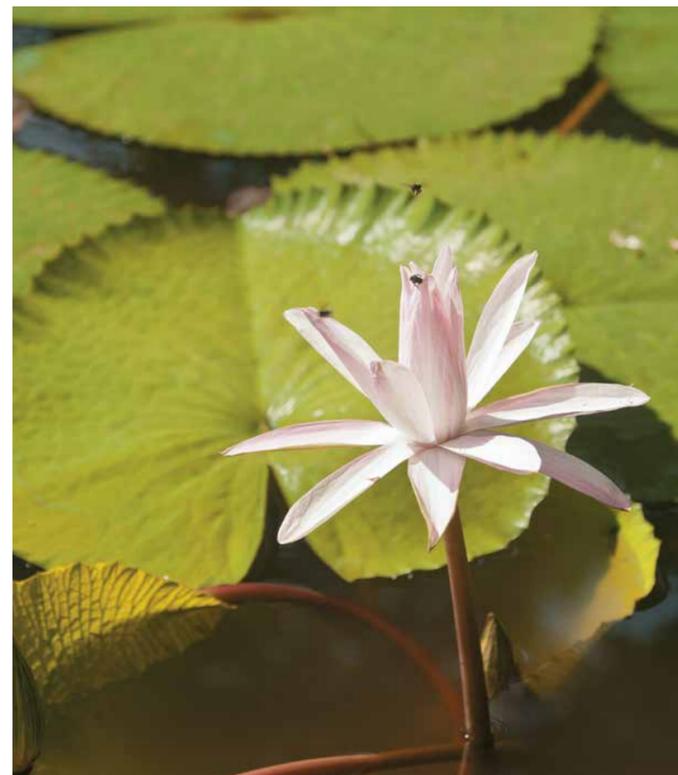
As exóticas estão representadas por espécies como a jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), que produz frutos que chegam a pesar até 10 kg e medir 40 cm, podendo ser consumidos pelo homem *in natura* ou transformados em geleias e doces. Os indianos também usam sua polpa para produzir um tipo de aguardente; e o abacateiro (*Persea americana*), nativo da América Central e México.

A variedade da flora, que proporciona, além de beleza, também uma fonte de alimentação abundante e constante, atraiu espécies variadas de aves, como a coruja orelhuda (*Rhinopintyx clamator*), o pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*) e o vivi (*Vireo chivi*). Entre os mamíferos, podem ser encontrados o mico-estrela (*Callithrix jacchus*), o gambá (*Didelphis marsupialis*) e morcegos de diferentes espécies. Jiboias (*Boa constrictor*) e jararacas (*Bothrops jararaca*) são destaques entre os répteis.

Líquens (Liquen ou Fungos liquenizados)



Bromélia (*Aechmea blanchetiana*)



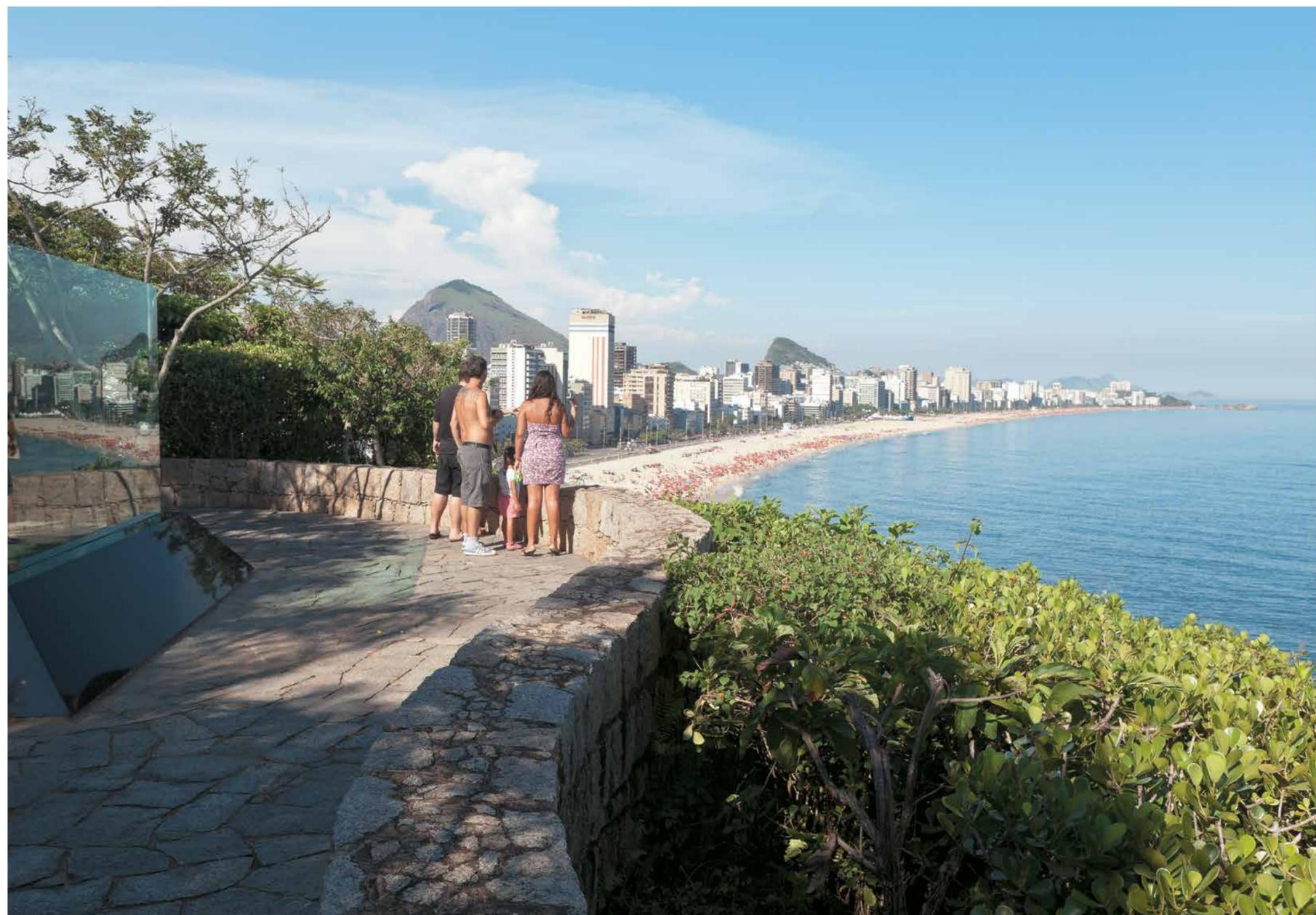
Ninfeia (*Nymphaea* sp.)

Espaço de lazer gratuito

O projeto do paisagista também previu a disposição de vários equipamentos urbanos, como quadras poliesportivas, teatro de arena com capacidade para 50 pessoas e parque infantil, todos inseridos no contexto ambiental implantado, sempre respeitando os limites para a proteção da flora e fauna locais.

O requinte do projeto se traduz também nos jardins de bromélias, lagos com ninfeias (*Nymphaea sp.*) e papiros (*Cyperos Papyrus*), e ainda esculturas de Oscar Niemeyer.

Cercada por uma paisagem tão exuberante, a concepção de Chacel não poderia deixar de explorar esse atrativo: em vários pontos foram construídos mirantes e deques de madeira, onde é possível apreciar diferentes ângulos da cidade. Nas palavras do próprio paisagista, este parque apresenta *“características especiais de revelador de paisagens inéditas e de grande impacto visual”*.



Parque Professor Mello Barreto

Nome oficial:

Parque Natural Municipal Professor Mello Barreto

Criação: 1994

Área: 5,5 ha | 55.000 m²

Localização:

entre a Avenida Via Parque e Lagoa da Tijuca, bairro Barra da Tijuca





O avançado estado de degradação, causado pelas constantes invasões, desmatamentos e ocupação acelerada da Barra da Tijuca, na zona oeste da cidade, foi comprovado nesta área por levantamento aerofotogramétrico do poder público, em 1992.

Mesmo pertencendo a uma Faixa Marginal de Proteção da Lagoa da Tijuca, tendo também o manguezal circundante protegido pela Constituição, a criação do Parque Professor Mello Barreto foi mais uma forma de reforçar a preservação ambiental dessa área. Embora exista desde 1994, sua criação oficial ainda depende de um projeto em tramitação na Câmara de Vereadores.

O projeto do parque, de autoria do arquiteto, paisagista e urbanista Fernando Magalhães Chacel, foi baseado no conceito de *eco-gênese*, quando são utilizadas espécies endêmicas na recompo-



sição da área. Essa técnica foi desenvolvida pelos pesquisadores do Museu Nacional na década de 1940, sob a coordenação do botânico Luiz Emygdio de Mello Filho.

No Parque Professor Mello Barreto foram plantadas espécies nativas em grupos. Assim, foram criados o *Jardim das Bromélias*, o *Jardim da Restinga*, o *Arboreto da Mata Atlântica* e ainda o *Bosque das Fruteiras*, para atrair a fauna. Dessa forma, a área não só se recupera, guardando características dos ecossistemas da Mata Atlântica existentes na zona oeste da cidade, como também ganha espaços que facilitam e incentivam a educação ambiental. O mesmo princípio foi adotado na recomposição do manguezal no entorno da Lagoa da Tijuca.

Recompondo um berçário natural

O manguezal se caracteriza por ser uma região de transição entre a faixa terrestre e o mar. Repleto de plantas halófitas – tolerantes à salinidade – apresenta um solo lodoso e riquíssimo em nutrientes porque recebe muita matéria orgânica. Essas características criam condições adequadas de oferta de alimento e proteção, daí a área ser chamada de berçário. A biodiversidade se traduz tanto pela presença de espécies típicas, como siris, moluscos e caranguejos, como também de peixes, animais e aves.



Tamareira
(*Phoenix sp.*)

Raiz de mangue-vermelho
(*Rhizophora mangle*)

A manutenção dos manguezais ainda é fundamental para a sobrevivência das comunidades pesqueiras pois, como base alimentar da fauna costeira, responde por mais de 95% do pescado consumido pelo homem. Também é importante para a fixação do solo, evitando problemas como erosão e enchentes.

O manguezal do Parque Professor Mello Barreto ocupa uma área de 3,5 hectares. Essa extensão é constituída por apenas três espécies que, por suas especificidades, geram um ecossistema tão importante que é o único protegido pela Constituição.

O mangue-preto (*Avicennia schaueriana*), muito comum nos manguezais brasileiros, é bem tolerante à salinidade. Suas raízes ficam apenas a poucos centímetros da superfície do sedimento e delas saem ramificações eretas, que ajudam na respiração da árvore.

Também conhecido como sapateiro, o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*) ocupa áreas de transição entre o mar e a desembocadura de rios. Nas bifurcações do seu caule e ramos, brotam os rizóforos. Esses órgãos cilíndricos e alongados produzem uma ou mais raízes. Ao se entrelaçarem, elas oferecem uma base tão segura ao caule principal que ele não sofre com o movimento das marés. Os rizóforos também possuem lenticelas, espécie de poro que fica no caule e ajuda na oxigenação. Propa-

gam-se através de sementes, que podem flutuar na água até que encontrem um lugar adequado para sua fixação.

O mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) pode ser encontrado tanto no interior do mangue como na área de transição para a restinga. Embora tolere altas taxas de salinidade, essa espécie se desenvolve melhor onde o teor de sal é reduzido.

Ecossistema presente no Parque Professor Mello Barreto, essas espécies nativas do Brasil podem atingir cerca de 20 metros de altura e possuem glândulas de sal – estruturas singulares capazes de eliminar o sal absorvido pela planta.



Atividades

O parque está aberto para visitantes, que podem conhecer os bosques e jardins. Possui trilhas e ciclovias e a entrada é gratuita. Há ainda uma arena onde são organizados eventos de educação ambiental.

Todo o projeto de reconstrução do parque foi financiado pela Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca e doado à população na sua inauguração, em 1994.

Homenagem

O botânico Henrique Lahmeyer de Mello Barreto foi um dos mais importantes colaboradores de Roberto Burle Marx. Através dessa parceria iniciada em 1943, o paisagista deu um novo direcionamento a seu trabalho, com maior enfoque ao viés ecológico, potencializando as associações entre as espécies.

Diretor do antigo Jardim Botânico de Belo Horizonte e do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, Mello Barreto também deixou uma importante obra sobre a divisão fitogeográfica do território de Minas Gerais.



Parque Marcello de Ipanema

Nome oficial:

**Parque Municipal Urbano
Marcello de Ipanema**

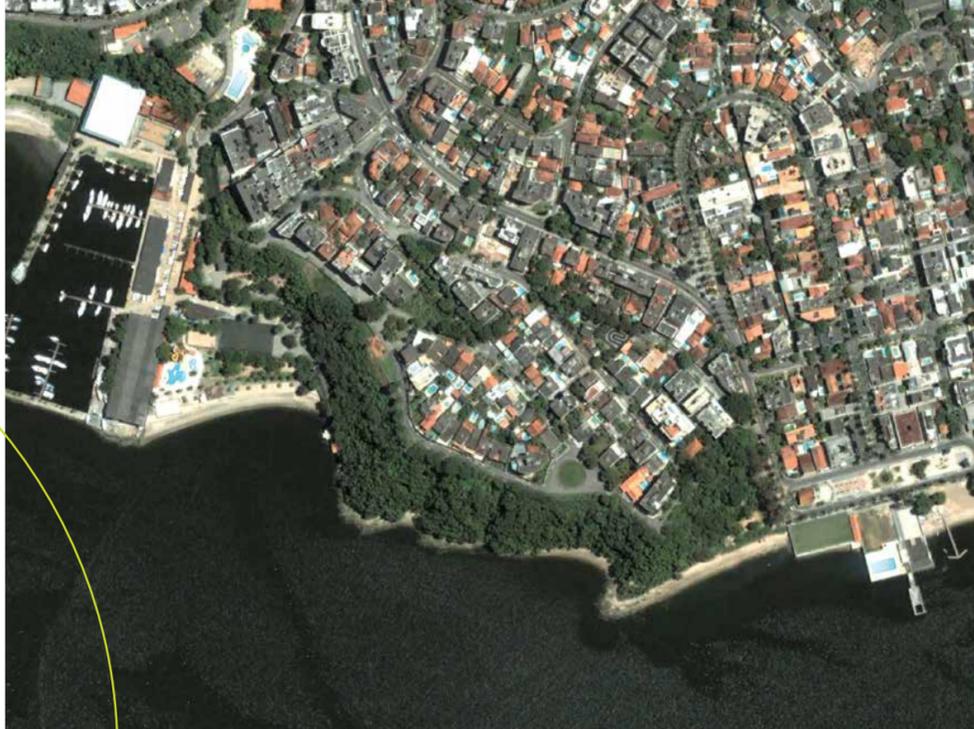
Criação: 1995

Área: 1,29 ha | 12.900 m²

Localização:

**entre as praias da Bica e do
Engenho Velho, na porção sul da
Ilha do Governador**

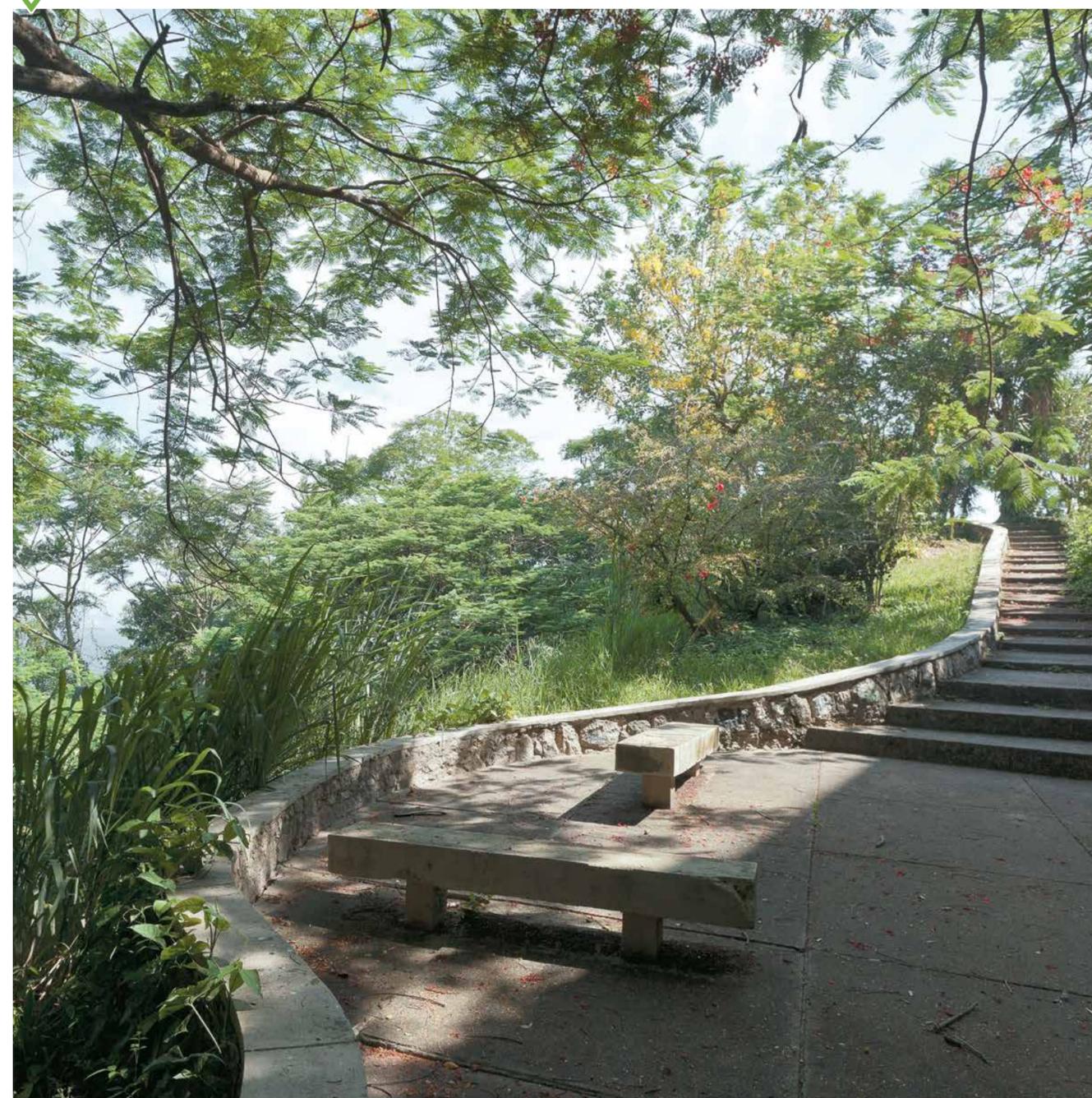


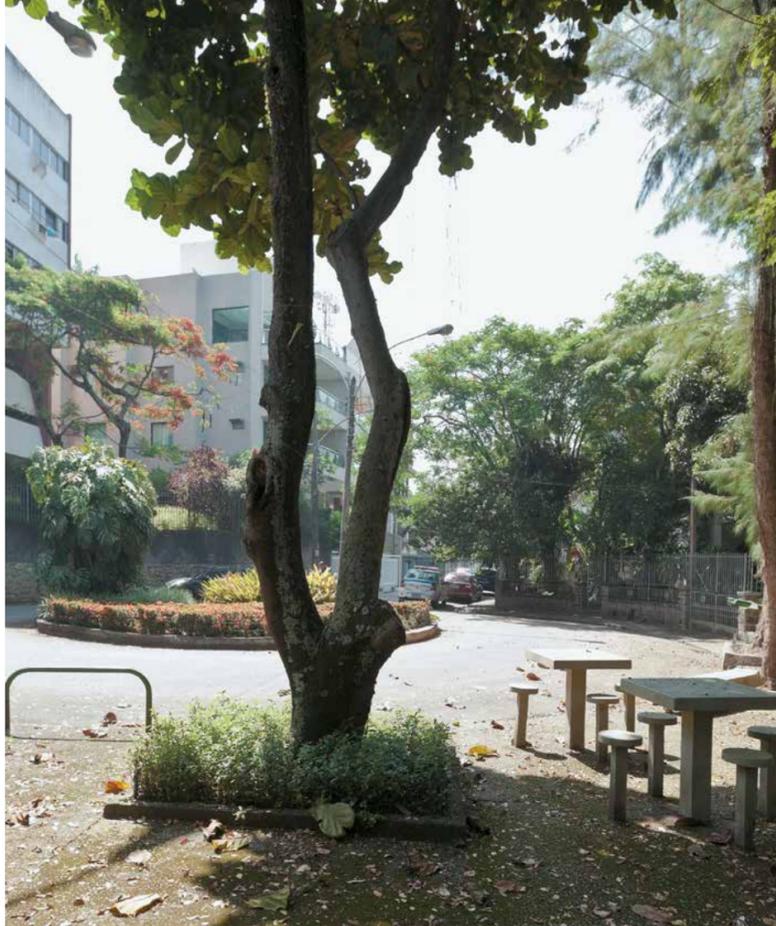


Uma aleia de palmeiras centenárias, com cerca de 25 metros de altura, chama a atenção logo na entrada do Parque Marcello de Ipanema. Na área interna, a projeção de escadarias, rampas e platôs permite que o visitante se deslumbre com a paisagem da Praia da Bica e parte da Baía de Guanabara, que se descortina em alguns pontos, e contemple de perto espécies remanescentes da Mata Atlântica.

A baba-de-boi, como é mais conhecido o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), deve seu nome popular às sementes, que quando pressionadas soltam um líquido viscoso, semelhante ao produzido pelos bovinos. Possui grande quantidade de proteínas, fibras alimentares, selênio e muitas propriedades medicinais. Popularmente indicado contra a diarreia, problemas nos rins e como vermífugo, são esses seus usos mais frequentes.

Paisagem construída (escada, caminhos e sombra para o estar)





A folha dessa palmeira nativa da mata atlântica, que mede entre 3 e 4 metros – a maior do reino vegetal –, tem 16% de proteína bruta e é usada em algumas regiões como complementação alimentar para cavalo e gado. Os frutos amarelos apresentam-se em forma de cacho e, por seu sabor adocicado, são particularmente apreciados por crianças. Ainda servem como alimento para diversas espécies como maritacas, papagaios, morcegos e esquilos-caxinguelê, além de cachorros.

O jerivá é indicado tanto para o paisagismo, por sua imponência e beleza, como para a recuperação de áreas degradadas, pois se adapta com facilidade a diferentes condições climáticas e apresenta crescimento rápido, podendo atingir cerca de 4 metros em apenas dois anos.

A vegetação de restinga, encontrada ao longo das praias e planícies costeiras, também pode ser observada no entorno do parque, como o mangue-branco (*Laguncularia racemosa*), capaz de eliminar o sal através de glândulas de secreção presentes nas folhas.

Na parte menos protegida e em fase de recuperação, encontram-se ainda espécies como a mamona (*Ricinus communis*), que produz o óleo de rícino, muito usado na medicina popular para diversos fins como enxaqueca, anti-inflamatório e purgativo. Por sua viscosidade também é largamente usado na indústria química, inclusive como matéria-prima na produção de biodiesel.



Ave-símbolo do Brasil

O som de flauta é a característica do gorjeio emitido pelo sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), ave-símbolo do Brasil. Escolhido por seu canto – que varia entre dez e quinze notas e pode durar até dois minutos sem interrupção – e sua presença em todo o país, tanto na área rural como urbana, esses argumentos foram apresentados pela comissão de ministros encarregada da escolha porque, dentre todas as aves, é “a mais inspiradora e, conseqüentemente, a mais aclamada e decantada pelo sentimento popular e cultural.” O parecer foi acatado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que assinou o decreto em 2002. Escutar o seu trinado é um dos privilégios do Parque Marcello de Ipanema.

Sabiá (*Turdus rufiventris*)



A fauna é tipicamente urbana por conta da ocupação humana, em particular pelo uso intensivo do solo para atividades agrícolas. Entre as espécies podem ser apreciados o tiziu (*Volatinia jacarina*), cujos machos ganham uma plumagem negro-azulada na época do acasalamento; os morcegos (*Artibeus litaratus* e *Moytis nigricans*), mamíferos importantes para a reprodução de plantas pela disseminação de sementes; e o gambá (*Didelphis marsupialis*), primeiro marsupial conhecido pelos europeus. Quando se sente em perigo, essa espécie se finge de morta ou expele um líquido fétido.

À beira-mar são encontradas a ostra (*Crassostrea rhizophorae*), as cracas (*Ballanus sp.*), a aranha nefila (*Nephilla clavipes*) e a garça-branca-pequena (*Egretta thula*).

Ocupação da ilha

Localizada no lado ocidental do interior da Baía de Guanabara, com uma superfície de 36,12 km², a Ilha do Governador teve como primeira vocação econômica o plantio de cana e engenhos que produziam açúcar.

Ganhou esse nome na segunda metade do século XV, quando Salvador Corrêa de Sá recebeu metade da ilha como doação de seu primo, a quem chamava de tio, Mem de Sá, terceiro governador-geral

do Brasil (1558 a 1572). Esse nobre português, que ocupou por duas vezes o cargo de governador do Rio de Janeiro (1569-1572 e 1577-1598), era irmão de Estácio de Sá, fundador da cidade.

O desmatamento por conta do plantio da cana continuou até o século XIX. Com o declínio da atividade canavieira, as grandes fazendas foram loteadas para implantação de chácaras. A urbanização só começou em 1949, com a criação de pontes para o Fundão – um novo bairro da zona norte da cidade – e desse ao continente.

A ocupação urbana se intensificou a partir da década de 1970, com a construção do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, atual Antonio Carlos Jobim. Nenhuma obra causou tanto impacto para a Ilha do Governador como a do aeroporto; grandes áreas foram aterradas e ecossistemas inteiros destruídos. Algumas praias, como Flexeiras, Porto Santo e Itacolomy, simplesmente deixaram de existir. Em fotos aéreas pode-se observar a enorme extensão aterrada, em contraste com as poucas áreas verdes que foram poupadas.

O parque municipal só nasceria mais de vinte anos depois, com a pressão popular e de ambientalistas. A área antes destinada para loteamento foi transformada em espaço público. Coube à arquiteta e paisagista Vera Lúcia Cardim, da Fundação Parques e Jardins da Prefeitura do Rio de Janeiro, o primeiro tratamento paisagístico, em 1993. A denominação inicial, Parque do Enge-



inho Velho, foi logo alterada para Parque Marcello de Ipanema, em homenagem ao respeitado ambientalista, geógrafo, historiador e jornalista que faleceu no mesmo ano.

Implantado oficialmente em 1995, além de ser um espaço privilegiado para contemplação da natureza, também conta com parque infantil e um anfiteatro utilizado para atividades culturais. O acesso é gratuito e não há restrição de horário.

Prainha

Nome oficial:

Área de Proteção Ambiental
da Prainha

Criação: 1990

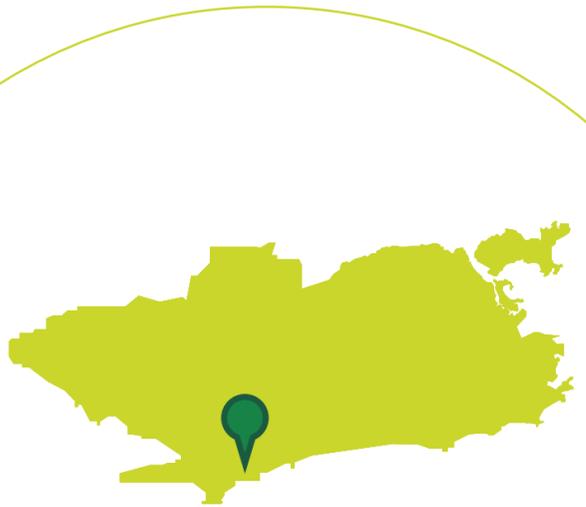
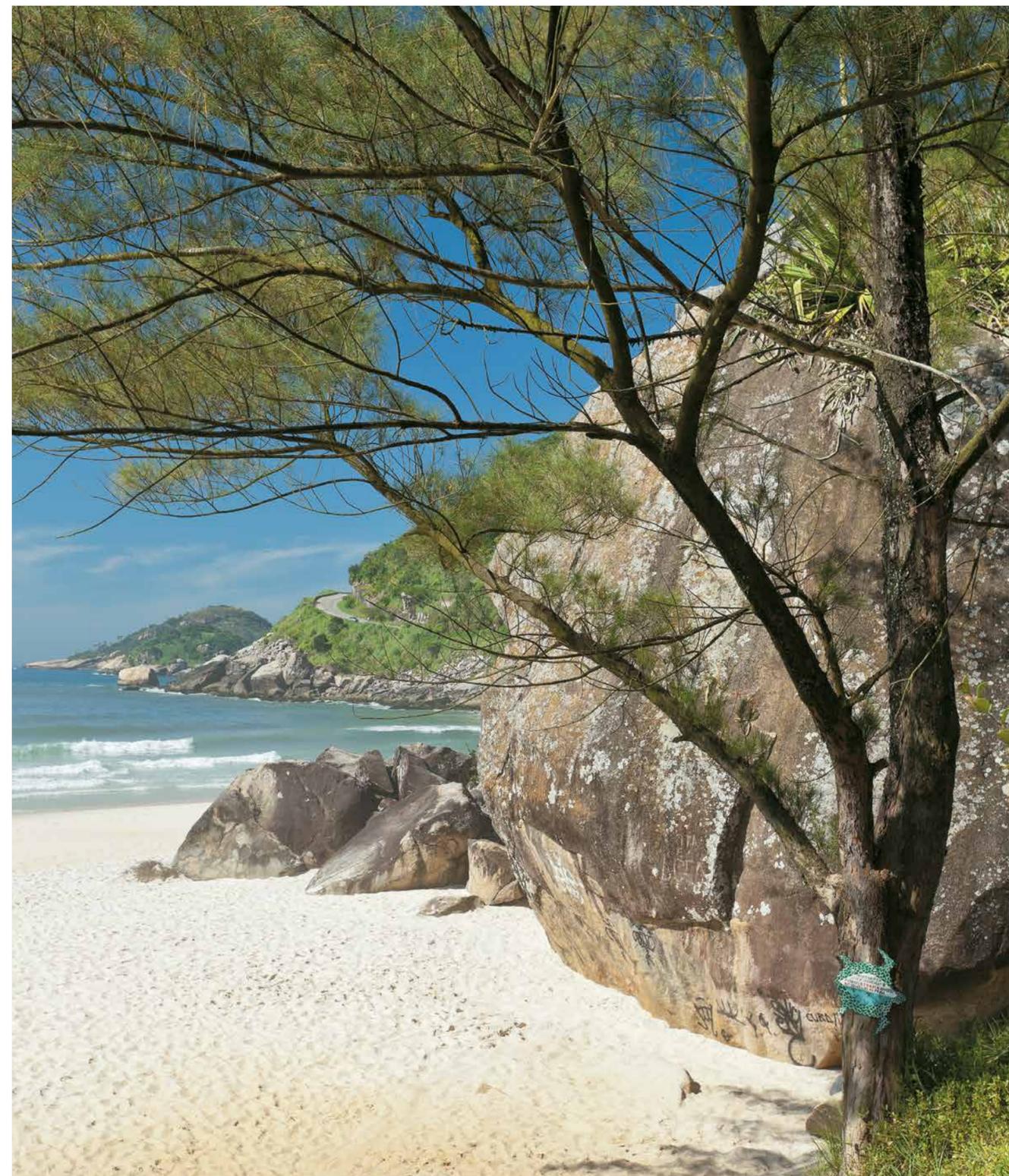
Área: 166 ha | 1.660.000 m²

Localização:

entre o bairro Recreio dos
Bandeirantes e a Área de Proteção
Ambiental de Grumari



Casuarina (*Casuarina* sp.)



Areia branca, mar cristalino e ondas perfeitas. Não por acaso, a Prainha sempre foi frequentada por surfistas e, principalmente por iniciativa deles, o local foi preservado.

Com apenas 150 metros de extensão, o trecho de praia é delimitado pelos Morros do Caeté, Boa Vista e Pedra dos Cabritos. Essa conformação geográfica resulta em um ambiente singular e acolhedor.

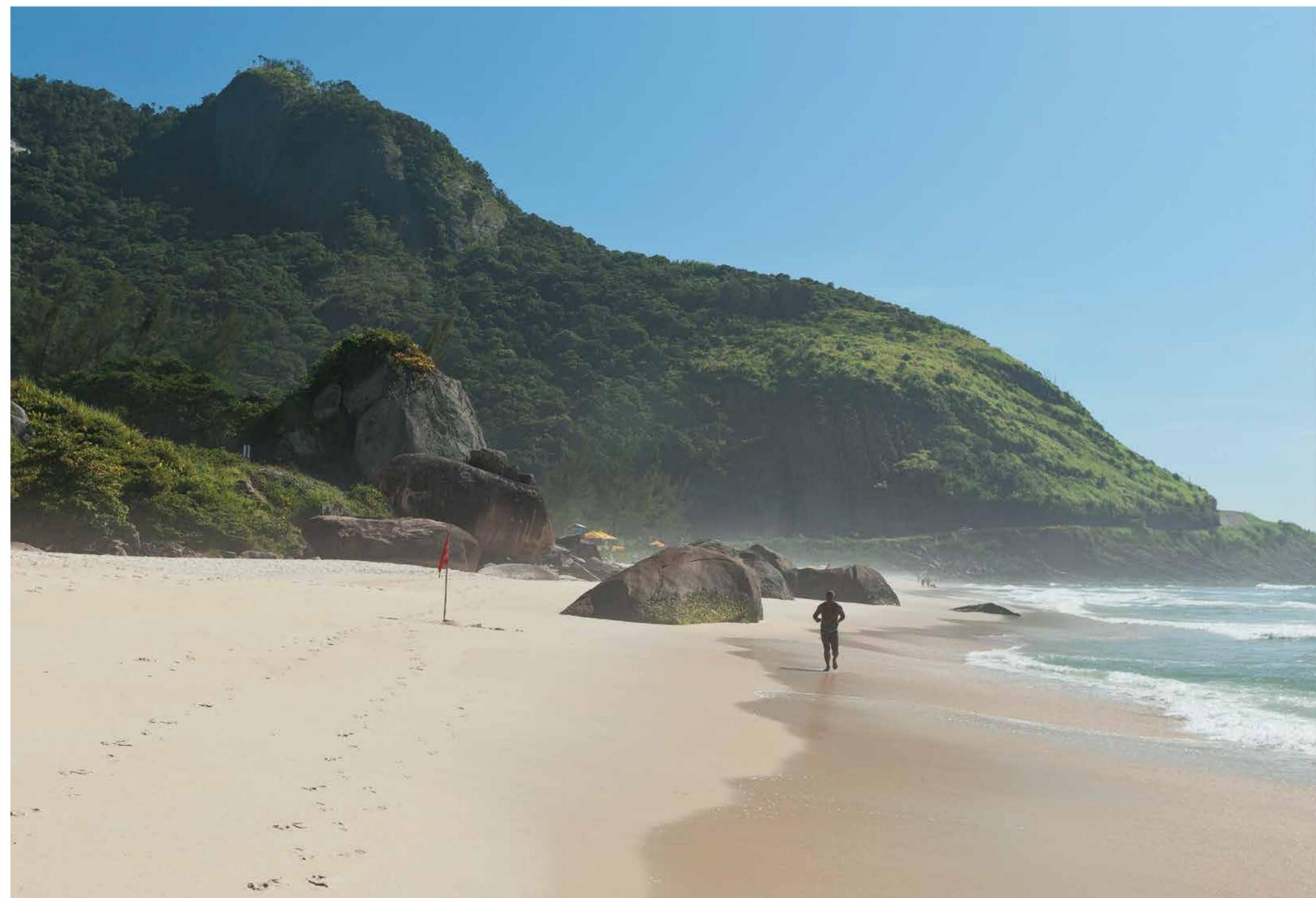
Praticamente intocado durante décadas, o espaço só se tornou mais acessível a partir de 1970, com a abertura da Avenida Estado da Guanabara, interligando as Estradas do Pontal e Grumari. Entretanto, a Prainha ganhou mais visibilidade e passou também a ser um lugar mais cobiçado ao longo do tempo.

Vinte anos depois, com a implantação do *Rio Orla*, projeto da prefeitura que visava a recuperação da orla do Leme ao Pontal – principalmente devido à realização da *ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* –, uma grande polêmica se instalou. Quando o projeto chegou à Avenida Sernambetiba, na Barra, a comunidade local embargou a obra através de liminar, não permitindo que seguisse em direção ao Recreio dos Bandeirantes. Esse trecho então ficou intocado, consolidando assim a Reserva Biológica da Barra da Tijuca.

Paraíso ameaçado

A mobilização começou com a divulgação de um empreendimento imobiliário, cujo projeto previa a construção de hotel e condomínio residencial no local, o que, uma vez consumado, descaracterizaria completamente o ambiente natural. Diante da ameaça, os surfistas se uniram e lideraram um movimento para manter a Prainha intocada.

Essa reação civil resultou na criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), formalizada por Lei Municipal em janeiro de 1990. O parque ecológico abrange, além da praia, as áreas contíguas e as encostas, mantendo as características nativas. As ações de urbanização controlada da Prainha e de Grumari acabaram sendo realizadas só após a finalização do projeto Rio Orla.





Registro histórico

Até o final do século XVII, toda essa região litorânea pertencia à Vitória de Sá e Benevides, neta de Salvador Correia de Sá, duas vezes governador do Rio de Janeiro (1569-1572 e 1577-1598). Por testamento, as fazendas do Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena eram destinadas ao Mosteiro de São Bento. Posteriormente, foram vendidas para a Companhia Engenho Central de Jacarepaguá.

A área voltou a ser negociada em 1891, dois séculos depois, para saldar dívidas com a Receita. Adquirida pelo Banco de Crédito Móvel, a Prainha começou a ser desmembrada no início do século XX, com o repasse a terceiros. Ainda assim, permaneceu intocada por décadas, já que a expansão da cidade em direção à zona oeste só começou a partir dos anos 1970.

Flora e fauna

A vegetação é diversificada, predominantemente secundária – resultante de regeneração natural da vegetação nativa dizimada –, mas em acelerado processo de recomposição. No entanto, ainda podem ser encontradas espécies ditas primárias, remanescentes da floresta original, como a carrapeteira (*Guarea guidonea* - *Meliaceae*), e várias figueiras, entre elas a *Ficus gomelleira*,

ameaçada de extinção. Nas encostas e cumes dos morros se destacam a pita (*Four gigantea* - *Amaryllideaceae*), as palmeiras (*Syagrus oleracea* e *Syagrus romanzoffiana*), além de orquídeas e bromélias.

Na praia, entre as espécies típicas de faixas arenosas, encontram-se o capim-de-praia (*Sporobolus virginicus* - *Graminae*) e o feijão-da-praia (*Carnavalia rosea* - *Leguminosae*). Como destaques da área brejosa, o lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium* - *Zingiberaceae*) e o algodoeiro-da-praia (*Hibiscus pernambucensis* - *Malvaceae*).

Animais ameaçados de extinção encontram abrigo nesta área protegida. Entre os mamíferos, o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o mico-estrela (*Callithrix jacchus*) e os gatos-do-mato (*Felis tigrina* e *Felis wiedii*). Também circulam pelo Maciço da Pedra Branca, pacas, roedores e gambás.

A jararaca (*Bothrops jararaca*), a jararacuçu (*Bothrops jararacussu*), a cobra-cipó (*Chironius bicarinatus*) e a caninana (*Spilotes pullatus*) são algumas das espécies de cobras que podem ser encontradas na APA da Prainha.

A avifauna é abundante, com exemplares de saíras (*Dacnys cayana*, *Tangara spp.* e *Tersina sp.*), periquitos e maritacas (*Pyrrhura spp.*, *Brotoyeris sp.* e *Thalurania sp.*), e o pagainho (*Touit melanonota*), espécie



Maria-farinha (*Ocyptode quadrata*),
Jerivá (*Syagrus sp.*) e borboleta-88
(*Diaethria clymena*)

ameaçada. Além dos pássaros, podem ser apreciadas borboletas (*Morpho achilles*) e abelhas-silvestres (*Eulema sp.* e *Euglossa sp.*).

Nos costões marinhos as espécies são abundantes, entre moluscos e peixes, como a garoupa (*Epinephelus guaza*), o peixe-borboleta (*Chactodon strictus*), o marimbá (*Dilodua argenteus*) e a moreia (*Gymnothorax*).



Espaço de proteção e lazer

Um posto de salvamento, mirantes, quiosques para venda de bebidas e alimentos, mesas, um parque infantil com todos os brinquedos de madeira, aparelhos de ginástica, cavaletes projetados como suporte para as pranchas de surfe, além de banheiros, chuveiros e uma área para estacionamento de carros, são algumas das comodidades instaladas.

A Prainha continua sendo alvo de melhoramentos, que incluem da recuperação da vegetação das encostas e acessos até a instalação de equipamentos mais contemporâneos, como bicicletário e antenas de telefonia.

Como resultado de todos esses investimentos, recebeu, em outubro de 2012, o mais importante certificado de correção socioambiental do mundo, a *Bandeira Azul*, outorgado por júri internacional em Copenhague. Concedida pela Fundação para a Educação Ambiental (*Foundation for Environmental Education – FEE*), credenciada pela ONU e pela Unesco, a distinção resultou da candidatura apresentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro durante a *Rio+20*, realizada em junho do mesmo ano na capital fluminense.



Relação de Parques do Rio de Janeiro

Parques Urbanos	Lei / Decreto de Criação	Área (ha)	Localização	Gestão e Competência
Parque Guinle	Decreto Municipal 7.712 - 24/01/1944	2,47	Rua Gago Coutinho / Laranjeiras	Fundação Parques e Jardins
Parque Ary Barroso	Decreto Estadual 315 - 13/02/1964	5	Av. Brás de Pina / Penha	Fundação Parques e Jardins
Campo de Santana	Lei 575 - 13/08/1964	15,52	Praça da República / Centro	Fundação Parques e Jardins
Quinta da Boa Vista	Decreto 316 - 27/12/1970	37,8	Av. Pedro II / São Cristóvão	Fundação Parques e Jardins
Jardim Zoológico	Decreto 316 - 27/12/1970	12	Quinta da Boa Vista	Fundação Parques e Jardins
Parque Almirante Souza Mello	Decreto Estadual 4.718 - 1971	9,0	Praias do Zumbi - Pitangueiras / Bairro Zumbi / Ilha do Gov.	Fundação Parques e Jardins
Passeio Público	Lei 7.735/1975	3,36	Lapa / Centro	Fundação Parques e Jardins
Parque Lage	Decreto de Desapropriação 77.293 - 10/03/1976	52,2	Rua Jardim Botânico, nº 414	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico
Parque Engenheiro José Orlando Bernardes	Decreto Municipal 3.018 - 1978	20,3	Ruas Barão de São Félix - Des. Oldemar Pacheco / Irajá	Fundação Parques e Jardins
Parque da Catacumba	Decreto Municipal 1.967 - 19/01/1979	30,8	Av. Eptácio Pessoa / Lagoa Rodrigo de Freitas	Fundação Parques e Jardins
Parque Garota de Ipanema	Decreto Municipal 2.295 - 24/09/1979	2,8	Rua Francisco Bhering - Arpoador / Praia de Ipanema	Fundação Parques e Jardins
Parque Marcello de Ipanema	Decretos 3.157 e 3.158 - 23/07/1981	1,29	Praias da Bica e Engenho Velho / Ilha do Governador	Fundação Parques e Jardins
Parque Orlando Leite	Decreto Municipal 3.809 - 27/10/1982	2,72	Rua Ferraz, nº 2 / Cascadura	Fundação Parques e Jardins
Parque Municipal Bosque de Jerusalém	Lei Municipal 2.331 - 1995	2,3	Pedra de Itaúna / Avs. das Américas - Luís Aranha, altura nº 10 / Barra da Tijuca	Fundação Parques e Jardins
Parque Tom Jobim	Lei Municipal 14.272 - 18/10/1995	21	Lagoa Rodrigo de Freitas	Fundação Parques e Jardins
Parque do Pasmado	Decreto Municipal 14.457/1995	4,38	Morro do Pasmado	Fundação Parques e Jardins

Parques Urbanos	Lei / Decreto de Criação	Área (ha)	Localização	Gestão e Competência
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico	Lei 10.316 - 06/12/2001	137	Rua Jardim Botânico, nº 1008	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico
Aterro do Flamengo - Parque Brigadeiro Eduardo Gomes	Decreto 25.045 / 2005 (nomeia o deque do Rio Carioca de Lota de Macedo Soares)	121,9	Orla da Baía de Guanabara	Fundação Parques e Jardins
Parque Recanto do Trovador	Lei 1.456 - 12/10/2007	7,7	Rua Visconde de Santa Isabel / Vila Isabel	Fundação Parques e Jardins
Parque Trevo das Palmeiras	Indisponível	34,0	Entre Avs. das Américas - Ayrton Senna / Barra da Tijuca	Fundação Parques e Jardins
Parque Fazenda da Restinga	Indisponível	6,81	Av. das Américas, nº 700 / Acesso Shopping Città América / Barra da Tijuca	Fundação Parques e Jardins
Parque Madureira	Decreto Municipal 35.803 - 21/06/2012	103	Rua Soares Caldeira, nº 115 / Madureira	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Parque Nacional da Tijuca	Decreto Federal 50.923 - 06/07/1961	3.360	Maciço da Tijuca	Governo Federal e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Parque Estadual da Chacrinha	Decreto Estadual 2.853 - 22/05/1969	126	Copacabana	Gestão compartilhada - Prefeitura/Estado
Parque Estadual da Pedra Branca	Lei Estadual 32.017 - 1974	12.500	Grumari / Vargem Grande / Guaratiba / Jacarepaguá	Governo do Estado do Rio de Janeiro
Parque Natural Municipal Dark de Matos	Decreto Municipal 394 - 15/05/1976	6,67	Ilha de Paquetá / Praia José Bonifácio	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal de Marapendi	Lei Municipal 61 - 03/07/1978	971	Recreio / Barra da Tijuca	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal da Catacumba	Decreto Municipal 3.124 - 26/06/1981	30,8	Lagoa	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Bosque da Barra	Decreto Municipal 4.105 - 03/05/1983	50	Barra da Tijuca	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal da Saudade	Decreto Municipal 6.231 - 18/10/1986	5,0	Humaitá	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal do Mendanha	Lei Municipal 1.208 - 28/03/1988	1.323	Zona Oeste / Guandu / Bangu / Gericinó	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal da Cidade	Decreto Estadual 927 - 29/11/1988 (tombamento)	47	Gávea	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Chico Mendes	Decreto Municipal 8.452 - 08/05/1989	40	Recreio dos Bandeirantes	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Bosque da Freguesia	Decreto Municipal 11.830 - 1992	31	Freguesia	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Sergio Bernardes	Decreto Municipal 11.850 - 21/12/1992	25,3	Leblon	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC

Parques Urbanos	Lei / Decreto de Criação	Área (ha)	Localização	Gestão e Competência
Parque Natural Municipal Professor Mello Barreto	Indisponível (criação: 1994)	5,5	Barra da Tijuca	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Fazenda Viegas	Decreto Municipal 148.000 - 14/05/1996	9,5	Senador Camará	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal da Prainha	Decreto Municipal 17.445 - 1999	166	Prainha / Zona Oeste	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior	Decreto Municipal 19.143 - 14/11/2000	8,3	Copacabana	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal de Grumari	Decreto Municipal 20.149 - 2001	166	Praia de Grumari	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Jardim do Carmo	Decreto Municipal 20.723 - 08/11/2001	Indisponível	Madureira / Rocha Miranda	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Serra da Capoeira Grande	Decreto Municipal 21.208 - 2001	9,5	Senador Camará	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Estadual do Grajaú	Decreto Estadual 32.017 - 2002	55	Grajaú	Gestão compartilhada - Prefeitura/Estado
Parque Natural Municipal Barra da Tijuca	Decreto Municipal 34.443 - 20/09/2011	Indisponível	Av. Lúcio Costa / Lagoa de Marapendi / Barra da Tijuca	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC
Parque Natural Municipal Paisagem Carioca	Decreto Municipal 37.231 - 05/06/2013	160	Morros do Leme, Babilônia, São João e Urubus / Leme	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMAC



O Rio
que é
Verde
Guia de Plantio

ARBORIZAÇÃO DE RUAS E PRAÇAS

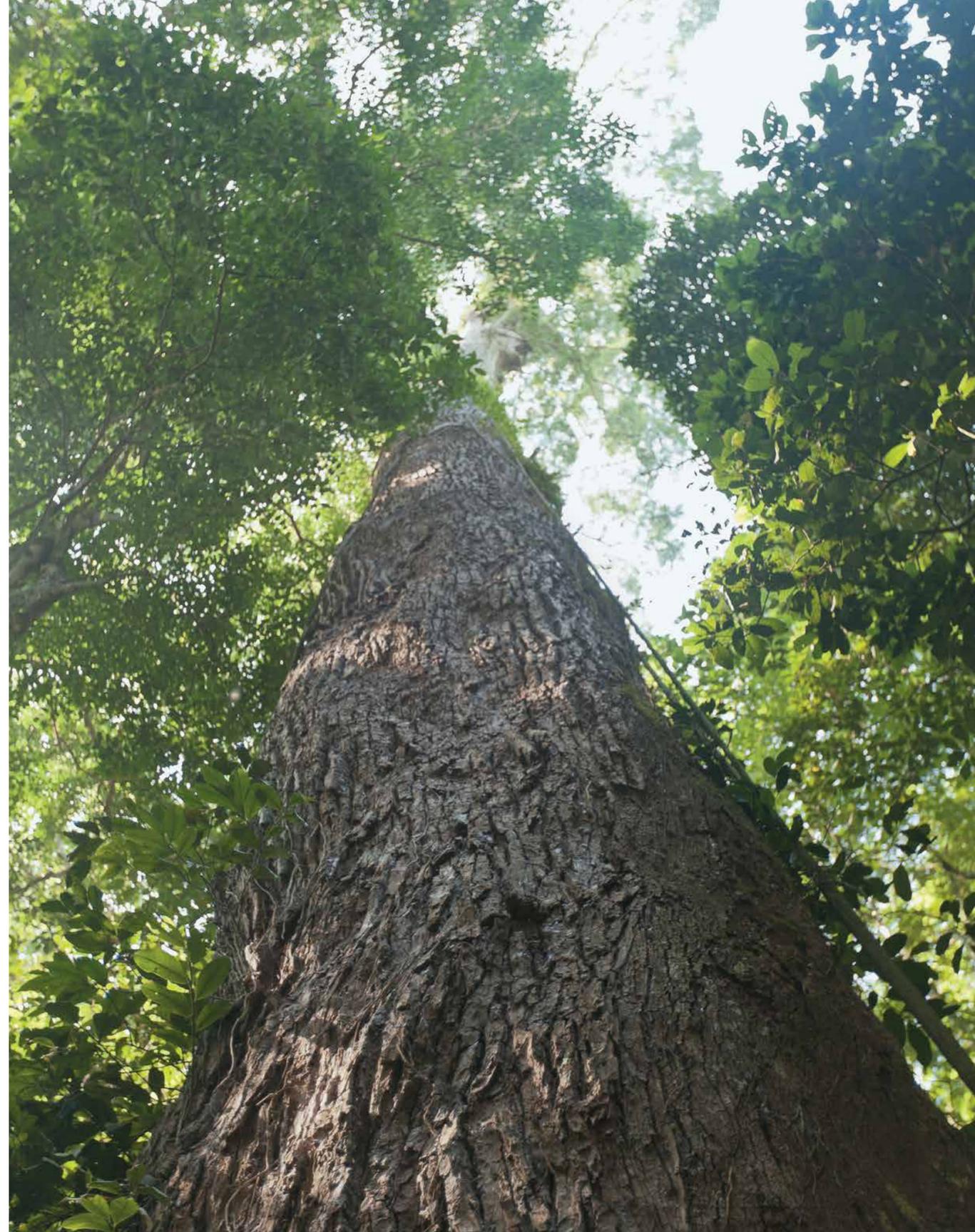
Adequação do verde ao espaço urbano

Uma das formas de se garantir o conhecimento, pleno acesso a todos e preservação da flora é o plantio em parques, praças e vias urbanas – o chamado paisagismo –, que se transforma em patrimônio público.

Além da beleza cênica produzida pela floração, da plasticidade do conjunto folhagem, florada e forma, as árvores mantidas em áreas públicas oferecem serviços cada vez mais indispensáveis à vida urbana: atenuação das altas temperaturas, fornecimento de sombra e redução dos níveis de poluição. Ocorre que muitas vezes as espécies usadas nos plantios de vias públicas e praças são inadequadas. Espécies incompatíveis com a finalidade a que se destinam são comuns e os exemplos se multiplicam em nossas cidades brasileiras.

Jaqueira ou abricó-de-macaco?

Na cidade do Rio de Janeiro podemos citar dois exemplos bastante representativos da adequada e inadequada escolha, quando se pretende reflorestar uma área ou praças e parques: a jaqueira (*Artocarpus sp.*) e o abricó-de-macaco (*Couroupita guianensis*). A primeira, uma *Moraceae* originária da Malásia, chega a



produzir frutos de até 40 kg, cada um deles produzindo em torno de 500 sementes. De fácil germinação, essas sementes são disseminadas pelo homem e pela fauna diversa, já que ambos apreciam seu fruto. Plantadas no passado no Parque Nacional da Floresta da Tijuca, se tornaram dominantes e invasoras, competindo com as árvores nativas. Já a segunda espécie, uma *Lecytidaceae* originária da América do Sul, incluindo o Brasil e demais países da Floresta Amazônica, além da América Central, adaptou-se muito bem a praças e parques das grandes cidades do sudeste, especialmente no Rio de Janeiro. De exuberante, perfumada e exótica florada, muito visitada por pássaros, possui frutos globosos e bem menos densos do que os das jaqueiras: média de 3 kg. Mas, já sob esse último aspecto, o abricó-de-macaco não é tão adequado para plantio em calçadas, apesar de seu enorme valor paisagístico – ao cair, os frutos podem machucar transeuntes e danificar automóveis.

Conflitos entre árvores e calçadas

Outro ponto relevante que envolve o plantio de árvores em centros urbanos é a escolha das espécies quanto ao porte, principalmente pela existência de fiação aérea. Sob esse ângulo, qualquer uma das citadas anteriormente seria inadequada porque, para que a fiação fique livre, cortam-se árvores saudáveis com podas radicais em forma de 'V', comprometendo suas copas. Interferências de raízes

com redes subterrâneas (água, esgoto, TV a cabo e gás), características das folhas e floradas (se caem com frequência ou são de difícil degradação) e largura de ruas e calçadas são outros aspectos a serem considerados. Duas espécies muito viáveis para arborização pública são a aroeira salsa (*Schinus molle*) e o ipê amarelo (*Tabebuia crisoltricha*).

As mangueiras (*Mangifera indica*), que há anos predominam nas ruas de Belém - PA, são bastante inadequadas, considerando-se que estão plantadas em áreas de grande trânsito de pedestres e veículos. O cacau selvagem (*Pachira aquatica*), nas ruas do Rio de Janeiro, é outro exemplo. Diferentemente das mangueiras, originárias do sudoeste asiático e, portanto, estranhas ao nosso meio natural, o cacau é de ocorrência nativa na Floresta Amazônica, possui exuberante florada mas, ainda assim, apresenta o inconveniente do fruto denso e volumoso para arborização de ruas.

As amendoeiras (*Terminalia catappa*), dominantes em boa parte do litoral brasileiro e abundantes no Rio de Janeiro, são árvores exóticas, com amêndoa de fácil germinação e ampla disseminação, fornecedoras de sombra em função da copa horizontalizada. Mas, como os flamboyants (*Delonix regia*), também normalmente utilizados em nossas vias públicas, possuem grandes raízes que comprometem calçadas e elementos de drenagem das ruas. As figueiras (*Ficus sp.*) igualmente não são

recomendadas para arborização viária porque, além de serem exóticas, possuem raízes que também danificam calçadas e tubulações subterrâneas.

Nativas ou exóticas: como escolher?

No caso específico do município do Rio de Janeiro, amendoeiras, flamboyants e o beringan (*Ficus benjamina*) atualmente têm seu plantio proibido, só sendo permitido em áreas tombadas, onde originalmente já faziam parte do projeto original. Além dessas, algumas espécies arbóreas exóticas, como a casuarina e outras de uso paisagístico de pequeno porte, são proibidas por lei (Decreto Municipal 33.814/2011 de 18 de maio de 2011, e Resolução de Regulamentação nº 492 de 05 de julho de 2011). Isso se deve ao fato de que, potencialmente, toda exótica pode se tornar 'invasora' e causar perturbações ao equilíbrio de ambientes naturais, sendo a Mata Atlântica um dos mais frágeis. Esse tipo de espécie precisa ser sempre controlada nesses casos e, no atual estágio de degradação de nossas florestas, o melhor é evitar todos os riscos.

Portanto, o projeto de arborização de ruas e praças deve considerar os aspectos paisagísticos de floração e forma das folhas das espécies escolhidas, sua origem, tipo de fruto, porte e interferência com redes subterrâneas e aéreas. A conservação de praças e parques urbanos, e o manejo da arborização de canteiros

centrais das vias públicas e das calçadas, são atribuições legais da Fundação Parques e Jardins. A poda geral da arborização das vias da cidade está sob competência da Comlurb. Esses contatos se encontram disponíveis no final deste guia.

A seguir, preparamos uma TABELA DE PLANTIO especificamente desenvolvida para a cidade do Rio de Janeiro e seus moradores, sugerindo espécies mais adequadas, respectivo porte das árvores e suas principais características, de acordo com a área disponível. Esperamos contribuir para que cada um possa semear o melhor em ações verdes, que não só trarão frutos abundantes no mais amplo sentido, mas também beleza à nossa cidade.

Tabela de Plantio

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PORTE	FLORADA, FRUTO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR LOCAL DE PLANTIO
Aldrigo, folha-larga	<i>Pterocarpus violaceus</i>	média	breve floração amarela, mas muito bonita e abundante enquanto dura	boa para recuperação de áreas degradadas e paisagismo
Aroeira, aroeira-vermelha, aroeira-mansa	<i>Schinus terebinthifolius</i>	média	bonita folhagem e pequenos frutos vermelhos, muito usados na culinária brasileira	recomendada para arborização de ruas, pomares e quintais
Aroeira-mole, aroeira-salsa, bálsamo	<i>Schinus molle</i>	média	lindíssima e delicada folhagem	recomendada para arborização de ruas
Bacupari	<i>Rheedia gardneriana</i>	média	fruto comestível e apreciado por pássaros	quintais, pomares e recuperação de áreas
Cabeluda	<i>Eugenia tomentosa</i>	média	fruto apreciado por pássaros	boa para áreas degradadas
Cajá, taperebá, cajá-mirim	<i>Spondias lutea</i>	média	fruto apreciado pelo homem e pássaros	boa para recuperação de áreas degradadas
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>	pequena	fruto comestível	boa para plantio em quintais
Cambucá	<i>Marlierea edulis</i>	média	fruto apreciado pelo homem e pássaros	quintais, pomares e recuperação de áreas
Cambuci	<i>Campomanesia phaea</i>	pequena	frutos achatados e comestíveis	boa para pomares domésticos e áreas em recuperação
Canafístula	<i>Senna multijuga</i>	grande	florada amarela	muito usada no paisagismo em geral e recuperação de áreas degradadas
Canivete-branco	<i>Erythrina velutina 'Alba'</i>	média	florada branca	boa para recuperação de áreas degradadas e margens de rios
Cedro, cedro-rosa, cedro-cetim	<i>Cedrela fissilis</i>	grande	madeira de excelente qualidade	belíssima quando plantada isoladamente em áreas abertas rurais
Cereja do mato	<i>Eugenia involucrata</i>	média	fruto comestível	boa para áreas degradadas
Ciriguela	<i>Spondias purpurea</i>	média	fruto comestível pelo homem e pássaros	boa para recuperação de áreas degradadas
Cuicira	<i>Crescentia cujetei</i>	média	após seco, fruto serve para cuias usadas em bebidas e instrumentos musicais (berimbau)	plantio em praças e parques
Eritrina-candelabro, mulungo-do-litoral	<i>Erythrina speciosa</i>	grande	bela florada vermelha	plantio em praças e parques

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PORTE	FLORADA, FRUTO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR LOCAL DE PLANTIO
Figueira de folha miúda	<i>Ficus organensis</i>	grande	fruto apreciado por pássaros	boa para plantio em praças e parques, em grandes áreas abertas
Flor-de-coral, corticeira	<i>Erythrina crista-galli</i>	pequena	belíssima florada vermelha (ago/set), perde as folhas durante a floração	muito recomendada para jardins
Fruta-do-conde	<i>Annona squarrosa</i>	média	fruto comestível	boa para plantio em quintais
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	pequena	fruto muito apreciado pelo homem e pássaros	quintais, pomares e recuperação de áreas
Goiabeira	<i>Psidium guajava 'Variegata'</i>	pequena	fruto comestível pelo homem e pássaros	quintais, pomares e recuperação de áreas
Graviola	<i>Annona muricata</i>	pequena	fruto comestível	boa para plantio em quintais
Guapuruvu, ficheira, guapurubu, pataqueira	<i>Schizolobium parahyba</i>	grande	belo tronco retilíneo, exuberante florada amarela	excelente para recuperação de áreas degradadas e também para paisagismo em parques e praças
Ingá	<i>Inga edulis</i>	média	florada branca sem grande relevância	natural de margens de lagoas e cursos d'água, é boa para recuperação de áreas degradadas
Ipê amarelo, ipê tabaco	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	média	florada amarela (ago/set), perde todas as folhas durante a florada	boa para recuperação de áreas degradadas, paisagismo, jardins
Ipê branco, pau d'arco, ipê do cerrado	<i>Tabebuia roseo-alba</i>	média	bela florada branca (jun/set), perde todas as folhas durante a florada	boa para plantio em ruas e praças, paisagismo
Ipê rosa	<i>Tabebuia pentaphylla</i>	grande	bela florada rosa (jun/ago), perde todas as folhas durante a florada	linda para paisagismo em ruas e praças, além de áreas degradadas
Ipê roxo, pau-d'arco-roxo, ipê-roxo-da-mata	<i>Tabebuia avellanedae</i>	grande	florada roxa belíssima (jun/set), perde a folhagem durante floração	boa para recuperação de áreas degradadas e arborização de ruas
Ipê-amarelo-do-cerrado, caraibeira, caroba do campo	<i>Tabebuia caraiba</i>	grande	florada amarela, perde a folhagem durante floração	boa para recuperação de áreas degradadas e arborização de ruas
Jabuticabeira	<i>Myrciaria cauliflora</i>	pequena	fruto muitíssimo apreciado pelo homem e pássaros e bela florada branca (jul/set)	quintais, pomares e recuperação de áreas
Jacarandá, caroba	<i>Jacaranda cuspidifolia</i>	grande	florada lilás (novembro) muito bonita e folhagem delicada	paisagismo, grandes áreas, requer podas de conformação durante desenvolvimento
Jatobá, jataí, burandã	<i>Hymenaea courbaril</i>	grande	fruto em forma de cápsula muito rígido	boa para recuperação de áreas
Jenipapo, jenipaba, jenipapeira	<i>Genipa americana</i>	média/ grande	fruto apreciado pelo homem e pelos pássaros	arborização de ruas, praças, parque e jardins
Manacá-da-serra, cuipeúna, jacatirão	<i>Tibouchina mutabilis</i>	média	bela florada branca e lilás no mesmo pé	muito boa para arborização urbana em geral, requerendo cuidados em áreas com redes aéreas
Manduirana, aleluia, cássia	<i>Senna macranthera</i>	média	bela florada amarela	muito usada no paisagismo em geral

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PORTE	FLORADA, FRUTO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR LOCAL DE PLANTIO
Mangabrava	<i>Swartzia macrostachya</i>	grande	fruto apreciado por pássaros	boa para recuperação de áreas degradadas
Mulungú, corticeira	<i>Erythrina falcata</i>	grande	também possui bela florada vermelha (ago/set)	ótima para parques abertos e sem fiação aérea
Paineira, paina-de-seda, árvore-da-paina	<i>Chorisia speciosa</i>	grande	belíssima florada rosa (março). Caule espinhoso	grande valor paisagístico
Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>	grande	árvore símbolo do Brasil, tronco e galhos com espinhos	plantio em praças, parques, ruas e áreas a serem recuperadas
Pau-d'arco-amarelo, piúva-amarela, ipê-pardo	<i>Tabebuia serratifolia</i>	média	bela florada amarela (jun/set), perde todas as folhas durante a floração	boa para plantio em ruas e praças
Pau-de-formiga, pau-de-novato, tachi	<i>Triplaris surinamensis</i>	grande	florada vermelho-róseo em cachos muito vistosos	boa para recuperação de áreas degradadas e paisagismo em geral
Pau-ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i> ' <i>Leiostachya</i> '	grande	grande valor paisagístico pela delicadeza das folhas e coloração do caule	excelente para parques e vias públicas onde não haja fiação aérea
Pau-jacaré, angico-branco	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	grande	tronco parece casco de jacaré	recuperação de áreas degradadas
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>	média	fruto apreciado pelo homem e pelos pássaros	jardins, quintais, parques, praças e ruas
Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>	média	florada lilás (fev/mar), precisa podas periódicas pois produz muita brotação lateral	arborização de ruas e praças
Rabo de arara, pau de tucano, caixeta, cinzeiro, fruta de tucano	<i>Vochysia tucanorum</i>	média	flores amarelas e pequenas	boa para recuperação de áreas degradadas
Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>	grande	folhagem que se renova em dezembro formando belíssimo visual	fruto-cápsula muito grande (tamanho de 1 coco), portanto não recomendável para vias públicas
Sibipiruna, sibipira, coração-de-negro	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	grande	bela florada amarela (dezembro)	boa para parques, praças e vias públicas sem fiação aérea
Suinã, canivete, corticeira, mulungú	<i>Erythrina velutina</i>	grande	florada vermelha muito especial	boa para recuperação de áreas degradadas e margens de rios, grande valor paisagístico
Urucum, urucu, açafroa	<i>Bixa olerana</i>	pequena	sementes usadas como corante natural	boa para plantio em áreas a serem recuperadas
Uvaia, uvalha, uvaia-do-mato	<i>Eugenia pyriformis</i>	pequena	fruto apreciado pelo homem e pelos pássaros	jardins, quintais, parques, praças e ruas

Observações:

- As árvores de porte pequeno atingem de 3 a 6 metros de altura. As de porte médio ficam entre 7 a 15 metros, enquanto as de porte grande atingem mais de 15 metros.
- A melhor época de plantio para todas as mudas de árvore é no período das águas, de outubro a março, no Rio de Janeiro; irrigar após o plantio nos períodos secos (intervalos sem chuva acima de 5 a 7 dias) é muito importante.
- Retirar os brotos laterais a partir do momento em que a muda tem uma pequena copa formada é essencial para fortalecer o crescimento vertical e não lateral.
- Aquisição de mudas de boa qualidade através de fornecedores confiáveis é o início.
- Qualquer muda de árvore, quando cuidada, se desenvolve bem.

COMPROMISSO OLÍMPICO RIO 2016

Programa de Plantio Vegetal

O Estado do Rio de Janeiro se comprometeu, face ao Compromisso Olímpico Rio 2016, a neutralizar as emissões de gases de efeito estufa (GEE), resultantes da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016, por meio do plantio de árvores em áreas degradadas.

Os plantios serão realizados com o emprego de 2.500 árvores por hectare de espécies nativas da Mata Atlântica, em sintonia com o Pacto de Restauração da Mata Atlântica. Todas as mudas serão produzidas no Estado do Rio de Janeiro, a fim de atender aos aspectos fitossanitários, reduzindo assim a chegada de doenças oriundas de outros estados, além de fortalecer a cadeia produtiva de mudas, a geração de emprego e renda, e favorecer a curto prazo não só um valor menor para a aquisição de mudas, mas baratear o custo final da restauração.

Proprietários de terras, posseiros rurais e instituições públicas que estejam interessadas em restaurar áreas degradadas são o público alvo do Programa.

As propriedades elegíveis que não se encontrem adequadas ambientalmente terão o fomento da restauração florestal e, conse-

quentemente, poderão atender a adequação ambiental por meio da proteção das áreas de preservação permanente e da reserva legal devidamente averbada junto à matrícula do imóvel.

O Plano Estadual de Restauração Florestal do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela Secretaria Estadual do Ambiente/SEA e seu órgão executor, o Instituto Estadual do Ambiente/INEA, tem como um de seus objetivos promover a estruturação da cadeia produtiva da restauração florestal no Estado do Rio de Janeiro, através do estabelecimento e da consolidação de arranjos produtivos locais.

Segundo o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, uma iniciativa conjunta da sociedade, empresas privadas, instituições de pesquisas e governos, que consiste num dos mais importantes e ambiciosos programas de restauração ecológica em todo o mundo, deverão ser restaurados 15 milhões de hectares de áreas degradadas na Mata Atlântica até o ano 2050, dos quais 939.800 ha no Estado do Rio de Janeiro (Calmon e colegas, 2011). Essas áreas identificadas pelo Pacto como apropriadas à restauração florestal são aquelas com mais de 15 graus de declividade, consideradas marginais para a agricultura e pecuária, não representando, portanto, competição com estas atividades.



ENDEREÇOS ÚTEIS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS NO RIO DE JANEIRO

Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Mudas de frutíferas, palmeiras, restinga, nativas e exóticas
Rua Pacheco Leão, 2040, Setor de Mudas
Telefone: (21)3875-6211
Atendimento ao público de 2ª a 6ª feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h

Biovert Forestal e Agrícola Ltda.

Mudas de espécies nativas para reflorestamento
Rua Japeri, 43 – Rio Comprido - Telefone: (21) 3268-7384
Local de produção: Município Silva Jardim - RJ

Horto Rio Verde

Mudas de frutíferas, plantas ornamentais e para paisagismo
Estrada Teodoro de Camargo, 171 – Guaratiba – Telefones:
(21) 2410-1396 . 2410-1644

Viveiro Queira Deus

Mudas de espécies nativas para reflorestamento
Estrada Paraíso do Tobias, km 3,5 – Miracema – RJ – Telefones:
(21) 2711-3444 . 9981-6673

CONTATOS DA FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS - FPJ PARA PLANTIO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES URBANOS E MANEJO DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Central de Atendimento: 1746
Praça da República s/nº – Campo de Santana
Centro – Rio de Janeiro
Telefones: 2224-3870/6691/3670/3343/6231/6145

CONTATOS DA COMLURB PARA PODAS E CORTES DE ÁRVORES

Central de Atendimento: 1746
Árvores caídas – Corpo de Bombeiros: 193
Rede elétrica junto a árvores – Light: 0800-0210 196
(emergência)
Fiscalização de denúncias – Patrulha Ambiental: 2498-1001

CONTATO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA PARA RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL DE ÁREAS DEGRADADAS

Henrique Barbosa: (21)2334-5982 . 8496-0368
e-mail: jhenrique.inea@gmail.com



Bibliografia

Passeio Público

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 27 a 29.

www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-documento/voce-sabia-1

www.rdvetc.com/2011/recantos-do-rio-o-passeio-publico/

www.ashistoriasdosmonumentosdoriorio.blogspot.com/2011/12/o-passeio-publico-do-rio-de-janeiro.html

www.rioemcena.com.br/?page_id=363

Jardim Botânico

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp.109 a 114.

www.memoriabravobrasil.com.br/diversos-historia.htm

www.pt.wikipedia.org/wiki/Palmeira-imperial

www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/rio-de-janeiro/jardim-botanico-do-rio-de-janeiro.php

www.oguiaregal.com/08-pesqespjardim.htm

www.revista.brasil-europa.eu/123/Palmeira_imperial.html

Quinta da Boa Vista

ABREU, M.A.1992. Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Edição do Departamento Geral de Documentação da Biblioteca Carioca da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

CÂMARA, M. A. da. Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil. In: Câmara, M. A. da. Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas. Coligadas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife. Prefeitura da Cidade. 1982. pp.195-227.

DENIS, F. Brasil. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Edusp. 1980. p.129.

SEGAWA, H. Os jardins públicos no período colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro. Barroco, Belo Horizonte, n.12, pp.147-160. 1982/83.

SEGAWA, H. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo. Studio Nobel. Fapesp, 1996. pp.109-113, 114-120.

VANDELLI, op. cit. pp. 295-296. Transcrição com ortografia atualizada.

Fundação Riozoo – Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Fundação Parques e Jardins – Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 16 a 19.

www.museunacional.ufrj.br/

www.museuhistoriconacional.com.br/mh-g.htm

Campo de Santana

DEHAULT, E., JUNQUEIRA E. BULHÕES, A. Fontes d'Art - Chafarizes e estátuas franceses do Rio de Janeiro – ASPM e Films Books & Music - Rio de Janeiro, 2000.

GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Planeta, 2007.

LORENZI, H. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, 1995.

LORENZI, H., Souza. Plantas Ornamentais do Brasil – Arbustivas, herbáceas e trepadeiras - 2ª Edição Nova Odessa, SP, 1999.

MACEDO, Silvio Soares. Parques urbanos no Brasil - Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 [Coleção Quapá].

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 24 a 26.

Instituto Iguazu de Pesquisa e Preservação Ambiental - Fundação MUDES, em parceria com a Fundação Parques e Jardins, documento: Conhecendo o Campo de Santana.

DIAS, Vera. A história dos monumentos do Rio de Janeiro. Disponível em: www.ashistoriasdosmonumentosdoriorio.blogspot.com/2010/10/campo-de-santana-o-nome-desde-sua.html

Parque Guinle

ABREU, M.A. 1992. Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Edição do Departamento Geral de Documentação da Biblioteca Carioca da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

ALCÂNTARA, Denise. Projeto Desempenho Urbano e Construção do Lugar – Avaliação da Qualidade Ambiental do Parque Guinle no Rio de Janeiro - Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

ANDREOLI, Elizabetta; PORTY, Adrian. Arquitetura Moderna Brasileira, Londres - Phaidon, 2004.

AUGÉ, Marc. Lugares e não Lugares - Campinas, Papirus 1994.

BACHELAND, Gaston. A Poética do Espaço - São Paulo: N. Cultural (os Pensadores), 1988.

BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna, 3ª. Edição - São Paulo - Editora Perspectiva, 2004.

BERGER, Paulo. Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro, da Glória ao Cosme Velho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

BLOSSFELD, H. Jardinagem. Resumo histórico da prática da jardinagem por iniciativa oficial, profissional e particular. Edições Melhoramentos, Rio de Janeiro - RJ.

COMAS, Carlo Eduardo D. A Racionalidade da Meia-Lua, Apartamentos do Parque Eduardo Guinle no Rio de Janeiro, Brasil, 1948 -1952.

COSTA, Lucio. Lucio Costa, Registro de uma Vivência - São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 1995.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento - São Paulo, Editora Pini, 1990.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (org.). Percepção Ambiental à Experiência Brasileira - São Paulo, Studio Nobel, 1999.

TONHASCA Jr. A. Ecologia e história natural da Mata Atlântica. Editora Interciência, Rio de Janeiro, 2005.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro - Empresa Municipal de Planejamento S/A - IPLAN Rio, 1999-2000.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Fundação Parques e Jardins.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 155 a 158.

www.archdaily.com.br/14549/classicos-da-arquitetura-parque-guinle-lucio-costa/

www.jornalriocarioca.com/jornal/a-historia-do-parque-guinle/

www.radardecoracao.com.br/11/casas-dos-guinle/

www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308072398_ARQUIVO_OPalaciodasLaranjeirasea-BelleEpoquenoRiodeJaneiroGustavoReinaldoAlvesdoCarmo.pdf

www.portaldocidadao.rj.gov.br/visita_virtual/laranjeiras/HistoricoLaranjeiras.htm

Floresta da Tijuca

ABREU, Maurício de Almeida. A cidade, a montanha, a floresta. Em: Maurício de Almeida (org.). Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, vol.2 - Rio de Janeiro, 1992.

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP. 4ª Edição. Rio de Janeiro, 2006.

ALMEIDA, M. C.; PEIXOTO, S. L. Valoração da Taxa de Ocupação, Um Novo Desafio para o Parque Nacional da Tijuca. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

ATALA, F. 1961, Archer e o Reflorestamento da Floresta da Tijuca - Vellozia vol nº 1, pp. 59-62.

BANDEIRA, C.M. 1993. Parque Nacional da Floresta da Tijuca – SP, Macron Books, 169 pp.

BANDEIRA, Julio; XEXÉO, Pedro Martins Caldas e CONDURU, Roberto. A Missão Francesa. Ed. Sextante Artes. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.

BERNARDES, L.M.C. Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, 23(3) 495 – 525, Rio de Janeiro, 1961.

BICALHO, A.M.S.M. 1989 - Captalizacion Rural em La Franja Urbana e Periurbana de La Zona Metropolitana del Rio de Janeiro. Revista Interamericana de Planificacion 22 (87/8): pp.179-93.

BUENO, C. 1998 - Conservação e Biodiversidade nos Parques Urbanos: Caso do Parque Nacional da Floresta da Tijuca. Tese de Mestrado em Gestão Ambiental - Universidade Estácio de Sá.

CASTRO MAYA R.O. de. A Floresta da Tijuca. Rio de Janeiro: Edições Block.

CESAR, Paulo Bastos. A Floresta da Tijuca e a cidade do Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril - Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

DEAN, Warren. A ferro e fogo - A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Ed. Companhia das Letras. 2ª Edição. São Paulo, 1998.

ESTEVEZ, F.A. (Ed.) Ecologia Brasiliensis I: Ecologia, Funcionamento e Manejo de Ecossistemas - UFRJ, Rio de Janeiro pp. 557-568.

FAUSTO, Bóris - História do Brasil – EDUSP.

FEEMA - 2004. Relatório anual de qualidade do ar, 2003 – Departamento de Planejamento Ambiental – Divisão de Qualidade do Ar - Rio de Janeiro - RJ.

FERNANDES, M.C., 1998. Geologia do Maciço da Tijuca - RJ - Uma Abordagem Geo-hidrológica, Dissertação de Mestrado - Instituto de Geografia da UFRJ. 141 pp.

KOSHIBA, Luiz. História do Brasil - Editora Atual.

LAPA, J. R. A., 1984 – A Economia Cafeeira - São Paulo.

LIMA, Eduardo Coelho de. A Importância da Floresta da Tijuca na Cidade do Rio de Janeiro – Monografia de Conclusão de Curso de Especialização e Gestão Ambiental de Bacias Hidrográficas (CGAHB).

LINO, C.F. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Campinas - SP, 1992, 101 pp.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. O movimento ambientalista e o pensamento crítico - uma abordagem política. Quartet. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, R.R.; CESAR, P.B. A Floresta da Tijuca e a Cidade do Rio de Janeiro - Ed. Nova Fronteira - Rio de Janeiro, 1992.

PADUA, J.A. Um Sopro de Destruição, Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravagista (1786 -1888), Jorge Zahar Editora - Rio de Janeiro, 2002.

RADAMBRASIL 1983 – Projeto: Levantamento de Recursos Naturais, Folha SF. 23/24 - Rio de Janeiro/Vitória - RJ, 775 pp.

SCHEINER, T.C.H. Ocupação Humana no Parque Nacional da Tijuca – Aspectos Gerais. Brasil Florestal, vol. 7, nº 28 p. 27, 1976.

TONHASCA Jr. A. Ecologia e História natural da Mata Atlântica - Editora Interciência - Rio de Janeiro, 2005.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 40 a 45 e 105 a 108.

www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_arque.gif&Cod=1777

www.rio.rj.gov.br/fpj/pqlage.htm

pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Lage

Parque Ary Barroso

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 133 a 135.

www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=343

www.rio.rj.gov.br/fpj/pqaribarroso.htm

[www.wikimapa.org.br/mapeados/250sagu_cycas_sp – cycadaceae](http://www.wikimapa.org.br/mapeados/250sagu_cycas_sp_-_cycadaceae)

www.mercadoverde.com.br/conteudo.php?origem=planta&id=84

www.arvores.brasil.nom.br/florin/sombrei.htm

www.marthaargel.com.br/ornitologia/aves_urbanas/thsa.htm

www.wikiaves.com.br/lavadeira-mascarada

www.wikiaves.com.br/suiriri

www.edsite.webnode.com.br/products/corruira-ou-cambaxirra-troglodytes-aedon/

www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=343

Aterro do Flamengo

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 59 a 63.

www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/288

www.jornalriocarioca.com/jornal/?p=1160

www.bndigital.bn.br/redememoria/perpassos.html (*período que Pereira Passos viveu em Paris*)

www.textosdetherezapires.blogspot.com/2011_12_01_archive.html

www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=3967

www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277920454_ARQUIVO_LotadeMacedoSoareseElizabethBishopp.rojetosinterrompidos.pdf

Parque Garota de Ipanema

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 89 a 90.

www.guiadasemana.com.br/rio-de-janeiro/turismo/parques/parque-garota-de-ipanema

www.dicionarioinformal.com.br/amendoeira-da-praia/

www.morcegolivre.vet.br/atrain.html

www.meioambiente.pro.br/arpoador/questaoambientais.html

www.restingaviva.blogspot.com.br/2010/06/o-que-sao-as-restingas.html

www.guiaguaruja.com.br/nossasbelezas/meioambiente/restinga.htm

www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/arvores-algodoeiro-da-praia/arvores-algodoeiro-da-praia.php

www.agromundo.com.br/?p=3874

Parque do Grajaú

ABREU, Maurício de Almeida. A cidade, a montanha, a floresta. Em: Maurício de Almeida (org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Biblioteca Carioca, vol. 2 - Rio de Janeiro, 1992.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP. 4ª Edição. Rio de Janeiro, 2006.

BARROSO, Graziela Maciel. *Sistemática de angiospermas do Brasil*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. Editora da Universidade de São Paulo. 1978. 255 pp.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo - A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Ed. Companhia das Letras. 2ª Edição. São Paulo, 1998.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil* - EDUSP.

GENTCHOJNICOV, Irina Delanova. *Manual de taxionomia vegetal: Plantas de interesse econômico agrícolas, ornamentais e medicinais*. São Paulo. Editora Agronômica Ceres. 1976, 368 pp.

JOLY, Aylton Brandão. *Botânica: Introdução à Taxionomia Vegetal*. 4ª edição. São Paulo. Editora Nacional. 1977, 777 pp.

KOSHIBA, Luiz. *História do Brasil* - Editora Atual.

LORENZI, Harri, 1949. *Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas do Brasil - Volumes 1 e 2* - Harri Lorenzi - 4ª. Edição Nova Odessa SP - Intituto Plantarum.

LORENZI, Harri, 1949. *Plantas Ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras* / Harri Lorenzi Hermes Moreira de Souza - 2ª. Edição Nova Odessa SP - Intituto Plantarum, 1999.

MENEZES, A. Inácio. *Flora da Bahia*. Editora Nacional. Ed. Brasileira. 1949. 265 pp.

PEREIRA, Césio & AGAREZ, Fernando Vieira. *Botânica, Taxonomia e Organografia das Angiospermas, chaves para identificação de famílias*. Rio de Janeiro. Editora Internacional Ltda, 1980, 190 pp.

RIZZINI, Carlos Toledo & MORS, Walter Baptiste. *Botânica econômica brasileira*. São Paulo, EDU, Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 207 pp. Il.

SCHUITZ, Alarich, R. *Introdução ao Estudo da Botânica Sistemática*. Porto Alegre, Globo, 1939. 559 pp.

THAMES, Alfreda William. *Botânica Sistemática*. São Paulo, Gráfica Editora Andrade, 1977. 218 pp.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 122 a 124.

www.rio.rj.gov.br/web/sgt/exibeConteudo?article-id=94949

www.clinicagenesis.net/nomes/i.htm

www.tijuca-rj.com.br/pracas-e-jardins/parque-estadual-do-grajau/

www.inea.rj.gov.br/unidades/pqpeg.asp

www.correiocarioca.com.br/html/materias/reserva_grajau.html

www.guiadeescaladasdograjau.blogspot.com.br/

www.soulbrasileiro.com.br/main/rio-de-janeiro/zonas-e-bairros/zona-norte/grajau/grajau/

www.agroflorestacafe-mococa-sp.blogspot.com.br/2008/09/pau-dalho-gallesia-integriflia.html

www.esalq.usp.br/trilhas/medicina/am18.php

www.maniadeamazonia.com.br/catalogo_ficha.asp?ArvoreID=255

Parque Chico Mendes

COSTA J. M. et al., 2001. Odonatos coletados no Parque Ecológico Municipal Chico Mendes (Unidade de Conservação Ambiental), Rio de Janeiro, Brasil. *Entomol. Vect.* 8 (4): pp. 431-448.

Espécies ameaçadas no Município do Rio de Janeiro: flora e fauna. Editora da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ e Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, 2000, 68 pp.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 155 a 158.

www.zoologico.sp.gov.br/repteis/jacaredepapoamarelo.htm

www.vivaterra.org.br/repteis.htm#jacarepapoamarelo

www.jardimdeflores.com.br/CURIOSIDADES/A24aguap%C3%A9.htm

www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/jacareamarelo.htm

www.institutoiguacu.com.br/iipp.a/?page_id=177

www.instiguacuambiental.org.br/Parques/chico_mendes.htm

www.biologiasilvestre.blogspot.com.br/p/crocodilianos.html

www.feth.ggf.br/Barra.htm

www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Vera%20Rezende.pdf

Parque Penhasco Dois Irmãos

AB'SABER, Aziz Nacib e CHACEL, Fernando de Magalhães. Modelo de curso de planejamento paisagístico. Brasília - DF, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

ARAÚJO, Dorothy S.Dunn. As comunidades vegetais das margens da Lagoa de Jacarepaguá. Rio de Janeiro, Cadernos FEEMA, Série Técnica, 1978.

ABREU, M.A. Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Edição do Departamento Geral de Documentação da Biblioteca Carioca da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1992.

BLOSSFELD, H. Jardinagem. Resumo histórico da prática da jardinagem por iniciativa oficial, profissional e particular. Edições Melhoramentos, Rio de Janeiro - RJ.

MOTTA, Flavio L. Roberto Burle Marx e nova visão da paisagem. Editora Nobel, São Paulo, 1984, 248 pp.

TONHASCA Jr. A. Ecologia e História Natural da Mata Atlântica. Editora Interciência, Rio de Janeiro, 2005.

IGUAÇU, Instituto de Pesquisa e Preservação Ambiental - Centro de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - CEADS.

JORNAL O GLOBO, Caderno RioShow (01/06/2007).

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Fundação Parques e Jardins.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 91 a 93.

www.institutoiguacu.com.br/Parques/dois_irmaos.htm

www.sirkis.achanoticias.com.br/sirkis/clipp.ing.kmf?cod=7569940&canal=262

www.arquitetura.ufc.br/professor/Clarissa%20Sampaio/2011-1%20PU-/etapa%2002/artigos%20seminario%20APP./GT1-181-112-20070730153938.pdf

Parque Professor Mello Barreto

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo.

ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar.

CARVALHO HOSKEN S.A. Engenharia e Construções. Parque da Gleba E. Rio de Janeiro: A Entidade, 1992.

CHACEL, Fernando de Magalhães. Paisagismo e Ecogênese - Rio de Janeiro: Fraiha, 2001.

COSTA, Lúcia Maria S. A. Parques Públicos Contemporâneos no Rio de Janeiro: a contribuição de Fernando Chacel. In: SCHICCHI, Maria Cristina et al. Urbanismo: Dossiê São Paulo, Rio de Janeiro.

CERQUEIRA, R. Biogeografia das Restingas. In: ESTEVES, F. A. e LACERDA, L. D. (eds.).

Ecologia de Restingas e Lagoas Costeiras. Rio de Janeiro: Macaé: NUPEM/ UFRJ, 2000.

COSTA, Lucio. Plano-Piloto para a Urbanização da Baixada Compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1969.

DOURADO, Guilherme Mazza e equipe (org.). Visões de Paisagem: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil. São Paulo: ABAP, 1997.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Manguezais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: a Secretaria, 2000.

TERRA, Carlos G. O Jardim no Brasil no Século XIX: Glaziou revisitado. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 1996.

TABACOW, José (org.). Roberto Burle Marx: Arte e Paisagem (conferências escolhidas). 2ª ed. rev. e ampl. - São Paulo: Studio Nobel, 2004.

Referências e fotos: Chacel, Fernando Magalhães e Paisagismo. Ecogênese. Rio de Janeiro: Frainha, 2001. Permitido o uso pelo autor.

Outras referências: CONAN, Michel. Estética Jardim Contemporânea, Criação e Interpretações. Harvard University Press, 2007.

BURLE MARX, Roberto; MELLO BARRETO, Henrique Lahmeyer de; CARVALHO, José Cândido de Mello. Grupo Biológico das Lagoas Litorâneas. In: Revista Municipal de Engenharia. Distrito Federal: Prefeitura, Jan-Mar/1949. Vol XVI, nº14, p.14. Disponível em:

www.obras.rio.rj.gov.br/rmen/eletronica_burle/eletronica_html/9.htm. Acesso em 19 jul. 2007

www.abap.org.br/congresso/paginas_congresso/tema_1/Lia%20Gianelli/lia_gianelli.html

www.piniweb.com.br/construcao/noticias/recriacao-de-paisagens-na-barra-da-tijuca-rj-84678-1.asp

www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/mangue-preto/mangue-preto.php

CHACEL, Fernando M. A Paisagem em que vivemos. In: Revista Problemas Brasileiros n° 339, Mai/Jun. 2000. Disponível em:

www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=81&breadcrumb=1&Artigo_ID=824&IDCategoria=997&reftype=1 Acesso em 04 Dez. 2006.

Parque Marcello de Ipanema

CERQUEIRA, R. Biogeografia das Restingas. In: ESTEVES, F. A. e LACERDA, L. D. (eds.) Ecologia de Restingas e Lagoas Costeiras. Rio de Janeiro: Macaé: NUPEM/ UFRJ, 2000.

COSTA, Lúcia Maria S. A. Parques Públicos Contemporâneos no Rio de Janeiro: a contribuição de Fernando Chacel. In: SCHICCHI, Maria Cristina et al. Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro. 1ed. Campinas: PUC - CAMPINAS/PROURB, 2003. pp. 275-285.

DIAS, J.; COSTA, L. D. Sugestões de Espécies Arbóreas Nativas Ocorrentes no Sul do Estado do Paraná para Fins Ornamentais. FAFIUV / 2008, Seção de Artigos. ISSN 1809-0559. Curitiba, Paraná, 2008. 28p. Disponível em: www.ieps.org.br/ARTIGOS-BIOLOGIA.pdf

DIAS, J. L. Z. A Tradição Taquara e sua Ligação com o Índio Kaingang. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2004. 65pp. Disponível em: www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/textos/dias2004/jefferson.htm#download

IPANEMA, Cybelle de. História da Ilha do Governador. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1991. 200 pp.

JURINITZ, C. F.; BAPTISTA, L. R. M. Monocotiledôneas Terrícolas em um Fragmento de Floresta Ombrófila Densa no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 5, n. 1, pp. 09-17, jan./mar. 2007. Disponível em: www6.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/885/41

KELLER, H. A. Plantas Usadas por los Guaraníes de Misiones (Argentina) para la Fabricación y el Acondicionamiento de Instrumentos Musicales. Darwiniana 48(1): 7-16. 2010. Disponível em: [www2.darwin.edu.ar/Publicaciones/Darwiniana/Vol48\(1\)/7-16.Keller.pdf](http://www2.darwin.edu.ar/Publicaciones/Darwiniana/Vol48(1)/7-16.Keller.pdf)

KINUPP, V. F. Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. 590p. il. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12870

LEITMAN, P., Henderson, A., Noblick, L. 2010. Arecaceae in Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: www.floradobrasil.jbrj.gov.br/2010/FB015745

LINDENMAIER, D. S. Etnobotânica em Comunidades Indígenas Guaranis no Rio Grande do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul, 2008. 44pp. Disponível em: www.scribd.com/doc/19857491/MONOGRAFIADiogo-Lindenmaier

MATTEUCCI, M. B. A. et al. A Flora do Cerrado e suas Formas de Aproveitamento. Universidade Federal de Goiás. Anais Esc. Agron. E Vet., 25(1): 13-30, 1995. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/pat/article/viewFile/2732/2744

OLIVEIRA, D. Nhandrukueri Ka'aguy Rupa. As Florestas que Pertencem aos Deuses. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. 182pp. il. Disponível em: www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=4402&lang

SCHULTZ, A. R. Botânica Sistemática. 3ª ed. Editora Globo. Porto Alegre, 1963. 428 pp. il. v. 2.

WEISER, V. L. Árvores, Arbustos e Trepadeiras do Cerradão do Jardim Botânico Municipal de Bauru, SP. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Mestrado. 2007. 111pp. Disponível em: www.dominiopublico.qprocura.com.br/dp/72354/Arvores-arbustos-e-trepadeiras-do-cerradao-do-Jardim-Botanico-Municipal-de-Bauru-SP.html

CATÁLOGO DE PLANTAS E FUNGOS DO BRASIL, volume 1 / [organização Rafaela Campostrini Forzza... et al.]. - Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2010. 2.v. 875 p. il. Disponível em: www.jbrj.gov.br/publica/livros_pdf/plantas_fungos_vol1.pdf.

FEEMA. Vocabulário básico do meio ambiente, Rio de Janeiro: Petrobrás, Serviço de Comunicação Social, 1992.

FLORA ARBÓREA E ARBORESCENTE DO RIO GRANDE DO SUL, Brasil. Organizado por Marcos Sobral e João André Jarenkow. RiMa: Novo Ambiente. São Carlos, 2006. 349pp. il.

GLOSSÁRIO DE ECOLOGIA 2ª. Edição, São Paulo ACIESP, 1997 (Publicações).

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 125 a 126.

Instituto Pereira Passos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; IBGE. Tabela 1172 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), por ordem de IDH, segundo os bairros ou grupo de bairros - 2000 (XLS - em português).

PLANTAS DA FLORESTA ATLÂNTICA. Editores Renato Stehmann et al. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2009. 515 pp. Disponível em: www.jbrj.gov.br/publica/livros_pdf/plantas_floresta_atlantica.zip

Prainha

ARAÚJO, D. S. D. Análise Florística e Fitogeográfica das Restingas do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ecologia, 2000.

ARAÚJO, D. S. D. A Natureza das Restingas. 1987.

BEZERRA, R. G. Análise econômica dos sistemas agroflorestais do Projeto RECA (Capítulo 2). Disponível em: www.ufac.br/dep/dec/rogerio/RECA%20e%20Sistemas%20Agroflorestais.doc Acesso em: 20 ago. 2005.

DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. B. Manual agroflorestal para a Amazônia (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: REBRAAF, 1996. 228 pp.

GUERRA, M.F. Conflitos Ambientais em Fronteiras Urbanas: o caso do Parque Natural Municipal de Grumari, RJ. (Dissertação de Mestrado): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

HADLICH, E.C. O uso do solo nas áreas de Mata Ciliar nas Bacias Hidrográficas dos Rios Dona Luíza e Ribeirão Matilde no Município de Atalanta. Tese de Mestrado. Florianópolis. UFSC, 2002.

MEDEIROS, J.D & OUTROS. Floresta com Araucárias: um símbolo da Mata Atlântica a ser salvo da extinção. Rio do Sul. Apremavi: 2004.

NEVES, V.C. O impacto da expansão urbana sobre a vegetação do município do Rio de Janeiro, RJ. (Monografia) UFRRJ, Seropédica – RJ. 2009. 34 pp.

OSTERROHT, M. von. SAFs versus sustentabilidade. Agroecologia hoje, Ano 3, n.15, p.4, jul/ ago 2002.

PASCHOAL, Adilson D. Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI. Piracicaba/SP: Edição do autor.1994.

REGO, Helena de Almeida. Urbanismo e infra-estrutura, construindo a cidade do Rio de Janeiro: da formação do município ao projeto Rio Cidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004, pp.146,147.

SCHAFFER, W.B. & PROCHNOW, M (org.) A Mata Atlântica e Você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira. Brasília: Apremavi, 2002.

ZAMITH L.R. & SCARANO, F.R. Produção de mudas de espécies das Restingas do município do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Acta bot. bras. 18(1): 161-176. 2004.

APREMAVI – Associação de Prevenção do Meio Ambiente e da Vida - Rio do Sul, SC - A Mata Atlântica e sua importância.

BRASIL. Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Lex: Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal. 6ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007 - pp. 481-492.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - Resolução n.º 004, de 18 de setembro de 1985. Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=21 Acesso em: 20 dez. 2009.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1998, pp. 159 a 160.

www.vejario.abril.com.br/edicao-da-semana/historia-da-barra-647061.shtml



Créditos

Copyright © 2013 by Juliana de Carvalho

Todos os direitos reservados por
Bang Bang Filmes Produções EIRELI
Rua Ministro João Alberto, 100 – s301
Jardim Botânico – 22461-260 – Rio de Janeiro | RJ
julianadecarvalho@bangfilmes.com.br
www.bangfilmes.com.br

Concepção do projeto, direção editorial e coordenação de produção
Juliana de Carvalho

Textos
Regina Mamede

Consultoria e coordenação científica
Adilson Roque dos Santos

Consultoria e texto do Guia de Plantio
Ricardo Torres

Supervisão editorial, copidesque e revisão
Magda von Brixen

Fotos
Jaime Acioli

Projeto gráfico e diagramação E-Book
[Contágio Criação](#) / Daniel Sansão

Tratamento de imagem
José Coutinho

Assistência de produção
Carol Reis
Yarssan Dambrós

Financeiro
Iracema Supeleto
Luiz Pitrez

Assistência jurídica
Dario Correa

Parceria comercial
José Carlos Secco

Agradecimentos
Fundação Parques e Jardins / FPJ – Secretaria de Meio
Ambiente – PRJ

Carvalho, Juliana Simões de
O Rio que é verde / Juliana Simões de Carvalho, Regina Cássia de Souza Mamede, Adilson Roque dos Santos.- Rio de Janeiro: Bang Filmes
& Produções, 2013.
160 p. il. color (As cores do Rio, 1)
ISBN 987-85-6646-00-0
Inclui fotografias e mapas

1. Parques públicos – Rio de Janeiro (cidade). II. Rio de Janeiro (cidade) –
Áreas de preservação. I. Carvalho, Juliana Simões de. II. Mamede, Regina Cássia de Souza. III. Santos, Adilson Roque dos. IV. Título. V. Série.

CDU 502

CAPA – Passeio Público, centro do Rio de Janeiro

Patrocínio



Apoio



Realização

